



Universidade do Federal do Pará  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Mestrado em História Social da Amazônia

JAIRO DE JESUS NASCIMENTO DA SILVA

Da Mereba-ayba à Varíola: isolamento, vacina e intolerância popular  
em Belém do Pará, 1884 -1904.

Belém-Pará  
2009

JAIRO DE JESUS NASCIMENTO DA SILVA

Da Mereba-ayba à Varíola: isolamento, vacina e intolerância popular  
em Belém do Pará, 1884 -1904.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Nazaré do Santos Sarges. (UFPA / UNICAMP).

Belém-Pará  
2009

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

---

Silva, Jairo de Jesus Nascimento da

Da Mereba-ayba à Varíola: isolamento, vacina e intolerância popular em Belém do Pará, 1884-1904 / Jairo de Jesus Nascimento da Silva; orientadora, Maria de Nazaré dos Santos Sarges. - 2009

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2009.

1. Varíola - Belém (PA) - História - Séc. XIX. 2. Varíola - Vacinação - Belém (PA). 3. Saúde pública - Belém (PA). 4. Preconceitos - Belém (PA). I. Título.

CDD - 22. ed. 981.15

---

## JAIRO DE JESUS NASCIMENTO DA SILVA

Da Mereba-ayba à Varíola: isolamento, vacina e intolerância popular  
em Belém do Pará, 1884 -1904.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Nazaré do Santos Sarges. (UFPA / UNICAMP).

Data da aprovação: 09/07/2009

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Nazaré Sarges  
Orientadora

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Aldrin Figueiredo  
Membro da Banca / UFPA/ UNICAMP

---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Leonardo Pereira  
Membro da Banca /PUC - RJ

---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>a</sup> Franciane Lacerda  
Suplente / UFPA/ USP

*A meus pais Joana e Joaquim,  
aos meus filhos Jairo Jr, Júlia e  
Yasmin, a minha esposa Hellen.*

## AGRADECIMENTOS

Neste momento em que se completa mais uma etapa de um longo processo de formação, cabe agradecer àqueles que direta e indiretamente contribuíram para sua conclusão.

Em primeiro lugar é preciso ressaltar a importância da “base”. Neste sentido devo muitos agradecimentos à Universidade Federal do Pará, responsável pela minha formação desde o pré-escolar.

Também devo dizer que além da base é preciso ter um bom “patrocínio”, por isso também devo agradecer ao Governo do Estado do Pará que, através da Secretaria de Estado de Educação, me concedeu liberação e bolsa-mestrado. Recurso imprescindível para a realização desta pesquisa.

Mas, não se pode esquecer que para conquistar um título é preciso ter um bom “técnico”. Assim, devo muitos agradecimentos à Prof<sup>a</sup> Maria de Nazaré Sarges, pela orientação eficiente, cuidadosa e também pela paciência que demonstrou ter ao longo deste processo. Merecem agradecimentos também os prof<sup>os</sup>. Aldrin Moura de Figueiredo e Franciane Gama Lacerda, pelo incentivo e pelas sugestões valiosas que deram.

Ainda que não seja um jogo, para conquistar esse título contei com muita força da “torcida”. Primeiro dos meus pais Joaquim e Joana, pelo constante incentivo; depois de meus filhos Jairo Jr. e Júlia que toleraram certas ausências. Também de minha “quase avó” Augusta, que mesmo sem entender muito teve certa participação. Foram incentivadores e colaboradores os colegas da turma 2007, especialmente Ivo Pereira e os colegas da linha de trabalho, cultura e etnicidade.

Entre os “torcedores” merece destaque especial minha querida esposa Hellen, pois foi fundamental em todos os momentos, e colaboradora direta deste trabalho.

Muito obrigado a todos.

## RESUMO

Esta dissertação procura desvendar como o crescimento da cidade de Belém, ao longo do século XIX, provocou ou ampliou problemas já existentes, entre os quais o da saúde pública, destacando-se o desencadeamento de freqüentes epidemias de varíola. Em termos de temporalidade o destaque foi dado à segunda metade do século XIX, quando foi intenso o debate acerca da necessidade de modernizar a cidade, sendo que o projeto modernizador em questão foi fortemente marcado pelos preceitos excludentes da Ciência da Higiene. Assim, o foco da pesquisa foi o período entre 1884 e 1904, marcado pela eclosão de três epidemias de varíola, em Belém. O objetivo principal do trabalho foi demonstrar as razões da intolerância popular às profilaxias e práticas terapêuticas encaminhadas pelo poder público, principalmente a política de isolamento baseada no discurso higienista e, também, a vacina. A experiência desenvolvida pela população de Belém com essas profilaxias oficiais, ao longo do século XIX, foi bastante negativa, propiciando a conduta aversiva desta.

**Palavras-Chave:** Modernidade, Higiene, Vacina

### **Abstract**

The present work tried to find out how the development of Belem, during the 19<sup>th</sup> century, caused or intensified the problems that already existed, amidst those ones the public health, especially the smallpox epidemic. In terms of times, was highlighted the end of the 19<sup>th</sup> century, when was intense the debate about the need to make the city more modern. The project to achieve that target was characterized by the excludents principles of the Science of Higiene. This way, this research focused from the year of 1884 to 1904, which was marked by the three smallpox outbreaks in Belem. The main objective of this work was to show the reasons for the intolerance that people had to the ways to prevent the diseases and the therapeutics practices guided by the government, especially the politic of isolation based on the hygienist speech and, as well, the vaccine. The result of this experience during the 19<sup>th</sup> century in Belem, was negative, resulting in a repulse of these practices.

**Key-words:** Modernity, Higiene, Vaccine.



## LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTG. 01 - Matadouro Municipal (Belém) .....	48
FOTG. 02 - Usina de Incineração de Lixo e Animais Mortos (Belém) .....	49
FOTG. 03 - Necrotério Municipal (Belém) .....	50
FOTG. 04 - Hospital dos Variolozos (Belém) .....	51
FOTG. 05 - Cemitério da Soledade (Belém) .....	53
FOTG. 06 - Capela do Cemitério Santa Izabel (Belém) .....	55

## LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Comparação do Número de Óbitos por Varíola em 1884 .....	64
TABELA 02 - Relação de Óbitos por Varíola em Janeiro de 1884 .....	65
TABELA 03 - Relação de Óbitos por Varíola em 1888 .....	75
TABELA 04 - Relação de Vítimas de Varíola em 1899 .....	82
TABELA 05 - Relação de Vítimas de Varíola em 1900 .....	83
TABELA 06: Relação das Vítimas de Varíola Em 1901.....	84

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	
<b>ABSTRACT</b>	
<b>LISTA FOTOGRAFIAS</b>	
<b>LISTA TABELAS</b>	
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>31</b>
1. A VARÍOLA ANTES DE 1884 .....	31
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>57</b>
1. EPIDEMIAS DE VARÍOLA EM BELÉM ENTRE 1884 E 1904 .....	58
1.1. EPIDEMIA 1884 .....	59
1.2. EPIDEMIA DE 1888 -1889 .....	72
1.3. EPIEMIA DE 1899 A 1901 .....	76
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>83</b>
1. EM BUSCA DA CURA .....	87
1.1. DOS TIROS DE CANHÃO À POLÍTICA DE ISOLAMENTO .....	91
1.2. VACINA: PRESERVATIVO OU VENENO? .....	105
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>130</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>133</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>138</b>

---

## INTRODUÇÃO

Após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América, que derrubaram as torres gêmeas do *World Trade Center*, tornaram-se freqüentes às referências a novas ameaças de ataques desse gênero e, também, criou-se toda uma histeria em torno de outra ameaça, a da guerra bacteriológica. Entre as possibilidades alardeadas pela imprensa estava a propagação do vírus da varíola que, depois da erradicação da doença na década de 1980 só foi preservado para estudos em laboratórios na Europa e nos *EUA*, deixando a comunidade científica internacional em estado de alerta. Não seria a primeira vez que a varíola cumpriria esse terrível papel na história da humanidade, de forma consciente ou inconsciente. Basta lembrar o caso da Guerra Franco-Prussiana de 1870, quando a varíola manifestou-se entre os soldados franceses e difundiu-se para toda a Alemanha, resultando numa das mais cruéis epidemias conhecida de varíola, já em plena era da vacina anti-variólica. Somente a Prússia perdeu 136.830 pessoas, segundo dados do professor de higiene da Universidade de Perúsia, Carlos Ruata<sup>1</sup>.

Para os indígenas brasileiros, esse tipo de estratégia de extermínio não é novidade. Ao longo da história do "contato" com os brancos, além dos relatos de doenças transmitidas por eles, contra as quais os índios não possuíam proteção imunológica e por isso, muitas vezes, acabavam morrendo, juntam-se histórias que apontam para a contaminação criminoso, embora não tenham sido cientificamente comprovadas. São muitos os casos registrados na literatura científica, em crônicas e em relatos orais de índios, dando conta da contaminação deliberada, criminoso, que dizimou um número incontável de povos indígenas no Brasil.

Segundo Gomes (1988), com a descoberta da etiologia das doenças e principalmente sua forma de contaminação, os portugueses e também os brasileiros não tiveram nenhum escrúpulo em utilizar-se desses conhecimentos para exterminar

---

<sup>1</sup>Os artigos do professor Carlos Ruata foram publicados pela *A Folha do Norte* entre 15 e 17 de novembro de 1904 e serão detalhadamente analisados no capítulo 3.

os povos indígenas que cruzavam seus caminhos. “Essa mistura mais cruel de guerra e epidemia é que se chama de guerra bacteriológica”, afirma.

Para Gomes (1988) a primeira utilização de arma bacteriológica conhecida no Brasil aconteceu em Caxias, no Maranhão, em 1815. Estava ocorrendo uma epidemia de varíola quando índios Canelas Finas estiveram por lá em visita. “As autoridades lhes distribuíram brindes e roupas previamente contaminadas por doentes”. Os índios contraíram a doença, e, percebendo o caráter do contágio, adentraram pela mata. Os sobreviventes contaminaram outros mais, e meses depois essa epidemia atingia os índios já em Goiás. O mesmo autor informa ainda que no fim do século XIX, os “bugreiros de Santa Catarina e Paraná, financiados por companhias de imigração, deixavam em pontos determinados de troca de presentes com índios (Xokleng e Kaingang), cobertores infectados com sarampo e varíola.

Wallace (1979)<sup>2</sup> conta que certa vez, quando se dirigia ao povoado de Pedreira, no Rio Negro, encontrou um padre que ele já conhecia e que percorria a região em viagens pastorais e de negócios e passaram a conversar sobre a epidemia de varíola que afetava o Pará naquela época. Na mesma oportunidade ele relatou-me uma experiência pessoal sobre o assunto e demonstrava bastante orgulho da forma como se utilizou da doença maligna. Frei José disse que aconselhara o presidente da Bolívia a combater algumas tribos de índios hostis encontradas no caminho de Santa Cruz, aproveitando-se de uma epidemia de varíola que atacava a cidade, colocando as roupas dos doentes que morriam de varíola onde os índios pudessem pegá-las, em vez de queimá-las, disseminando a doença. Assim, em pouco tempo não se ouviu mais falar das hostilidades dos índios, pois cerca de cinco tribos foram exterminadas.

Wallace (1979) relata que teve dificuldade em conter certo estremeamento diante da narrativa deste massacre a sangue frio, descrita de forma tão tranqüila e indiferente. Martius (1844) também faz referência a esta prática, revelando como o contágio da varíola por diferentes nações indígenas se deu através do contato com o “homem branco”. Portanto, para muitos desses índios, o contato era sinônimo de

---

<sup>2</sup> Narrativas de viagens pelos rios Amazonas e Negro do naturalista inglês Alfred Russel Wallace, publicadas pela primeira vez em 1853.

contágio, dificultando ou inviabilizando qualquer possibilidade de aproximação, em função da adoção dessa prática genocida por parte daqueles que se consideravam civilizados. Eis apenas um dos aspectos que podem ser abordados em relação às epidemias de varíola na Amazônia, mas que merecem pesquisas mais específicas, em trabalhos futuros.

Este trabalho, porém, procura recuperar esse aspecto assumido pela varíola em terras amazônicas, sendo muitas vezes tratada como elemento ou “estratégia” de guerra. Todavia, apesar da referência a utilização da varíola como arma bacteriológica, não pretendemos analisar este aspecto da doença nesta dissertação. Mas, se a varíola assumiu a condição de arma bacteriológica, tendo contribuído para o extermínio de povos indígenas, ao mesmo tempo tornou-se alvo, que precisava ser combatido, erradicado, pois também afetava intensamente aqueles que estavam do outro lado da “trincheira”. E para combatê-la buscou-se a utilização, até mesmo, das armas utilizadas em guerras convencionais, pois, a profilaxia adotada em 1793, pelo governador Francisco de Souza Coutinho, conforme Vianna (1992)<sup>3</sup>, “assumiu as proporções de um exercício a fogo”. O

---

<sup>3</sup> A referência à Arthur Octávio Nobre Vianna (1873-1911) é quase obrigatória num trabalho sobre epidemias no Pará. Segundo Sarges (2002), Vianna nasceu em Belém, estudou no Lyceu Paraense e recebeu o título de “Farmacêutico laureado pela Escola do Pará”, sendo o irmão mais velho do médico Gaspar Vianna. Aos 38 anos, quando terminava o curso de medicina, no Rio de Janeiro, veio a falecer. Arthur Vianna fez parte de um grupo de intelectuais paraenses que transitou por diversas áreas do saber, exercendo, inclusive, o ofício de jornalista, como era muito comum nesta época, segundo Sarges (2002), entre os intelectuais, pois além de permitir a divulgação de suas idéias e talentos literários, constituía-se em meio de acesso para a arena política. De uma gama variada de estudos publicados por Arthur Vianna, destacamos duas obras: *A Santa Casa de Misericórdia Paraense – Notícia Histórica, 1650-1902*, publicado pela Typografia Alfredo e Silva, em 1902, sob encomenda do intendente da cidade Antônio Lemos, e *As Epidemias do Pará*, publicado pela primeira vez em 1906, sob patrocínio do governador do Estado Augusto Montenegro. Esta obra faz uma descrição das diversas epidemias que assolaram o Pará, principalmente na segunda metade do século XIX. Há registros sobre epidemias de cólera, varíola, febre amarela e peste bubônica, durante este período, com seus impactos sobre a população local e a indicação da impotência demonstrada, diversas vezes, pelas autoridades médicas e ou políticas em combater tais doenças. Os dois trabalhos foram reeditados posteriormente, o primeiro em 1992 e o segundo em 1975, por isso, como utilizamos neste trabalho as publicações mais recentes de sua obra, optamos pela referência às publicações mais recentes (1975 e 1992). Embora consideremos os trabalhos de Vianna referência imprescindível, não podemos deixar de empreender uma análise crítica destes. Assim, é preciso considerar uma série de aspectos que nortearam a produção “arthutiana”, como por exemplo, a sua condição de funcionário público que lhe propiciou o contato com os documentos oficiais, indispensáveis para quem pretendia uma escrita da história segundo os parâmetros do positivismo. Também importante considerar sua formação na área da saúde. Como farmacêutico de formação e transitando pelo circuito dos notáveis homens da ciência médica que se constituía na época, seria inevitável a Vianna emprestar certos conceitos ou modelos provenientes das chamadas ciências da natureza, especialmente as biológicas, para realizar suas incursões pelo terreno da história. Além disso, é necessário destacar sua opção pela república, uma

referido governador, reconhecendo “o fumo da pólvora como poderoso desinfetante, mandou descarregar tiros de canhão no canto das ruas”. Por essas razões buscamos dar ao tema a conotação de uma guerra, ou de uma guerra bacteriológica, onde a varíola foi usada como arma; ou de guerra contra a varíola praticada pelas autoridades e populares, que não cansaram de produzir “armas” para combater a “doença maligna”.

Essa representação sobre a varíola, tratada como “doença maligna<sup>4</sup>” ou mereba-ayba, que também aparece no título deste trabalho, foi encontrada no vocabulário de algumas nações indígenas, numa tentativa de atribuir uma conotação local para a referida moléstia, embora saibamos que outras tribos indígenas, de outros cantos do país pudessem utilizar tal designação. A derivação desse termo parece ter levado ao termo “pereba”, muito usado em Belém e que, segundo o

---

opção política e pragmática, haja vista o “mecenato” incidente sobre sua obra, pois seus dois trabalhos mais significativos, citados acima, foram encomendados pelo intendente da cidade e pelo governador do Estado como também já foi dito, daí a tendência, verificada em sua obra, pela crítica aos períodos que antecederam ao regime republicano e todo destaque dado a este último, num evidente interesse em consolidar o novo regime, conquistando corações e mentes, assumindo a história um papel pedagógico e utilitário. Para um conhecimento mais aprofundado deste intelectual paraense, consultar: BEZERRA NETO, J. M. “Arthur nas Forjas da História. A Contribuição de Arthur Vianna para a historiografia paraense”. In: FONTES, E. J. de O. & BEZERRA NETO, J. M. (orgs). *Diálogos entre história, literatura & memória*. Belém: Paka-Tatu. 2007.

<sup>4</sup> Esta expressão é a tradução apresentada por Martius (1844) para o termo mereba-ayba, utilizado pelos considerar a dificuldade para confrontar suas conclusões para se obter resultados mais eficazes, não se pode negar a base, a fundamentação respeitável de seu trabalho. Neste, mereba-ayba aparece traduzida unicamente por bexigas, confirmando as afirmações de Martius. Assim, optamos pela designação indígena para dar título ao presente indígenas em referência à varíola. Com esta pesquisa foram encontradas apenas duas referências ao termo em dicionários de línguas indígenas. O primeiro foi publicado na revista do IHGB (1856), em manuscrito elaborado pelo Barão de Antonina, apresentado como vocabulário dos índios cayás. Neste, o termo mereba-ayba aparece traduzido ora por lepra, ora por bexigas (Revista do IHGB, tomo IX, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1856). Dois anos depois, Gonçalves Dias, publicou um “Dicionário da Língua Tupy, chamada língua geral dos índios do Brasil”, elaborado a pedido do IHGB, cujo objetivo era produzir uma memória dos índios descrevendo seus caracteres intelectuais e morais. Segundo Gonçalves Dias, seu dicionário tomou por base o vocabulário que o autor de “Poranduba Maranhense” acrescentou ao seu trabalho, valendo-se da Gramática do padre Figueira; do Dicionário Brasileiro, publicado por um anônimo em Lisboa, em 1795; de um manuscrito da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro cujo título não é citado; de um Dicionário, também manuscrito, da Biblioteca da Academia Real da Ciências de Lisboa; e de quatro cadernos que acompanham as remessas do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, durante a sua comissão científica pelo Amazonas, nos anos de 1785, 1786 e 1787. Portanto, apesar de Gonçalves Dias trabalho, pois, além de assumir uma conotação regionalizada, a referida doença também se revela de forma devastadora em relação aos índios num primeiro momento, chegando a assumir, até mesmo, o caráter de guerra bacteriológica, como fica evidente em algumas passagens do texto (DIAS, A. Gonçalves. Dicionário da Língua Tupy: chamada língua geral dos índios do Brasil. Lipsia: F. A. Brockhaus. 1858).

dicionário de Aurélio Buarque de Holanda é definido como “ferida de mau caráter, de crosta duríssima”. Desta forma, trabalhamos com um tema cuja escolha está ligada a perspectiva assumida por este trabalho que pretende desenvolver uma história social, que também poderia ser considerada uma história social da medicina, cuja abordagem prioriza o enfermo ou a enfermidade. Quanto a essa questão, é de fundamental importância lembrar que, em agosto de 2001, Roy Porter concedeu uma entrevista a Marcos Cueto, da Universidade Peruana Cayetano Heredia, em Lima. Perguntado sobre que influências recebeu ao adotar uma história da medicina vista de baixo, respondeu, se acordo com Cueto (2002: 207 ):

Acredito que quando estava estudando história na Universidade de Cambridge recebi uma grande influência da historiografia inglesa, especialmente dos trabalhos de E. P. Thompson. Essa corrente olhava com detalhe como se haviam construído as classes sociais e a própria experiência das classes trabalhadoras e dos mais pobres neste desenvolvimento. Esta perspectiva me impressionou muito. Me pareceu uma maneira de estar sob o pé da história, uma forma de entender como se enfrentaram na realidade, os diversos agentes da história, não de acordo com os ditados deterministas do marxismo científico, porém entendidos de acordo com um marxismo humanista. Transplantei essa atitude à história da medicina e me perguntei: Como seria ver a medicina, não de cima para baixo, mas de baixo para cima? Conclui que tinha sentido a pergunta, porque não haveria medicina se não existissem pessoas enfermas. A pessoa enferma é o começo de toda medicina.

Mas como seria possível realizar uma abordagem desse tipo? Que experiências ou propostas similares teriam sido já aplicadas? O caminho percorrido, para a obtenção das respostas, que pudessem nos situar na realidade local, exigiu comparações. Assim, foi necessário percorrer o trajeto da historiografia que tratou do tema em nível nacional, especialmente aquela que abordou o caso carioca, para definir o caráter da produção local e encaminhar uma análise que pudesse dar respostas inovadoras a questões antigas. Então, descreveremos a seguir as tendências historiográficas que trataram do assunto dessa dissertação para melhor situar nosso trabalho.

É possível definir três abordagens que se ocupam do caso carioca, das quais derivam diversas vertentes que podem encontrar compatibilidade com o caso

de Belém. Transitando por uma interpretação encaminhada por Michel Foucault, Roberto Machado elaborou uma dessas leituras, procurando esclarecer como teria ocorrido o que ele chamou de “medicalização da sociedade”. Neste modelo de análise, a horizontalidade dos poderes definiria o domínio e a subordinação de grupos excluídos através da construção de todo um aparato institucional repressivo, formado por escolas, quartéis e hospitais, em que o tema da saúde teve *lócus* privilegiado. Essa abordagem desencadeou diversos trabalhos que estudaram casos particulares de construção de uma nova ordem, de civilização e progresso nos trópicos.

Machado (1978) avalia, por exemplo, como as condições higiênicas das cidades, no caso o Rio de Janeiro colonial, transformaram-se em tema para a administração pública brasileira. A delimitação desse processo se constitui a partir de uma periodização que se situa entre a criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em 1829, e a ocorrência das primeiras epidemias de febre amarela, em 1850, e de cólera em 1855, na capital do Império, como marco inicial da adoção da problemática da doença e da saúde para fins de controle social. Com isso, a elevação nas taxas de mortalidade durante os períodos epidêmicos teriam despertado as autoridades para o problema da salubridade urbana, tornando a higiene um tema importante para a história do país.

Outra abordagem importante sobre a questão da urbanização e da saúde foi elaborada por Jaime Benchimol que, em seu trabalho, descreve a ‘teia de relações’ que conferiu à renovação urbana do começo do século XX na capital federal um caráter de substituição. Neste sentido, um processo amplo de reformulação demarcou a transferência de áreas determinadas da cidade das mãos da população e classes consideradas subalternas para grupos sociais em ascensão. Para Benchimol (1992) iniciava-se uma política urbanística sistemática em que as obras de demolição e reconstrução foram suportadas por leis e determinações jurídicas que buscavam, ao mesmo tempo, cumprir as funções políticas de sede do Estado e cristalizar as exigências capitalistas da economia. Assim, partindo dos itens fixados pelo projeto presidencial de Rodrigues Alves, Benchimol (1992) aponta para um conjunto de ações complementares, que podem ser divididas em dois grandes grupos: interferências que visavam o aperfeiçoamento das relações comerciais



brasileiras no que se referia ao gerenciamento das exportações e importações e circulação de produtos. A consequência seria a remodelação da estrutura portuária e das ruas de acessos entre o centro comercial, financeiro e administrativo e as áreas de expansão, dentro da própria cidade. Além disso, há uma recomposição das relações de classes, com a tentativa de erradicar os possíveis fatores de contaminação, que provocavam doenças epidêmicas, principalmente a febre amarela, e a construção de um espaço urbano estratificado a fim de expulsar determinadas camadas da população das áreas centrais, reservada aos grupos dominantes. Nessa abordagem a questão da saúde surgiria então como parte do processo de intervenção capitalista na cidade, inserida nos projetos de reforma urbana com um propósito bastante evidente, que seria definir, com rigidez, uma maneira de atuação que pudesse auxiliar na construção de regras para adequar os diferentes setores da população ao espaço urbano, cenário de novos projetos.

Adotando periodização semelhante aos dos autores citados anteriormente, Chalhoub (1996) analisa detalhadamente a questão das epidemias e as habitações urbanas em consonância com a construção da idéia de administração competente e técnica da cidade do Rio de Janeiro e de sua população. Para esta abordagem, o processo de urbanização da capital federal seria marcado por dois momentos distintos, sendo o primeiro caracterizado pela perspectiva de atribuir às classes pobres a condição de classes perigosas, com preferência pelos negros nesta identificação e, o segundo momento seria o da imposição de critérios técnico-científicos como um modelo de racionalidade que, acima das desigualdades sociais, poderia ser capaz de justificar as políticas públicas encaminhadas. Para Chalhoub (1996) ocorreu neste momento o nascimento de uma ideologia da higiene, cujo objetivo principal seria legitimar as decisões e intervenções políticas e deslegitimar a política em favor da organização do trabalho, da manutenção da ordem pública e de uma solução para o problema das epidemias.

Poderíamos identificar, ainda, mais uma via de interpretação do caso carioca que procura fundir vários elementos contidos nas análises anteriores, misturando noções de sociedade medicalizada com ideologia da higiene que também produziu reflexos na análise de outras realidades. É possível considerar que em Belém, como ficou evidente na análise acima, a reforma urbana também foi

articulada à reforma sanitária, produzindo efeitos semelhantes aos da capital federal. Neste processo percebe-se também a utilização do conceito de classes perigosas em referência as classes pobres, a tentativa de impor critérios técnico-científicos como modelo de racionalidade e a elaboração de uma ideologia da higiene, identificada em diversos trabalhos que trataram do assunto, relativamente a Belém.

Entre os trabalhos produzidos sobre epidemias de varíola em Belém, de fins do século XIX ao início do século XX, alinhados com aquela terceira via de interpretação do caso carioca, apresentada acima, destacam-se os de Iraci Gallo<sup>5</sup> e Alexandre Amaral. Em seu estudo sobre epidemias de varíola e febre amarela em Belém das últimas décadas do século XIX, Iraci Gallo Ritzmann, em sua dissertação de mestrado, descreveu algumas práticas de homens e mulheres pobres de Belém desse período, dando vozes a sujeitos até então silenciados pela própria historiografia encarregada dessa temática, mostrando suas atitudes diante dos discursos médicos e higienistas, elaborados em nome da ciência, da modernidade ou da civilização. Neste trabalho, Ritzmann (1997) procurou mergulhar no modo de vida da população de Belém, enfocando os locais onde trabalhavam, como moravam e como organizavam seu cotidiano.

A autora também apresenta o debate sobre as formas de contágio, pela varíola e pela febre amarela, e ainda as medidas adotadas pelas autoridades públicas para se procurar manter a salubridade na cidade de Belém. Porém, se Ritzmann (1997) demonstra diversos aspectos da população de Belém, no final do século XIX, bem como o crescimento vertiginoso desta população apontando para as campanhas imigrantistas, procurando identificar os vários segmentos sociais envolvidos nas questões relativas à saúde e a higiene da cidade, ela não problematizou a complexidade da reação popular às profilaxias encaminhadas pelo poder público, relativamente à varíola, no sentido de identificar suas razões, para

---

<sup>5</sup> Em sua monografia de especialização: “A varíola na Terra dos Homens de Flecha e Arco”, realizada em 1994, junto a Universidade Federal do Pará, Iraci Gallo analisou a epidemia de varíola ocorrida em Belém no ano de 1884. Nesta, a autora procurou fazer uma descrição do impacto da epidemia sobre a população de Belém. Este trabalho, inovador para a época, baseou-se em dados fornecidos por Arthur Vianna e artigos de jornais, especialmente o *Diário de Notícias*. O resultado, embora tratar-se de um trabalho de especialização, apresentou elementos importantes para análises futuras.

tentar fugir do lugar comum em que se tornou tal questão, sendo tratada, quando muito, pura e simplesmente no campo da resistência popular.

Amaral (2006) analisa doenças e epidemias como a febre amarela, a varíola e a peste bubônica, que estavam no centro do debate das práticas médico-sanitárias em Belém, no início do século XX. Para o autor, o higienismo de médicos tornou-se discurso recorrente de intervenção no espaço cotidiano dos moradores, em que campanhas de profilaxias foram consideradas responsáveis pela cura da cidade. As ações propostas pelos detentores do saber científico geraram tensões, segundo Amaral (2006) entre moradores e autoridades públicas em função da associação do saber médico com o poder público. Analisando artigos na imprensa, literatos, jornalistas, políticos, relatos médicos, mensagens de governo, relatórios, fotografias e charges, o autor mencionado, procurou compreender os significados atribuídos pelos contemporâneos em relação às epidemias da varíola, tuberculose e febre amarela, por exemplo, por parte dos saberes médico-sanitários.

Apesar de reconhecermos a relevância deste trabalho, com uma carga densa de fontes que lhes dão suporte, apenas uma seção do capítulo II<sup>6</sup> do trabalho de Alexandre Amaral tem relação direta com esta dissertação. Ainda assim, a referida seção, está baseada principalmente em dados relativos aos anos de 1904 a 1911, mas utilizando-se de estatísticas sobre a varíola apenas para 1905, portanto em período diverso ao que se pesquisou para esta dissertação. Além disso, como tratou de outras doenças, Amaral (2006), não pode aprofundar a análise em relação à profilaxia da varíola como pretendia fazer, pois, embora tenha apresentado estatísticas da vacinação aplicada em Belém e sinalizado com a perspectiva de um enraizamento na cultura popular local de práticas de cura tradicionais que obstaculizavam as profilaxias oficiais, especialmente a vacina, não lhe foi possível desvendar totalmente as raízes dessa cultura popular, deixando também a impressão de que a rejeição às profilaxias oficiais fossem produto da tão famosa “resistência popular”, cujas vozes, a seu ver, foram silenciadas pelo projeto vencedor ou pela historiografia que tratou do tema. Ora, analisando o trabalho de Sevcenko(1984), Chalhoub (1996) considera que a virtude de seu texto acaba

---

<sup>6</sup> Trata-se do item 2.2 desta obra – “vacine-se o povo: a campanha de profilaxia contra a varíola”, p. 122-148.

também sendo seu limite, pois, devido a ausência de uma pesquisa documental mais sistemática – que não parece ser o caso de Alexandre Amaral, é bom dizer -, na narrativa desse autor os populares sempre reagem – resistem – nunca agem. Com isso, acrescenta Chalhoub (1996: 99) “nunca se sabe exatamente que tipo de experiência histórica, de formas de entender o mundo e a sua situação de vida poderiam informar positivamente o movimento de luta contra a vacinação”.

Outro trabalho que faz referência a epidemias de varíola em Belém é o de Costa (2006) que procura analisar alguns mecanismos empregados para conter o aumento dos casos das doenças em Belém, destacando as estratégias sanitárias propostas pelos facultativos ligados à ciência médica, levadas a cabo, muitas vezes sem resultado, pelo poder público, mas que interferiram e modificaram significativamente as práticas de assistência aos enfermos mais necessitados, que geralmente eram socorridos no Hospital da Santa Casa de Misericórdia. A autora analisa também a falta de conhecimento sobre a etiologia das moléstias que trouxe à tona ainda um acirrado conflito ideológico entre os médicos, que divergiam quanto aos possíveis fatores que motivaram as epidemias e o tipo de terapêutica a ser aplicada aos doentes, ao mesmo tempo em que o perigo da contaminação aguçou também a “compaixão” e a “caridade” de todos que se viram direta ou indiretamente ameaçados por aqueles males. Apenas no capítulo I, quando trata dos problemas de saúde da Belém Imperial, é que a autora analisa epidemias de varíola em Belém.

O objetivo maior dessa dissertação é demonstrar a longa experiência que a população de Belém desenvolveu com a varíola, as diversas epidemias enfrentadas na cidade e, ao mesmo tempo, a relação dessa população com as profilaxias encaminhadas pelo poder público que muitas vezes não inspiravam confiança e a relação destas com as formas de tratamento e ou práticas de cura, emanadas do seio das camadas populares da capital paraense. Assim, percebemos que havia uma grande intolerância, principalmente das camadas populares, às políticas implementadas pelas autoridades públicas no campo da saúde, essa intolerância era evidente em relação a determinadas práticas como, por exemplo, a vacina que chegou a desenvolver uma cultura vacinofóbica, levando as autoridades a adotar como alternativa a prática do isolamento.

Até a primeira metade do século XIX, acreditava-se que doenças eram causadas e disseminadas por aspectos do meio, difundira-se a teoria miasmática que afirmava serem as epidemias oriundas de lugares insalubres onde a circulação do ar ficava prejudicada. Muitas medidas tomadas pelos responsáveis da saúde pública no Brasil pautavam-se nesta teoria, implicando um combate à permanência de determinados edifícios dentro da cidade, como os hospitais e os cemitérios. Relegar a localização destes edifícios para uma área externa à cidade era entendido como uma medida profilática, pois desta forma as pessoas não estariam expostas às perigosidades que estes lugares implicavam.

O crescimento urbano de Belém nas últimas décadas do século XIX coincidirá com as pesquisas que proporcionaram descobertas sobre a causa microbiana de diversas doenças. Nessa perspectiva, leis e normas baseadas na necessidade de circulação, arejamento e conseqüente desodorização do ambiente, originárias da teoria dos “miasmas”, ganham atualidade e são combinadas com as mais modernas descobertas científicas do campo biológico. Inicialmente, o isolamento dos variolosos era feito numa enfermaria localizada na travessa José Bonifácio, em condições precárias, mas, nas últimas décadas do século XIX, ganha corpo a idéia de se construir um Hospital de Isolamento.

O Hospital de Isolamento foi concebido para a assistência médica dos enfermos através do isolamento de indivíduos portadores de moléstias contagiosas, mas também para a proteção das pessoas sadias através da realização de quarentenas preventivas. As primeiras iniciativas para a sua construção ocorreram em função do aumento do número de casos de varíola na cidade de Belém. Justificando a ação de um hospital de isolamento, partilhava-se à época a convicção de que a internação dos doentes e a quarentena dos contagiantes seriam os principais recursos contra a propagação de diversas enfermidades.

É importante salientar que a prática do isolamento já representava a ineficácia da profilaxia oficial para combater a varíola, ou seja, a vacina. A rejeição desta por parte de diversos segmentos da sociedade local provocou a necessidade de se recorrer ao isolamento compulsório dos infectados. Tal prática, já realizada em

relação aos leprosos e alienados<sup>7</sup>, era cercada de arbítrio, de violência praticada pelas autoridades policiais. É claro que os populares, que já rejeitavam a vacina, também demonstraram intensa oposição ao isolamento, buscando esconder os casos de varíola ou estabelecer tratamento alternativo, em enfermarias improvisadas.

Essa percepção nos fez procurar as razões de tal intolerância e o caminho mais promissor para a obtenção do resultado esperado foi reconstituir a experiência dessa população com tais “políticas públicas”, pois buscamos desviar nossa análise da explicação simplista e reducionista da idéia de “resistência” ou “reação”. Assim, procuramos escapar da “armadilha”, da “camisa de força” que considera que o povo só resiste, só reage e tentamos demonstrar que, na longa experiência desenvolvida com a varíola e seus métodos profiláticos e terapêuticos, determinadas camadas da sociedade local desenvolveram razões de sobra para amargar uma grande insatisfação, oposição ou intolerância às políticas oficiais, especialmente à vacina.

O corte cronológico escolhido envolve um período significativo para o entendimento do assunto, pois, além de envolver um período marcado por fortes epidemias: 1884, 1888, 1899-1901 e 1904; sendo revelador, pois marcado por um momento de tensão e de grandes preocupações com a varíola e as profilaxias e terapêuticas específicas, também é marcante haja vista que se estende até o período em que estava ocorrendo, no Rio de Janeiro, a chamada Revolta da Vacina, que teve repercussões em Belém, merecendo uma série de matérias na imprensa local, especialmente no jornal *A Folha do Norte*.

Sendo assim, distribuimos o trabalho em três capítulos. O primeiro capítulo trata das epidemias de varíola que aconteceram em Belém, antes de 1884. O objetivo principal é mostrar a presença incômoda desta moléstia na capital paraense desde os tempos coloniais, para revelar aspectos de uma longa experiência com a referida doença e, conseqüentemente, suas alternativas de cura. Também neste capítulo procuramos demonstrar como a sucessão de epidemias de varíola estendendo-se pelo século XIX, colocou em ação a ideologia da higiene e seus

---

<sup>7</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre o isolamento dos infectados por lepra em Belém, ver: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Assim como eram os gafanhotos, pajelança e confrontos culturais na Amazônia do início do século XX”. In: MAUÉS, Raimundo Heraldo & VILLACORTA, Gisela Macambira (org). *Pajelanças e religiões africanas na Amazônia*. Belém, Edufpa, 2006, p.52-102.

efeitos sobre, principalmente às camadas populares, as classes consideradas “perigosas”.

No segundo capítulo fizemos uma descrição das epidemias que envolveram o período pesquisado, de 1884 a 1904, com o intuito de revelar seus impactos sobre a população de Belém e como certas práticas representavam heranças do período anterior e, também, a forma como a imprensa, as autoridades e as camadas populares trataram o assunto. Assim, procurou-se demonstrar o impacto dessas epidemias sobre a população, mas, também, as dificuldades encontradas pelo poder público para colocar em ação suas medidas profiláticas e práticas terapêuticas, haja vista a intolerância popular que não pode ser caracterizada como simples “reação” ou ignorância.

O terceiro e último capítulo analisa exatamente essas práticas terapêuticas e profilaxias com a finalidade de explicar as razões da intolerância popular. Assim, percebemos uma relação negativa da população de Belém com tais práticas. Os desencontros e desacertos da política de isolamento dos infectados, bem como toda polêmica em torno da eficácia da vacina, aliados a um forte enraizamento na cultura local, especialmente entre os populares, de práticas alternativas de cura, constituíram-se num caldo de cultura privilegiado para a emergência do conflito.

Para a realização desse trabalho priorizamos alguns tipos de fontes: os documentos emanados do poder público (relatórios, mensagens, falas, discursos, ofícios), os jornais (*Diário de Notícias, A Província do Pará, A Folha do Norte, A República e o Pará-Médico*), abaixo-assinados e livro de registro de pacientes da Santa Casa de Misericórdia do Pará.

O interesse em compreender as experiências dos moradores da cidade com as epidemias apontou a necessidade de conferir a documentação resultante das atividades administrativas do Governo. Tais documentos dedicam itens específicos que informam sobre saúde pública e caridade, delineando assim, embora de maneira não muito sistemática, uma política de atuação direcionada para a gestão da salubridade urbana. Amparados nas exortações médicas, para as condições da água e do ar, o que se traduz em organizar minimamente o abastecimento da população e na organização, em momentos considerados críticos,

da limpeza urbana. Ao mesmo tempo, os códigos de postura, ao normalizarem a convivência urbana, reforçam as determinações médicas, relativas à saúde pública.

A idéia de que a ocorrência de endemias e epidemias vai sendo determinando, pelo menos precipitando, a organização mais sistemática dos serviços de saúde pública e, evidenciando, modos diversos de lidar com a doença, resultando uma experiência urbana singular, possibilitou-me traçar percurso metodológico no qual a ênfase na observação das epidemias permite visualizar melhor, os recursos postos em prática para combatê-las. Assim, na pesquisa realizada, buscamos organizar as fontes de maneira a permitir uma reflexão que parta das formas como a doença, ao se instalar entre os moradores da Cidade, é apropriada pelos discursos dos médicos e das autoridades da administração provincial, de maneira a serem gerados mecanismos de combate e controle não só dos efeitos físicos da doença, mas de todo o social, no que diz respeito aos hábitos e condutas e lugares, até chegar, aos caminhos trilhados em busca da cura.

Desde o início das pesquisas que originaram este trabalho, tornaram-se evidentes duas questões: em primeiro lugar percebeu-se que só seria possível chegar à experiência ou as formas de saber consideradas populares através dos representantes do saber ou daquilo que se considera discurso oficial. E, em segundo lugar, que uma reconstituição mais abrangente da experiência com a doença, especialmente a varíola, e as diferentes práticas terapêuticas adotadas para combater tal doença, para que se pudesse compreender a cultura vacinofóbica desenvolvida pela população de Belém entre 1884 e 1904 só ocorreria se, além dos registros oficiais, fossem buscados também registros indiretos, marcados pela preocupação com o controle social, com a punição ou repressão. Nesse sentido, esta pesquisa utilizou-se de fontes diversas, entre as quais, relatórios e mensagens de governo, decretos, periódicos, livro de registro de pacientes da Santa Casa de Misericórdia, etc. Assim, fizemos uso do reduto da “Escola Metódica”, trabalhando com uma documentação considerada clássica, para encontrarmos no discurso oficial falas que pudessem nos dar pistas sobre o comportamento dos populares, mas também utilizamos documentos emanados dessas camadas como uma relação de abaixo-assinados encaminhados ao poder público pedindo providências na área da saúde, demonstrando insatisfação com certas medidas tomadas pelas autoridades e,



muitas vezes, lançado mão da própria ideologia da higiene adotada pelas autoridades sanitárias para fundamentarem suas reivindicações. Também pesquisamos os escritórios da Chefatura de Polícia onde identificamos uma série de ações voltadas para os segmentos considerados inferiores pela sociedade da época.

Os jornais, além de constituírem-se em meios de comunicação capazes de informar eventos, promover transformações, divulgar notícias, também são construtores de relações sociais, divulgadores de propostas políticas e discursos. Constroem possibilidades de transformações à medida que provocam os burburinhos nos locais mais movimentados. Os jornais são espaços de manifestações de valores de grupos sociais e ou projetos políticos ao mesmo tempo em que são tribunais capazes de proferir sentenças de grande alcance a partir de julgamentos feitos por jornalistas, divulgadores eficientes de projetos políticos, sociais, culturais, etc. Assim, a linguagem do poder, permeada de ideologias, também está presente nos jornais, uma vez que conceitos, normas e padrões dominantes apresentam-se no sentido de reforçar e tornar consensual o conjunto das leis e posturas instituídas. O jornal, ou melhor, os discursos neles veiculados, atendem também a função de apresentar como dominantes os valores de grupos sociais dominantes. Sendo assim, o jornal é um importante espaço de criação da sociedade, de debate de idéias, de confronto entre propostas diversas, de ciência inclusive<sup>8</sup>.

A documentação hemerográfica não pode ser tomada como homogênea. A pluralidade de interesses e de formas a partir das quais estes se manifestam constitui uma característica fundamental desse tipo de fonte. Deste modo, constituem tarefas indispensáveis: a identificação do grupo ao qual cada órgão está ligado visando descortinar os vários interesses, a circulação dos jornais e a importância que o tema em questão vai adquirindo nos contextos de epidemia. É, sobretudo importante a observação do debate travado na e pela imprensa. Isto possibilita a percepção de elaborações diversas sobre as doenças e as formas de cura, legitimadas ou condenadas pela população.

---

<sup>8</sup> Análise minuciosa dos jornais como fonte histórica é feita por: LUCA, Tânia Regina. "A história dos, nos e por meio dos periódicos". In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

Deste modo é que as notícias, crônicas e artigos publicados em jornais, bem como relatórios médicos, referentes à doença e a gravidade de epidemias, constroem um perfil das doenças, ao mesmo tempo em que atuam quotidianamente, junto aos serviços de saúde pública. Ao caracterizar a patologia, recomendar procedimentos terapêuticos e a adoção de hábitos de higiene, relatar casos e organizar a estatística mensal da clínica médica, busca-se legitimação social para o discurso sobre as doenças e as práticas médicas. Além disto, indicam territórios ditos perigosos. A partir destas fontes, foi sendo possível, reconstruir a geografia da doença: lugares e pessoas mais intensamente atingidos.

O fenômeno da doença na cidade, ao mesmo tempo em que estimula a produção discursiva e instiga ao surgimento e/ou aprimoramento de estratégias de gestão da saúde pública, revela uma rede de procedimentos terapêuticos diversos, como a alopatia e a homeopatia, entre os partidários de uma medicina científica e, as práticas de uma medicina popular.

Entre os jornais<sup>9</sup> que circulavam em Belém no período em foco nesta pesquisa, destacava-se o *Diário de Notícias* que possuía finalidade comercial e passou por revezamentos quanto as suas posições políticas. Até 1888, como pertencia a João Campbell, membro do Partido Conservador, que administrava a província, não assumiu uma postura crítica em relação às questões político-partidárias. De 1888 até à Proclamação da República, período em que os liberais estiveram no poder, passou a publicar os textos propagandistas republicanos, e a fazer críticas a administração da província, percebendo-se um combate mais severo às políticas públicas implementadas pelos liberais, especialmente na área da saúde, foco dessa análise. Durante o ano de 1890, quando o jornal teve como proprietário Joaquim Lúcio de Albuquerque simpatizante do Partido Republicano Democrático, transformou-se em um dos principais órgãos de oposição ao Governo Provisório, pelo menos até março de 1891, quando passou a ser propriedade do médico, filiado ao Partido Republicano do Pará, Firmo Dias Cardoso Junior. Em dezembro de 1891, o jornal *A República* informava que o *Diário de Notícias* teria passado a propriedade dos integrantes do *Partido Republicano do Pará*, Heliodoro de Brito, Barroso Rebello

---

<sup>9</sup> Estas informações foram coletadas nos catálogos de periódicos da Fundação Cultural Tancredo Neves, em Belém.

e B. Araújo. Em junho de 1893, o *Diário de Notícias* pertencia a Juliano Penna e Persondas de Carvalho, integrantes do *Partido Operário do Pará*, que foram obrigados a fechar o jornal mais uma vez. Conforme o exemplo infere-se que o *Diário de Notícias* oscilou entre oposição e governo, o que exige muita atenção na análise do jornal quanto à sua orientação política. O jornal *Diário de Notícias* não apresentava informações sobre partidos políticos, uma vez que era considerado um órgão comercial, não obstante a orientação política democrática que endossou, pelo menos na maior parte do período de 1889 a 1897. Sendo uma empresa de menor potencial que *A Província do Pará*, o *Diário de Notícias* era menos dinâmico. Em sua primeira página publicava uma variedade de anúncios: confecções, escolas, leilões, balanços comerciais, ofertas de empregos e rendas públicas. Na segunda aparecem colunas contendo títulos permanentes tais como: “Secção telegraphica”, com notícias nacionais e internacionais; “Ao povo” onde se priorizavam os assuntos políticos; “Violência”, que abordava vários tipos de conflitos; “Xin-xan-fó” que se destinava às sátiras ao governo; “Espiga”, espaço de divulgação de anúncios de compra, venda, aluguel e ofertas de emprego. A terceira e a quarta páginas eram usadas em vários anúncios comerciais, editais, obituários. Nesta, divulgava-se diariamente o quantitativo de mortos por varíola e outras doenças epidêmicas que afetavam a província, principalmente a sua capital, Belém.

Após a Proclamação da República, surgiu o jornal *A Republica* com edições consistentes, rico em informações e com uma estrutura editorial bastante dinâmica. Na primeira página eram colocadas informações sobre o Partido Republicano Paraense e alguns dados sobre o próprio jornal tais como a fundação, nome dos responsáveis, número de assinaturas na capital e no interior, além de apresentar textos de agradecimento ao público paraense. Na primeira página eram publicados os assuntos relacionados a questões políticas, principalmente as críticas ao Partido Republicano Democrático, mais precisamente debatendo as lançadas pelo jornal *O Democrata*, opositor. Em seguida apresentavam-se as informações sobre os debates políticos nacionais e internacionais, notas oficiais sobre as principais pautas de discussão na capital federal. Além disso, aparece uma variedade de anúncios sobre diversos assuntos tais como: vendas, ofertas de emprego, espetáculos teatrais, convites, telegramas, assuntos religiosos, informações sobre hipismo. Na segunda página publicava-se uma variedade de

propagandas ligadas à medicina: remédios, clínicas, médicos e outros anúncios que foram úteis a este trabalho. Mas na segunda página também se publicavam artigos enfatizando a ação dos chefes republicanos na capital federal, críticas às notas lançadas pelos jornais de oposição ao governo, bem como notas informativas sobre projetos em processo de regulamentação, requerimentos, petições, etc. Na terceira e quarta páginas eram bastante encontrados textos variados. Todavia, na terceira página prevaleciam os anúncios: editais notas policiais, requerimentos, portarias, despachos de pagamentos, vendas de remédios, balanço comercial, cotação dos produtos (borracha, açúcar, café e etc.), câmbio dos bancos nacional e internacional, rendas públicas, leilões, avisos marítimos. Já na quarta página as propagandas comerciais, anúncios de aluguéis, compra e venda de produtos: remédios, utensílios domésticos, alfaiataria, fábrica de refrigerantes, eram o principal assunto. Os folhetins publicados em *A República* estavam de acordo com a essência do pensamento defendido pelos republicanos históricos do Pará. A literatura francesa que trilhava pela linha da ideologia do progresso da ciência, bem como da matriz *jus naturalista*, como caminho de explicação sobre Estado e sociedade, eram privilegiados pelos redatores. Desta forma, dentre tantos textos publicados em *A República*, os folhetins acompanhavam os valores compartilhados pelos republicanos paraenses.

Outro jornal que circulava na época e que também foi utilizado nesta pesquisa foi *A Província do Pará*, um dos mais importantes jornais da época. Originou-se da tipografia de *O Pelicano*, jornal que pertencia ao *Oriente Maçônico do Pará* e foi vendido para Francisco de Souza Cerqueira. Naquela ocasião, o jovem Antônio Lemos, que havia estreado no jornalismo escrevendo em *O Pelicano*, continuou na empreitada do novo proprietário. No ano de 1876, *A Província do Pará* passou às mãos do Dr. Joaquim José de Assis e Antônio Lemos assumiu a condição de seu jornalista e redator, trabalhando junto ao proprietário na administração do jornal. Segundo Sarges (2002), a maioria dos redatores de *A Província do Pará* era formada por republicanos, o que justifica o fato daquele jornal freqüentemente publicar textos favoráveis à República e ao *Club Republicano do Pará*. Em outubro de 1889, com a morte do Dr. Assis, sua esposa repassou sua cota para o mais fiel amigo do proprietário; desse modo, Lemos passou a ser o único dono do jornal. A primeira página de *A Província do Pará* continha uma organização mais

diversificada, contando com obituário, telegramas, informações policiais, não havendo menção à orientação político-partidária, já que se tratava de um jornal que não pertencia a nenhum partido político. Mas havia colunas com títulos permanentes, dentre os quais a matéria publicada na segunda e intitulada “Assunptos do dia”, que tratava das principais questões políticas. A terceira coluna “Echos de toda a parte”, continha as notícias de várias capitais do mundo e do Brasil. Na quarta coluna merece destaque a matéria “Através de Belém” que abordava assuntos referentes ao Congresso do Estado, além de apreciável variedade de serviços e informações. A parte inferior do jornal, como a de todos os periódicos, destinava-se aos folhetins. Na segunda página aparecem colunas onde eram publicados os artigos que abordavam temáticas políticas nacionais e internacionais. Até o ano de 1891, quando o *Diário Oficial* começou a circular, na segunda página de *A Província do Pará* publicavam-se as informações oficiais sob os seguintes títulos “Do Estado”, com informações sobre o Senado paraense, câmara dos deputados; “No estrangeiro”, onde se publicavam as notícias internacionais; “Notas officiaes” espaço destinado à legislação. “Secção livre” aberta à publicação de textos que versavam sobre vários assuntos como protestos, propaganda de remédios, avisos públicos, cursos, editais, além de uma variedade de anúncios: remédios, utensílios domésticos, que passavam também para a quarta página, repleta de propagandas comerciais de lojas, escolas, cursos e serviços em geral. Este periódico, apesar de não ter sido consultado em todo o período desta pesquisa, forneceu informações importantes para algumas das conclusões aqui obtidas.

Outro periódico importante na época envolvida por esta pesquisa, especialmente o segundo período, foi *A Folha do Norte*. Esta gazeta começou a circular em 1896 e só foi paralisada em 1974. Fundada por Cipriano Santos (1859-1923) e Enéias Martins (1872-1919), teve suas páginas marcadas pela história política dos seus principais fundadores (Lacerda, 2006). O primeiro era médico, com atuação intensa nessa área, principalmente após a proclamação da república, tendo dirigido instituições importantes como, por exemplo, a Inspeção do Serviço Sanitário, portanto atuava num campo que é o foco deste trabalho. Além de médico, Cipriano Santos herdou uma tradição jornalística, pois seu pai foi redator e proprietário de jornais. Em 1896, quando fundou a *Folha do Norte*, junto com Enéias Martins, defendia Lauro Sodré e, em 1898, quando Lauro Sodré fundou o Partido

Republicano Federal, também recebeu o apoio de Cipriano Santos e de seu jornal. Com a cisão política entre “lauristas” e “lemistas” (Partido Republicano Federal e Partido Republicano, respectivamente), mais ou menos em 1900, a mencionada gazeta mantém apoio a Lauro Sodré. O referido periódico possuía uma grande variedade temática, além de possuir circulação diária e envolver boa parte do período pesquisado, justificando-se assim sua escolha. Sua importância para este trabalho reside também no fato de ter se constituído em jornal de oposição, sendo bastante combativo em relação às ações de “disciplina e de organização da cidade” encaminhadas na administração lealista, aí incluídas as políticas na área da saúde. Também vale ressaltar a rivalidade com A Província do Pará, entre 1899 e 1900, destacando-se as polêmicas em torno da vacina, pois não podemos esquecer que, em 1904, o então senador Lauro Sodré liderou uma liga contra a vacina obrigatória no Rio de Janeiro, com ressonância na terra da mereba-ayba, destacando-se os debates estabelecidos através da imprensa.

Foi, portanto, com base nesses referenciais que desenvolvemos esta dissertação sobre epidemias de varíola em Belém e as diferentes formas de cura buscadas para a referida moléstia. Elementos importantes da História da Medicina Social, desenvolvidos nos capítulos seguintes.

---

## CAPÍTULO I

### ***A Presença da Mereba-ayba em Belém e o Discurso das Autoridades Sobre a Cidade, a Salubridade e as Doenças.***

#### **1. A Varíola Antes de 1884:**

De acordo com Ferreira (2006), a varíola foi classificada como uma das enfermidades mais devastadoras da história da humanidade. Considerada erradicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1980, a varíola surgiu provavelmente na Índia ou no Egito há mais de três mil anos. Esta doença se espalhou pelo mundo, causou diversas epidemias, aniquilou populações inteiras, inclusive diversas tribos de índios brasileiros. Marcas provavelmente causadas pela doença foram encontradas na face da múmia do faraó Ramsés II. Em determinadas culturas antigas, a letalidade da varíola era tão intensa entre as crianças que elas só recebiam nomes se sobrevivessem à doença.

A presença da varíola na Amazônia remonta aos tempos coloniais, tendo assumido sempre um caráter devastador. Em *Natureza, Doenças e Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros*, de Von Martius (1844) percebe-se o caráter devastador que a varíola teve em relação às sociedades indígenas. Segundo o renomado botânico “a varíola era completamente desconhecida pelos índios, antes do povoamento português”, tendo se propagado rapidamente a partir daí de forma que “se alastra até aos mais remotos ermos, e cada tribo conhece e teme essa doença, como se fora o mais pernicioso veneno para seu sangue” freqüentemente os colonos penduravam nas matas diversas peças do vestuário infectadas para

propagar a varíola entre os índios. De acordo com Martius (1844) os índios eram pouco resistentes à varíola e reagiam de forma variada ao desenvolvimento da doença; alguns atormentados pela forte dor de cabeça e pela temperatura elevada, costumavam isolar-se numa rede, aumentando mais ainda a febre; outros procuravam água corrente para tentar amenizar o calor interno e, por isso, muitas vezes morriam de apoplexia. Havia aqueles que buscavam por meio de banhos frios ou beberagens quentes apressar a erupção do exantema, nestes casos, a violência da doença é tamanha “a ponto de parecer toda a superfície do corpo uma só úlcera gangrenosa” Além de descrever as reações dos índios à varíola, o referido botânico afirma que tal doença não fazia distinção nem de sexo nem de idade entre os índios, mas para os mais idosos, para as mulheres grávidas e parturientes tornava-se mais perigosa, sendo mais facilmente suportada pelos mais jovens. Geralmente as grávidas afetadas pela varíola abortavam enquanto as parturientes transmitiam a doença para o recém nascido. Por todas essas razões é natural que a varíola tenha provocado imenso pavor entre os índios.

Uma demonstração do pavor que os índios sentiam diante da “doença maligna” pode ser percebida pela reação que tiveram nesta viagem em que era conduzido o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, do Pará até Macapá. Martius (1844: 99), afirma que:

Remavam uns vinte índios, quando, inesperadamente, se atemorizaram pela notícia de que a bordo havia um varioloso; todos se atiraram em alto mar e, a nado, preferiram alcançar as praias, a tentar ficar em companhia dos brancos, que do melhor modo possível, foram obrigados a se esforçar e levar o barco a um porto perto da ilha de Marajó.

Introduzidos pelos colonizadores portugueses, os surtos de varíola entraram no Império português, na América do Sul, pelas embarcações vindas do outro lado do Atlântico, principalmente da Europa e da África. Esta enfermidade foi a que mais danos causaram ao Pará entre fins do século XVIII e o século XIX. Segundo Alencastro (2000) foram detectadas epidemias de varíola em diversos portos do Nordeste brasileiro, se propagando para o norte e sudeste da colônia portuguesa, desde, pelo menos, os anos de 1560. Ao que tudo indica a primeira



grande epidemia de varíola anotada no Brasil foi iniciada em Salvador em 1561 e atingiu seu clímax justamente em 1563, ocasião em que matou cerca de 30 mil índios até então ilesos. De fato, frente ao pavor causado pela doença que nunca tinham visto e diante da tragédia que se lhes abatera, registraram-se muitos casos de índios que abandonavam seus companheiros atacados e fugiam espavoridos, dando grandes voltas nas matas para despistar a “doença maligna”. De passagem por São Vicente, José de Anchieta escrevera ao seu superior na Europa, o padre Lainez, e, ao dar alguns detalhes sobre esta epidemia, deixou um relato dramático de como a enfermidade atacava o corpo. Bruno (1984: 238-240), diz:

*Cubre-se todo el cuerpo, de pies a cabeça, de una lepra mortal que parece cuero de caçon y ocupa luego la garganta por dentro, y la lengua, de manera que com mucha dificultad se puede confesar, y en tres o quatro días muere. Quebra-se les la carne, pedaço a pedaço com tanta podredumbre de materia que salle dellos un terrible hedor, de manera que acuendele las moscas, como a carne muerta y pudrida y sobre ellos y les ponen gusanos que sino les socorriessem vivos los comerian.*

Desde então, segundo Camargo (2007), as bexigas não mais deixaram de “visitar” o Brasil e após esta primeira epidemia de 1563-64, a doença não deu mais trégua, sendo raros os períodos em que nenhum caso foi anotado. No século XVIII, por exemplo, verificaram-se grandes surtos desse mal em 1702, 1723, 1724, 1727, 1729, 1730, 1732, 1735, 1741, 1744, 1761, 1768, 1775, 1780, 1784, 1790 e 1798.

No século XVII as epidemias de varíola atacavam com freqüência a população indígena aldeada na região amazônica, ocasionando a morte de grande parte desta população. Para Raminelli (1998) a constante baixa demográfica dos aldeamentos foi ocasionada principalmente pela morte de milhares de nativos que não tinham resistência contra doenças introduzidas, sendo as epidemias de sarampo e bexiga noticiadas como catastróficas para a economia da região, em função do elevado percentual de baixas que afetavam o quantitativo de mão-de-obra. Os relatos deixados pelos religiosos - principalmente as crônicas do padre jesuíta João Felipe Betendorf - e pelos oficiais portugueses revelam com clareza os efeitos causados pelas epidemias de varíola em missões e aldeias nas capitanias do Maranhão e Grão-Pará, com destaque para aquelas ocorridas nas décadas de 1660

e 1690, tanto pela gravidade como pelo alto índice de mortalidade entre os nativos e escravos, assumindo, portanto, um caráter devastador, segundo Alden & Miller (1988) e Chambouleyron (2006).

A frequência dos surtos epidêmicos na Amazônia refletia, de certa forma, a política econômica encaminhada à época pela Coroa portuguesa, que objetivavam o incremento da agricultura comercial de exportação e à introdução de mão-de-obra escrava. De acordo com Sá (2008), os problemas advindos com as baixas na força de trabalho indígena aparecem como os principais fatores de origem da regularização do tráfico de escravos na Amazônia. Na segunda metade do século XVII as demandas por escravos africanos se intensificaram e iniciativas foram tomadas pela Coroa portuguesa com o objetivo de garantir o fornecimento regular de africanos para a região, propiciando a criação, em 1679, da Companhia do Estanco do Maranhão, que teria o controle do tráfico de escravos em troca do monopólio das exportações (Alencastro, 2000). Em todo o período de atuação (1682 a 1684) a Companhia - que possuía a exclusividade sobre o comércio de escravos, não alcançou o resultado esperado em sua missão que era abastecer o mercado da região com escravos africanos, atendendo, tão somente, à demanda da capitania do Maranhão.

Segundo Bezerra Neto (2001), em 1692, outro contrato foi efetivado, desta vez com mercadores da Companhia de Cabo Verde e Cachéu visando a introdução de 145 africanos por ano na região, os quais seriam distribuídos entre o Pará e o Maranhão. Mesmo levando em consideração a existência desse contrato e de outros realizados com outros comerciantes, é evidente a irregularidade do tráfico de africanos para a região Amazônica, sendo baixo o número de escravos importados. Apesar de serem tomadas várias medidas entre o fim do século XVII e o início do século XVIII no sentido de regularizar o abastecimento de escravos africanos na região, não foi possível alcançar o resultado almejado e o apelo pela mão-de-obra africana permaneceu como uma das principais reivindicações dos habitantes da região.

A partir da segunda metade do século XVIII, com o advento da política pombalina, a Metrópole encaminhou uma nova política econômica que visava

impulsionar o comércio de exportação e, com isso, inverter “as variáveis econômicas e sociais da região para melhor enquadrá-la no sistema atlântico e no controle metropolitano”, segundo Alencastro (200: 142). Assim, as leis régias decretadas no período pombalino, assinadas em 1755, criaram a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e, ao mesmo tempo, decretaram a abolição da escravidão indígena. A Companhia do Grão-Pará, além de fomentar o comércio com a Amazônia deveria, também, prover o fornecimento regular de escravos africanos para a região, pois uma das intenções do Marquês de Pombal era substituir a mão-de-obra indígena pela africana. A referida Companhia possuía uma frota de 18 embarcações e realizava em torno de seis viagens por ano entre a África e os portos de São Luís e Belém. Durante o período de funcionamento da Companhia (1755-1778), foram trazidos ao Grão-Pará um total de 12.580 africanos provocando diversas epidemias de varíola, pois a regularidade do tráfico negreiro e as condições altamente insalubres dos tumbeiros, propiciaram a disseminação da varíola entre os africanos e o conseqüente desencadeamento de surtos epidêmicos na região, segundo Vianna (1992).

De acordo com Alden e Miller (1987: 195), “a varíola sobrevivia enquanto suscetíveis existissem para sustentar a doença”, e cada manifestação nova da referida doença, pelo menos as grandes ocorrências epidêmicas, “surgiam devido a reintroduções de fontes externas, inicialmente européias, mas subseqüentemente africanas”. Em 1743, a região do baixo Amazonas sofreu uma epidemia de varíola que dizimou grande parte da população indígena. Ainda de acordo com Alden e Miller (1988) esse foi um dos mais sérios surtos na região em um intervalo de duas décadas. Charles-Marie de La Condamine, que se encontrava no Pará, deixou registrado em seu diário de viagem o quanto a doença havia sido devastadora para os indígenas, afetando principalmente os recém-chegados às missões religiosas e lamentou o fato de não estar sendo praticada a variolização. Para Figueiredo & Vergolino-Henry (1990), a preocupação com a disseminação da doença fez com que Portugal ordenasse que embarcações fossem vistoriadas e aquelas vindas de portos infeccionados ou com escravos doentes fossem submetidas a longas quarentenas<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Esta obra apresenta uma série de informações relativas ao tráfico interno e externo de africanos, indicando a procedência dos escravos importados e o mapeamento da distribuição desses escravos pela região amazônica. Há informações também sobre quilombos e sobre o modo pelo qual o

Mas, a falta de vigilância adequada permitiu que navios entrassem e descarregassem no porto escravos doentes de varíola, desencadeando assim novos surtos epidêmicos. Nesse sentido, a construção de lazaretos próximos aos portos passou a ser uma prioridade, sendo a construção dos mesmos aprovada pela Coroa portuguesa em 1787 com a exigência de que todas as embarcações que chegassem ao porto e que trouxessem escravos ficassem indistintamente em quarentena, o que também não foi cumprido, pois são freqüentes as reclamações feitas pela imprensa até o final do século XIX acerca da inobservância da quarentena por parte dos traficantes. O Conselho Ultramarino também procurou enviar para a Amazônia, a partir de 1768, medicamentos para o tratamento dos enfermos, pois era totalmente insuficiente o "sistema médico" no Pará daquele período, onde se encontrava, de acordo com Vianna (1992), um médico, um cirurgião e uma botica.

Mesmo com todas as tentativas empreendidas para evitar a entrada de navios negreiros com casos confirmados de varíola alcançasse os portos antes de passar pela quarentena, assim como das tentativas de inoculação (variolização) em crianças negras e índias, poucos foram os resultados concretos e a "peste branca" continuou a ser introduzida através do tráfico de escravos, de acordo com Sá (2008).

A chegada de um navio negreiro contaminado pela varíola no porto do Pará fez eclodir uma grande epidemia, em 1819. Esta provocou efeitos devastadores na população, com cerca de cinquenta óbitos por dia, que foram relatados pelos naturalistas alemães Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich von Martius em suas notas de viagem publicadas em 1831. Apesar de terem chegado à Belém alguns meses após o pico da epidemia, Spix e Martius puderam ainda presenciar o desenvolvimento da doença nos habitantes locais. Os naturalistas deixaram registrados os esforços empreendidos pelo governo para aplicar a vacinação jenneriana na população e os resultados ineficazes obtidos. Depois de tentar obter a vacina em Caiena, o governo enviou um navio à ilha de Barbados, no Caribe, enquanto esperava a chegada de mais material da Inglaterra. Spix e Martius registraram que, mesmo com a inoculação, muitos desenvolveram a doença, chamando a atenção para a qualidade da linfa, já que em alguns casos, dependendo

---

regime de escravidão se desenvolveu na região. Quase todas as informações dessa obra envolvem o período pombalino, com referência a ação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão e a intensificação do comércio de escravos africanos para a Amazônia.

do material inoculado, os resultados não eram positivos, desenvolvendo manifestações altamente virulentas, segundo Martius & Spix (1981).

Sem uma política eficaz de saúde pública, a varíola continuou a assolar a Região Amazônica. Com a falta de inspeção sanitária os portos continuaram a não sofrer fiscalização adequada; a vacinação continuou a ser negligenciada e os doentes com varíola não eram isolados, favorecendo o caráter endêmico da doença. Na primeira metade do século XIX temos notícia da varíola apenas na administração do Conde de Vila Flor que tentou utilizar a vacinação e, nesse período, também merece destaque a tentativa de tornar a vacina obrigatória no governo de João Antonio de Miranda. Na segunda metade do século XIX, antes de 1884, foram registradas três epidemias de varíola, 1851-1852, 1866-1868 e 1872-1876, sendo esta a mais devastadora de todo o período, pois provocou segundo dados de A. Vianna, 1162 mortos.

Até 1850 a origem da doença é geralmente associada ao tráfico negreiro, haja vista que as condições dos tumbeiros eram precárias e, portanto, era muito freqüente a disseminação de doenças entre seus ocupantes. O próprio Vianna (1975) afirma que a intensificação do tráfico negreiro para a Amazônia após a legislação pombalina, contribuiu para a eclosão das diversas epidemias que ocorreram na região. Da segunda metade do século XIX ao início do século XX, a origem da varíola passa a ser associada pelas autoridades às diversas correntes imigratórias para a região, especialmente a nordestina.

Nesta época a sociedade amazônica vivenciou um conjunto de transformações provenientes da economia da borracha. A descoberta dessa matéria-prima pela indústria mundial e o interesse do imperialismo britânico pelo chamado "ouro negro" da Amazônia, conferiram a essa região um papel importantíssimo no conjunto do sistema capitalista. O desenvolvimento dessa economia na região amazônica com a forte presença do capital inglês, distribuído entre seus diversos bancos situados entre Belém e Manaus; a adoção do clássico sistema de aviamento e a conseqüente presença dos barracões, casas exportadoras, seringueiros, etc. já mereceram diferentes estudos e, por conseguinte, uma produção historiográfica

densa<sup>11</sup>. É importante salientar que não pretendemos realizar uma análise minuciosa da economia gomífera, mas seus desdobramentos, principalmente no que diz respeito às transformações no espaço urbano, com destaque para a questão da saúde pública. Assim, é possível perceber uma série de medidas que demonstram a grande preocupação das autoridades locais com a salubridade, seja através do discurso, marcado pela ideologia higienista; seja através das obras encaminhadas nesse contexto. É evidente que, durante o século XIX, o crescimento da procura pelo látex, principalmente na segunda metade deste século, provocou o enriquecimento de setores da sociedade local envolvidos com o processo e, também, atraíram um grande número de imigrantes oriundos de outras regiões do país, especialmente do nordeste, e um grande número de imigrantes europeus. Estes eram os mais requisitados, os mais esperados, os detentores da civilização tão buscada por alguns elementos da sociedade local. O interesse pelo imigrante europeu era tão grande que os diferentes governos da região procuraram realizar campanhas de incentivo a vinda destes<sup>12</sup>.

A respeito da migração nordestina, especialmente a cearense, para o estado do Pará entre fins do século XIX e início do XX, foram produzidos diversos trabalhos, mas a grande maioria destes tratou os nordestinos de forma homogeneizadora<sup>13</sup>, negligenciando, portanto, o caráter individual e único das experiências desses sujeitos. Assim, Lacerda (2006) considerou fundamental recuperar do esquecimento essas experiências individuais, com o intuito de compreender as razões que fomentavam o interesse dos cearenses em direção ao

---

<sup>11</sup> Sobre este tema temos uma produção vastíssima, mas cabe destacar os trabalhos de Roberto Santos, *A História Econômica da Amazônia*; e de Bárbara Weinstein, *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência, de 1850 à 1920*.

<sup>12</sup> Em "O Paraíso Chama-se Pará: O Álbum 'Pará em 1900' e a Propaganda para atrair imigrantes", Edilza Fontes busca demonstrar as estratégias oficiais para atrair trabalhadores e investidores europeus para o estado do Pará a época do boom da borracha.

<sup>13</sup> Para um debate mais aprofundado sobre imigração ver: LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História Social, São Paulo, 2006. Consultar principalmente o primeiro capítulo da tese, onde a autora trava um debate com as principais abordagens historiográficas sobre o assunto.

Pará, procurando desviar o foco da análise, da ótica do Estado, para a ótica dos próprios sujeitos<sup>14</sup> envolvidos no processo.

É necessário perceber, porém, que a vinda desses imigrantes fez a população das duas principais cidades da região crescer em contraste com os seus padrões de infra-estrutura. Assim, surgiram diversos problemas sociais e de outra natureza e, muitos problemas já existentes tornaram-se incontroláveis, como, por exemplo, a questão da saúde pública, sendo muitas vezes os migrantes cearenses responsabilizados por epidemias de varíola em Belém, o que iremos analisar melhor no capítulo seguinte. A análise dos impactos causados pela economia da borracha e todo processo de modernização urbana na região foi já bastante pesquisado e desde os trabalhos de Maria de Nazaré Sarges e Ednéa Mascarenhas Dias<sup>15</sup>, respectivamente sobre Belém e Manaus, têm se produzido um conjunto de análises sobre este processo que contribuem, cada um a seu modo, para o conhecimento do conjunto de transformações proporcionadas às duas cidades e, conseqüentemente, a relação da sociedade com estas transformações.

Em geral, as camadas populares constituíam-se no alvo principal das políticas públicas elaboradas na época, de acordo com um projeto que visava afastar “para além dos muros da cidade” todos os elementos considerados nocivos a boa

---

<sup>14</sup> No capítulo intitulado “Migrantes cearenses na cidade de Belém”, Lacerda (2006) descreve as experiências dos migrantes que permaneceram da capital do Pará e também daqueles seringueiros que freqüentemente visitavam Belém. Assim, a autora, baseada nas concepções de Raymond Williams relativas a relação campo e cidade na experiência inglesa, revela que as relações entre cidade e floresta eram bem mais estreitas do que se imagina, em função de certas análises consagradas pela historiografia relativa ao tema. Todavia, a recuperação dessas experiências individuais tem relevância para este trabalho por serem os nordestinos, especialmente os cearenses, apontados pela imprensa e pelas autoridades paraenses, como os grandes responsáveis pelas epidemias de varíola, em Belém, a partir da segunda metade do século XIX.

<sup>15</sup> No primeiro momento, com os trabalhos de Sarges (2000) e Dias (1999), procurou-se desvendar o projeto modernizador a partir da ótica das elites, onde se procurava mostrar os interesses que estavam em jogo no momento da elaboração da idéia de modernização na Amazônia, com seu caráter excludente em relação às camadas consideradas populares. Esta, talvez, a grande virtude destes trabalhos, pois a partir dessas considerações desenvolveram-se diversos trabalhos interessados em compreender essa exclusão sob a ótica dos próprios sujeitos envolvidos no processo. Sendo assim, os dois trabalhos citados funcionaram como eficientes aparelhos auditivos que permitiram recuperar do silêncio as vozes, muitas vezes, inaudíveis do passado. Com isso, além das grandes obras de embelezamento das cidades mais importantes da região como a abertura de ruas largas, as construções de ferro, os teatros, usinas de incineração de lixo, palacetes, etc. buscou-se demonstrar o outro lado da modernização, com a marginalização dos setores populares evidente na demolição dos cortiços, na expulsão dessas camadas para as áreas periféricas, no controle da mendicância, da vadiagem, da prostituição, das vendas e do próprio lazer popular, tudo isso evidente nos Códigos de Posturas elaborados pelos governantes das duas cidades.

convivência no espaço urbano: as classes perigosas, os doentes, a doença, o lixo, a morte e os próprios mortos. Em nome do bem viver, as autoridades constituídas procuravam destinar o espaço central da cidade às elites e afastar, o máximo que pudessem do centro urbano, tudo o que fosse considerado nocivo aos interesses daquela parcela da sociedade. Em Belém o discurso das autoridades aponta neste sentido, pois é evidente a preocupação com a higiene ou com a saúde “pública” nos projetos de reforma urbana, códigos de posturas, relatórios de governo e outros atos ou decretos instituídos pelo poder público<sup>16</sup>.

No final do século XIX a cidade de Belém passou a ser administrada por Antônio José de Lemos. Nessa administração temos o calçamento da maior parte das ruas da Cidade Velha e do Comércio, bem como de algumas ruas do Reduto, com paralelepípedos de granito, também foram abertas diversas valas para escoamento das águas pluviais e dos esgotos e também ajardinadas as maiores praças da cidade. É importante ressaltar que esta administração contava com vultosos recursos provenientes, principalmente, do apogeu da economia da borracha, dando-se o luxo de calçar com paralelepípedos de madeira todo o quadrilátero que circunda o Teatro da Paz, para que o girar de veículos, condutores de passageiros, circulando junto ao pomposo teatro, não perturbasse os assistentes

---

<sup>16</sup> Existe já uma consistente produção historiográfica relativa ao período da chamada Belle'epoque preocupados em perceber os efeitos da propalada modernização em segmentos considerados inferiores pela sociedade, nas classes consideradas perigosas. Investigando processos de sedução e defloramentos em Belém no final do século XIX Cancela (1997) revela traços muito importantes no comportamento dos envolvidos como, por exemplo, composição do mercado de trabalho, relações de gênero e as práticas de lazer dos homens e mulheres daquele período. Traços significativos que foram abrindo trilhas para investigações futuras sobre o comportamento dos populares na capital do Pará, a relação de diferentes sujeitos com o cotidiano que os envolvia, num contexto e abordagem bem próximos do que é investigado neste trabalho. Outro trabalho relevante nessa linha é o de Trindade (1999) que, vasculhando o bairro da Campina desvendou aspectos significativos no comportamento dos populares que habitavam aquela porção da cidade de Belém de fins do século XIX, especialmente da camada marginalizada da sociedade local. Porém, é preciso afirmar que o autor estava preocupado principalmente em “entender como se constrói uma carga de preconceitos que até hoje acompanha o cotidiano deste bairro, pelo menos em algumas ruas” (Trindade, 1999, pg 08). Assim, embora o referido autor tenha abordado a questão da saúde e da doença, relativamente às camadas marginalizadas do bairro da Campina em Belém, não o fez na mesma perspectiva desta dissertação, pois procurou mostrar como certas doenças afetavam a população do bairro da Campina, algumas formas de contágio, a disseminação, mas apenas com o intuito de enfatizar a condição de marginalizados dos sujeitos que investigava, que contribuiu para a construção de uma carga de preconceitos sobre os mesmos. Temos assim uma gama de trabalhos relevantes sobre a Belém da *Belle Époque* influenciados pela terceira via de interpretação do caso carioca, que de alguma forma dialogaram com as questões que estão sendo propostas por esta dissertação. Existe ainda um conjunto de trabalhos nessa linha que aparecerão ao longo do texto, a medida que seja identificada sua relação com as questões aqui abordadas. Por enquanto continuaremos com a análise da reurbanização de Belém na segunda metade do século XIX.



dos espetáculos daquela casa. Já no início do século XX foram inaugurados os mercados de São Brás e o de Ferro, novos hospitais são construídos como, por exemplo, a Santa Casa; remodela-se o Palácio do governo, funda-se a freguesia de Canudos, inaugura-se a Usina de Cremação, surgem os bondes elétricos e inauguram-se os primeiros 1500 metros de cais do novo porto. Essas novidades provocaram mudanças significativas no modo de vida da sociedade local, revelando-se dois os dois lados do processo, pois, garantia o bem viver para alguns a custa da exclusão de outros.

A propaganda governamental deste período exhibe imagens diversas da capital paraense geralmente associadas à salubridade, higiene e ordem, trinômio do progresso e da civilização. Essa propaganda era expressa em álbuns produzidos em diversos momentos entre o final do século XIX e início do século XX<sup>17</sup>, nos proporcionando uma série de informações sobre a cidade de Belém relacionadas a questão da saúde, como veremos a seguir. Segundo Fontes (2002: 258):

A preocupação em construir uma imagem positiva da região foi uma questão central na virada do século passado que levou governos, intelectuais, jornalistas, seringalistas, comerciantes e agricultores a expressar suas opiniões sobre a região e suas necessidades.

Mas a grande questão é qual o propósito dessa política? Segundo a autora, que analisou o álbum de 1900, tratava-se, principalmente, de propaganda para atrair imigrantes, pois a segunda metade do século XIX seria marcada pelo debate do fim da escravidão e, ao mesmo tempo, pela busca de alternativas para a mão-de-obra escrava. Neste sentido, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho do imigrante europeu seria a solução haja vista que contemplava o desejo

---

<sup>17</sup> Entre as brochuras produzidas na época destaca-se o “Álbum Descritivo Amazônico”, organizado por Arthur Caccavoni. da cidade de Belém, deste final do século XIX, é o Álbum do Pará, ricamente ilustrado e publicado em Turim. Pelos anúncios que contém, pode-se ter uma idéia das áreas de Belém, caracterizadas por uma zona portuária, onde abundavam os trapiches de madeira; uma zona comercial, subdividida pela disposição das casas de comércio, bancos companhias de seguro, etc., no bairro do Comércio (“boulevard” da República, R. João Alfredo, R. 15 de Novembro, etc.) e bairro do Reduto (R. 28 de Setembro, Av. da Municipalidade, etc.), onde já havia importantes indústrias; e uma grande zona residencial, ocupando o resto do espaço urbano.

de erguer na Amazônia uma civilização a imagem e semelhança das sociedades da Europa Ocidental. Este trabalho é bastante significativo, realizando-se a partir de uma análise esmiuçada da brochura e de vários outros documentos sobre o tema onde fica claro que, para a autora “a publicação foi organizada com o objetivo de divulgar o Estado, tentando desconstruir a imagem de que no Pará era impossível prosperar uma sociedade civilizada”. No seu entender existe uma “tensão social” no texto da brochura, pois os intelectuais buscavam sempre demonstrar o grau de progresso e civilidade alcançado pelo Estado, contrapondo-se a uma imagem elaborada da região como terra de índio, insalubre e pestilenta.

Segundo Pereira (2006), que analisou essa produção iconográfica, entre o século XIX e início do século seguinte, em torno de 50 fotógrafos trabalhavam em Belém. Tais profissionais dedicavam-se, no princípio, exclusivamente ao gênero de retratos através do método de produção única da imagem. Com o tempo, em função da introdução de novas técnicas e outros sistemas fotográficos que utilizavam o princípio positivo-negativo, esses profissionais ampliaram a sua produção para registros de paisagens, reproduzindo cenas cotidianas dos locais por onde passavam ou colaborando para expedições científicas. Vários fotógrafos retrataram imagens diversas dos espaços urbanos de Belém, sempre procurando ressaltar aspectos da cidade como ícones da modernidade. Essas imagens foram distribuídas por álbuns, relatórios municipais, jornais e revistas. Mas, a produção sob a assinatura Fidanza<sup>18</sup> ganha destaque, pela reconhecida qualidade técnica e nítida delicadeza de suas paisagens, especialmente na representação de obras públicas,

---

<sup>18</sup> Para Pereira (2006, 64), Felipe Augusto Fidanza “foi um dos principais fotógrafos cuja atuação foi bastante divulgada nos jornais locais” Português de origem, natural da cidade de Lisboa, veio para o Brasil e consagrou-se como a maior expressão da fotografia no Pará. Fidanza merece destaque como retratista, mas também como fotógrafo de paisagens urbanas. “Seu primeiro trabalho a destacar-se em âmbito nacional foram as fotografias que documentaram os preparativos da chegada de D. Pedro II em Belém no ano de 1867” (pg 66). Fidanza sempre buscou aprimorar a arte de fotografar e com esse intuito fez diversas viagens para Paris, Lisboa e Londres, buscou novidades, participou de expedições nacionais e internacionais e apresentou as mudanças em seu ateliê que era utilizado para fazer exposições de pinturas de artistas que passavam por Belém. Neste trabalho, Pereira procura analisar a relação entre fotografia e cidade a partir da narrativa visual dos álbuns e relatórios de Belém que foram elaborados no período de 1898 a 1908, buscando identificar as formas como os indivíduos se fizeram representar nos diversos cenários urbanos, com visibilidade para os tipos sociais que foram flagrados sutilmente pelos fotógrafos a serviço ou não da propaganda governamental, com o intuito de difundir uma imagem de modernidade da cidade de Belém.

ênfatizando o desenvolvimento da cidade, que foram reunidos nos Álbuns do Pará de 1899 e de Belém de 1902. Segundo Pereira (2006: 79):

Esses álbuns representam luxuosas obras que exibem as marcas de uma cidade em transformação e foram editados a pedido do governador e do intendente, cujo objetivo era por em destaque os grandes acervos que correspondem ao período do seu mandato. Fotografia de edifícios, de ruas, de avenidas, de praças, de jardins públicos, de Igrejas e outras realizações arquitetônicas servia para mostrar o desenvolvimento, o progresso e melhorias efetuadas. Além dessas produções citadas anteriormente, Fidanza responsabilizou-se pela composição de álbuns em outros estados.

Analisando o Álbum de 1902<sup>19</sup> percebemos como essa preocupação é evidente. Impresso pela gráfica Philippe Renouard, em Paris, apresenta comentários e setenta e seis pranchas de imagens sobre vários aspectos da cidade. Ao todo são 93 fotografias de Belém e retratos dos representantes do governo. Conforme marca d'água impressa percebe-se claramente que são fotografias de Felipe Augusto Fidanza. O álbum foi encomendado pelo intendente municipal, Antônio Lemos, constituindo-se em obra comemorativa, editada a pedido do governo municipal, com o objetivo de enaltecer as realizações do intendente. São fotografias de prédios, jardins públicos, praças, Igrejas, monumentos, ruas, avenidas e mais algumas realizações arquitetônicas que permitem a realização de certa reconstituição da história imediata da cidade, ênfatizando-se os elementos relacionados ao desenvolvimento, ao progresso e melhorias efetuadas, principalmente na administração lequista. O texto do álbum procura descrever os acontecimentos históricos e os diversos significados que envolvem as imagens em toda a obra. No início está representada a imagem do governador do estado naquele período, Augusto Montenegro, em seguida os retratos dos doze administradores da rede municipal, compondo uma única página. O intendente Antônio Lemos aparece no centro da página e, ao seu redor, os doze representantes estaduais, retratados em foto 5x4. Segundo Pereira (2006: 64), "há uma necessidade de as pessoas ligadas ao mandato de governo se fazerem conhecidas e estarem presentes nos

---

<sup>19</sup>Esta análise foi feita em monografia de especialização defendida em 2008, na UFPA, sob orientação de Maria de Nazaré Sarges, intitulada "Modernidade, Civilização e Imigração em Belém no início do século XX: o Álbum de Belém de 1902".

mecanismos de divulgação da cidade, com o intuito de ter uma imagem pública” Após a apresentação dos retratos vem a narrativa sobre a disposição dos espaços da cidade, construção e ordenação, e também de seus símbolos. Do início ao fim, a brochura procura até de forma exagerada, demonstrar a existência de civilização na Amazônia. Mas, qual civilização? Inspirado em padrões europeus, o modelo de civilização aqui defendido assentava-se sob um projeto político republicano (com seus poderes modernamente constituídos), e de acordo também com os parâmetros da moderna ciência da higiene, este último aspecto tem importância vital para o encaminhamento desta análise.

Assim era necessário mostrar que esta civilização estava adequada aos mais avançados conhecimentos científicos da época, que a cidade de Belém era propícia ao bem viver, pois a salubridade deixava de ser encarada como um problema climático na região para passar a ser tratada de acordo com os modernos princípios da ciência da higiene. Percorrendo todo o álbum de 1902 percebe-se que a palavra higiene é mencionada dezenas de vezes, referindo-se, às vezes, de forma desnecessária ou exagerada, pois voltada para descrição de ambientes que não apresentam grande risco à saúde da população. Em toda a brochura são analisados diversos trechos onde a preocupação com a higiene é manifestada, tanto sobre os prédios situados em locais distantes do centro da cidade, relativos ao tratamento do lixo, de doentes, abate de animais e enterramento dos mortos, pois se procurava levar para fora das áreas centrais os maiores perigos para a saúde da população, ao mesmo tempo que também buscava-se proporcionar aos edifícios da área central os requisitos fundamentais da ciência da higiene.

O Mercado Municipal, localizado na área central aparece com uma divisão interior em pavilhões isolados, formando áreas abertas ao ar livre, que poderiam ficar intransitáveis nas épocas mais chuvosas, mas, em contrapartida, teriam grandes conseqüências higiênicas para o estabelecimento, pois o asseio do mesmo se realizaria com extrema facilidade nos tempos de calor, especialmente a lavagem dos talhos, “diariamente emporcalhados pela mercancia da carne verde”, diz Brandão (1902).

A preocupação em permitir a circulação do ar é típica, neste período, da adesão a famosa teoria dos miasmas, defendida pela corrente dos infeccionistas que consideravam que objetos naturais (animais ou vegetais), em putrefação, desencadeavam doenças pelo ar, daí a necessidade de construir espaços com possibilidade de circulação do ar, como fica explícito na descrição do Mercado Municipal e também nas ruas largas, abertas em Belém naquele contexto.

O álbum também apresenta as praças e ruas principais da cidade, sempre limpas, muito bem cuidadas, mais um aspecto que ressalta a preocupação com as condições higiênicas da cidade. As praças são apresentadas como espaços agradáveis, voltadas para o refrigério dos cidadãos. As ruas largas obedeciam à dinâmica da sociedade em construção na época e, ao mesmo tempo, procuravam atender às exigências da ciência da higiene, facilitando a circulação do ar para evitar a contaminação da população.

No álbum de 1902 percebe-se, portanto, uma descrição de Belém que procura enquadrá-la em padrões de modernidade, enfatizando seus símbolos principais, sendo importante considerar que a utilização do discurso higienista é constante, constituindo-se num dos elementos centrais da noção de modernidade cultuada naquele contexto. Esse discurso voltou-se principalmente para as classes populares, para as classes consideradas “perigosas”, gerando um acúmulo de experiências que informam as atitudes dessas camadas em relação às determinações do poder público.

Em função das inúmeras dificuldades em combater certas doenças, como a varíola, impõe-se o isolamento como forma de evitar o contágio, daí a necessidade da construção de um hospital em área afastada do núcleo urbano, como é o caso do hospital de variolosos, representado na imagem acima.

A preocupação com a doença não é especificidade da modernização, é coisa muito antiga. A população da região amazônica experimentou, com amargura, epidemias terríveis que afetaram grande parte da população. No século XIX, a varíola – velha conhecida do povo da região -, a febre amarela e a cólera ceifaram vidas e propiciaram um saldo de pavor, de medo, que se constituiu num caldo de cultura para as concepções médicas da época. A epidemia de febre amarela de

1850 chegou a afetar, segundo Vianna (1992), 12000 pessoas para uma população de 16000, em Belém. Assim, justifica-se toda a preocupação com a higiene no discurso das autoridades, como fica evidente na passagem a seguir de Sarges (2002: 147) referente à obra de Antônio Lemos:

O cuidado com a saúde pública e o serviço sanitário de Belém se constituíram num dos pontos prioritários da administração lealista(...). A intendência de Belém tentou regular os hábitos de forma a obter resultados satisfatórios no que concerne a saúde pública, na medida em que criou mecanismos na legislação municipal com o objetivo de controlar casas comerciais como hotéis, casas de pensão, restaurantes, hospedarias, etc., lugares considerados mais perigosos a propagação de doenças epidêmicas.

É importante ressaltar que a ação do Estado, tanto na esfera municipal quanto estadual, procurou associar a idéia de modernidade e civilização a padrões de higiene notadamente “científicos”.

Os relatórios de Antônio Lemos descrevem vários casos de doenças epidêmicas (febre amarela, tuberculose, varíola, etc.) que assolavam a população da cidade, mas, ao mesmo tempo todo o esforço no sentido de tomar medidas profiláticas com a finalidade de controlar a propagação das moléstias, o que leva inclusive, a criação do Departamento Sanitário Municipal, em 1901. Também foram criadas a Inspectoria Geral do Serviço Sanitário do Pará, o Instituto Bacteriológico, o Instituto Vacinogênico, a Estatística Demográfica Sanitária, o Laboratório de Análises Clínicas e Bromatológicas, o Laboratório Farmacêutico, o Hospital de Isolamento, etc.

Todo esse arsenal médico-científico evidencia a intenção política de reordenar o espaço urbano para habitação das elites e trabalho das camadas mais pobres da população. Daí a ação sobre os cortiços, o tratamento do lixo, a desativação de cemitérios, etc. de acordo com a teoria dos Contagionistas ou Infeccionistas. Essas concepções dividiam e atormentavam a própria comunidade

científica desde os tempos do Dr. Castro, ou do flagelo do cólera na Belém do Grão-Pará, como bem demonstrou Beltrão (2004)<sup>20</sup>.

Para Vigarello (1999), essa nova conjuntura coincidiu com o predomínio do paradigma microbiano e bacteriológico que, graças aos trabalhos de Pasteur e Koch, propiciaram uma outra compreensão da causa das doenças, suas formas de transmissão e cura. A identificação dos agentes etiológicos das doenças infecciosas propiciou o desenvolvimento de vários métodos de imunização e combate aos vetores e seus reservatórios naturais. Surgiram métodos específicos de profilaxia, normalmente bastante eficazes, que levaram alguns a acalentar o sonho de que todo e qualquer mal poderia ser remediado pelo novo saber. O combate às epidemias que assolavam a região, dificultando o pleno funcionamento da economia da borracha e afastando de seus portos os trabalhadores estrangeiros, levou os poderes constituídos a criarem, durante o século XIX, um aparato legal para regular os serviços sanitários, assim como um conjunto de instituições. Esses centros passaram a ditar os rumos da saúde pública.

A comunidade médica parecia não chegar a um consenso acerca das medidas profiláticas necessárias, mas na verdade, é preciso compreender a historicidade desse debate e, como bem demonstrou Figueiredo apud Chalhoub (2003), não estavam muito descoladas as práticas da medicina oficial em relação aos métodos da medicina popular<sup>21</sup>. Porém, ao longo do século XIX, os estudos

---

<sup>20</sup> Eram dois os principais paradigmas médicos, vigentes no século XIX, sobre as causas e o modo de propagação de doenças epidêmicas. Entendia-se por contágio a propriedade que apresentavam certas doenças de se comunicar de um a outro indivíduo diretamente, pelo contato, ou indiretamente, através do contato com objetos contaminados pelos doentes ou da respiração do ar que os cercava. O contágio, uma vez produzido, não precisava, para se propagar, da intervenção das causas que o haviam originado; ele se reproduzia por si mesmo, não obstante as condições atmosféricas reinantes. Ou seja, os contagionistas acreditavam que o surgimento de uma determinada doença sempre se explicava pela existência de um veneno específico que, uma vez produzido, podia se reproduzir no indivíduo doente e assim se propagar na comunidade. Por infecção se entendia a ação exercida na economia por miasmas mórbidos. Em outras palavras, a infecção se devia à ação que substâncias animais e vegetais em putrefação exerciam no ar ambiente. A infecção atuava senão na esfera do foco do qual se emanavam os tais "miasmas mórbidos". Era verdade que uma doença infecciosa podia se propagar de um indivíduo doente a outro são; todavia, tal processo não acontecia propriamente por contágio: o indivíduo doente agia sobre o são ao alterar o ar ambiente que os cercava.

<sup>21</sup> No artigo que compõe a obra acima A. Figueiredo analisa os embates entre pajelança (práticas curativas populares) e medicina "científica", demonstrando, com base em consistente documentação, que os médicos científicos discriminavam o saber popular, mas geralmente lançavam mão de seus métodos.

científicos avançaram, conferindo maior credibilidade aos doutores, por isso, aqui no Pará a política era marcada pela presença influente de médicos. Nesse campo, a cultura da higiene ganhou destaque, definindo boa parte das políticas públicas. Na administração do governador Paes de Carvalho percebe-se uma enorme preocupação com a saúde pública, nos seus relatórios aparecem muitas medidas voltadas para a higienização da cidade, de acordo com Rodrigues (2008).

O Álbum de Belém de 1902, organizado no governo de Augusto Montenegro, como já foi dito revela uma preocupação destacada com a higiene. Em cada fotografia mostrada procurava-se evidenciar padrões de higiene adotados, notadamente científicos, adequados aos padrões europeus. Assim, as ruas largas, as praças, os hospitais e cemitérios afastados do centro urbano, a usina de incineração do lixo, o curro público, o necrotério, etc., seriam a demonstração da civilização na Amazônia. Quando o documento acima citado refere-se à desativação do cemitério Soledade afirma que foram razões de ordem higiênica que determinaram a interdição do referido cemitério e que “já em 1874 considerado insuficiente pela Santa Casa de Misericórdia, a quem incumbia então a gerência de semelhantes negócios, apesar de ser a iniciativa de construção respectiva toda por conta do governo”, de acordo com Brandão (1902).

A quando da criação da Repartição Sanitária Municipal, em 1899, considera o governo que essa reforma envolveu, na sua complexidade, o aumento de pessoal técnico, a fiscalização dos mercados, matadouros, dos estábulos, hotéis, restaurantes, talhos, necrotérios, cemitérios, domicílios particulares e, enfim, em todos os pontos da cidade onde a saúde pública estivesse ameaçada em face, de acordo com o governo, do “desleixo higiênico”. Essas informações, contidas no álbum de 1902, revelam o caráter assumido pela administração municipal no que se refere a questão da saúde do município, percebendo-se a presença marcante do discurso higienista fundamentando a política de saúde municipal e seus efeitos, principalmente sobre as camadas populares, maiores responsáveis, de acordo com o discurso oficial, pelo estado de higiene da cidade.

Na descrição do Curro Público não se busca argumento diferente, segundo Brandão (1902): “Esse estabelecimento é ainda o mesmo que garante a população



de Belém a carne verde isenta dos perigos que oferece a matança sem a fiscalização científica e o talho sem os devidos escrúpulos prescritos pela higiene”.

**FOTOGRAFIA 01: Matadouro Municipal**



Fonte: BRANDÃO, Caetano. **Álbum de Belém 1902**. Paris: Fidanza/ Philippe Renoaud, 1902.

Igual argumento é utilizado em relação ao Necrotério e a Usina de Cremação, para Brandão (1902: 93-94):

A situação do necrotério à beira do rio e às portas da cidade assegura-lhe as melhores condições higiênicas, que são escrupulosamente mantidas pela administração [...]. A usina está situada a curta distância da cidade em um trecho pouco edificado, permitindo a facilidade dos transportes de lixo e animais mortos, cuja incineração ali se faz do modo mais prático e pelos processos regulados pela moderna higiene.

É importante destacar a localização destes prédios, sempre distante do núcleo urbano, livrando parte da população, os bem nascidos, de qualquer risco que a presença do lixo, animais mortos e o abate do gado pudessem representar, de acordo com os preceitos médicos em vigor na época.

**FOTOGRAFIA 02: Usina de Incineração de Lixo e Animais Mortos**



Fonte: BRANDÃO, Caetano. **Álbum de Belém 1902**. Paris: Fidanza/ Philippe Renaud, 1902.

### FOTOGRAFIA 03: Necrotério Municipal



Fonte: BRANDÃO, Caetano. **Álbum de Belém 1902**. Paris: Fidanza/ Philippe Renaud, 1902.

Essa *belle époque* da saúde também foi marcada pela construção de espaços voltados para o atendimento dos enfermos. Por meio da verba intitulada “socorros públicos” surgiram diversas instituições direcionadas ao tratamento dos acometidos de moléstias diversas, epidêmicas ou não. Algumas já existiam, mas passaram por reformas ou adaptações ou ampliação de seus espaços. Para o tratamento dos variolosos inicialmente havia uma enfermaria localizada na travessa José Bonifácio, muito criticada pelas instalações inadequadas e por não conseguir atender a demanda, serviu as epidemias de 1883 e 1890, mas foi substituída pelo Hospital São Sebastião, destinado a abrigar os variolosos. Com a epidemia de varíola em 1898, o governador Paes de Carvalho tratou de construir um hospital para estes doentes, tipo hospital-barraca-de-campanha, e que ficou pronto em três

meses. Segundo Vianna (1992), o edifício é vasto, tendo comprimento de 120m e largura de 22m. Todo edificado em madeira; as grandes enfermarias e o 1º corpo são forrados. O hospital está instalado no mesmo terreno do Domingos Freire, do qual dista 130m, sendo separado deste por uma cerca de arame. Pela frente do terreno, na travessa Barão de Mamoré, e pelos lados de toda a área compreendida por aquela grande propriedade do Estado corre uma cercadura completando assim o isolamento dos edifícios.

Com a erradicação da varíola o São Sebastião passou a ser o “Asilo das Madalenas”, para a internação de prostitutas portadoras de doenças venéreas, a partir de 1921, tendo também abrigado tuberculosos.

O outro hospital que servia ao isolamento era o São Roque, na verdade uma casa, moradia particular, às proximidades do Domingos Freire, alugada por 150\$000 pelo governo do estado, em 1904, e utilizada para o isolamento de pacientes com peste bubônica, estando o São Sebastião, lotado. Ampliado e dotado de todos os cômodos necessários serviu também para o isolamento de pacientes portadores de varíola, gripe, difteria, etc.



Havia também o Hospital da Caridade e o Asilo dos Alienados, sob a direção e administração da Santa Casa de Misericórdia do Pará. Existia o Lazareto do Tatuoca, cedido ao Governo Federal, para os serviços de quarentena aplicado às embarcações que atracavam no porto de Belém. Ainda se poderia contar com o Hospital Militar Federal, o Hospital da Marinha, o Hospital Militar do Estado e a Escola de Farmácia. Havia também instituições privadas, como o Hospital Dom Luiz I, de propriedade da Real sociedade Portuguesa Beneficente, que acolhia seus associados e também os indigentes que os procuravam; o Hospital de São Francisco, da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, quase exclusivo dos irmãos enfermos. Mas, em épocas mais delicadas, marcadas pela eclosão de epidemias, a população mais pobre poderia ainda contar com as associações de caridades que se empenhavam na tarefa de prestar socorro aos desvalidos e doentes sem assistência. As que mais se destacavam na época eram a Liga Humanitária, a Sociedade das Damas da Caridade, a Imperial Sociedade Beneficente Artística Paraense, a União Salvaterrense, a Sociedade Beneficente Estrela do Oriente, etc<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Sobre as instituições existentes em Belém nesse período, consultar CAMPOS, Américo. "Higiene". In: *Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil: O Pará em 1900*. Pará-Brasil: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900, p.113-19.

O medo da contaminação, do contágio ou dos “miasmas” também afetou o destino dos mortos. No Pará, desde pelo menos a época da conquista eram comuns os enterramentos nas igrejas, nos mosteiros, conventos e outros lugares considerados sagrados. Supõe-se que os primeiros colonos falecidos fossem enterrados na pequena igreja de Nossa Senhora da Graça, construída por Francisco Caldeira Castelo Branco, dentro do forte do Presépio. De 1626 em diante, os conventos e igrejas franquearam os seus recintos às sepulturas, conforme Vianna (1992), a quantidade de pessoas sepultadas nestes locais parece impossível levantar, em função da falta de registros, que só foram mantidos com relação aos indivíduos considerados mais ilustres.

A entrada em maior escala de africanos na Amazônia, a partir da segunda metade do século XVIII, em função da política pombalina, provocou epidemias de varíola e, em conseqüência, a necessidade de se estabelecer um local para serem enterrados os escravos e os pobres, vitimados pela peste. O fundo do Largo da Campina ficou reservado a esta prática.

Em 1801, uma carta régia ordenou ao governador do Pará, D. Francisco de Souza Coutinho, que, em companhia do bispo, escolhesse um local fora da cidade, para um ou mais cemitérios públicos, onde fossem feitos os enterros sem exceção de pessoa alguma. Essa ordem levou a ampliação do cemitério do largo da campina, mas a população manteve a prática dos enterros junto às igrejas. Em 1841, a câmara municipal encaminhou um projeto para estabelecer um cemitério público e, com esta finalidade adquiriu por troca um terreno.

Em 1848, a Assembléia provincial autorizou a Câmara a dar em aforamento à Misericórdia o referido terreno. Depois de idas e vindas, a epidemia de febre amarela abreviou a solução da questão. O presidente Jeronymo Coelho nomeou duas comissões médicas, uma composta de três facultativos, para propor

as medidas sanitárias precisas, outra de quatro, para curar os indigentes; ordenou que as farmácias aviassem as receitas dos pobres por conta da Fazenda pública.

Entre as medidas sanitárias adotadas, destaca-se a da proibição expressa de sepultura aos mortos de febre, nas igrejas da cidade. Para tais medidas tornarem-se realidade, na prática, era necessário estabelecer um cemitério regular; o presidente não pensou em utilizar o cemitério do largo da campina, porque se encontrava em completo abandono; então escolheu um lugar, então chamado das valas, todo de solo firme, mandou limpar sessenta braças quadradas, meteu-as em cerca regular e erigiu dentro delas uma pequena capela de madeira, sob a proteção de Nossa Senhora da Soledade.

#### FOTOGRAFIA 05: Cemitério da Soledade



Fonte: BRANDÃO, Caetano. **Álbum de Belém 1902**. Paris: Fidanza/Philippe Renoaud, 1902.

O crescimento urbano não permitiu longa atividade ao cemitério da Soledade, pois a referida necrópole estava já muito próxima da área central da

cidade e, com isso, o perigo de contaminação atormentava os habitantes de Belém. Uma nova epidemia de varíola, que então grassava com violência na cidade, reclamou providências enérgicas das autoridades, buscando-se o encaminhamento de uma nova necrópole que recebeu os indigentes infeccionados, a partir de 1874. Tratava-se do cemitério Santa Izabel que inicialmente recebia os cadáveres dos pobres, dos escravos e das vítimas das epidemias. Neste momento, a segregação envolveu até os mortos, pois o cemitério da Soledade passou a ter a condição de cemitério dos abastados. Na verdade, essa desigualdade nos enterramentos remontava aos tempos da cólera, como afirma Beltrão (2004, não paginado):

Na capital, onde as vítimas deveriam ser enterradas no cemitério de N. S. da Soledade, provavelmente, houve sepultamentos fora do campo santo, tanto pela falta de braços para cumprir com o "dever cristão", como pelos preços das esmolas para o enterramento. (...) A sepultura mais barata era demasiado cara para ser adquirida pelas gentes pobres, abatidas pelo flagelo. Para facilitar a compreensão durante a epidemia, os enfermeiros recrutados pela Comissão de Higiene Pública recebiam 10\$000 réis mensais. Um enterramento na vala comum, portanto, equivaleria a 20% da remuneração. Pode-se argumentar que havia sempre a possibilidade de ser dispensado da esmola, mas essa prática não era usual. Das 1.049 almas enterradas na Soledade, vitimadas pela cólera, apenas 30% foram dispensadas da esmola, ou seja, teve enterro gratuito. Os demais dispenderam 4\$000 réis por uma sepultura rasa e temporária, única disponível em tempo de moléstia epidêmica.

Em 1880, uma comissão de médicos e engenheiros, avaliando as condições higiênicas do cemitério da Soledade, recomendou a suspensão dos enterros naquela necrópole. Segundo Vianna (1992: 301), “[..] a comissão alegou que a necrópole achava-se já dentro do povoado; que os espaços disponíveis no cemitério eram já insuficientes para os enterros; que a análise química do terreno revelava um misto de argila e areia, impróprio [...]”

A portaria de 5 de agosto do ano citado declarou suspensos os enterros na Soledade e, portanto, transferidos para o cemitério Santa Izabel.

O medo da morte, ou da morte precedida por um estado mórbido associado a uma marca estigmatizante, levou as autoridades, respondendo a apelos e contando com a conivência de muitos, a procurarem afastar da cidade os doentes

já que não se consegue evitar a doença, a afastar os mortos em função da impossibilidade de conter a morte.

**FOTOGRAFIA 06: Capela do Cemitério Santa Izabel**



Fonte: BRANDÃO, Caetano. **Álbum de Belém 1902**. Paris: Fidanza/ Philippe Renoaud, 1902.

Essa cultura da higiene estava assentada em concepções médicas que, mesmo gerando reações, orientavam a reorganização do espaço urbano. Entre os defensores de tais concepções estavam médicos influentes, que alcançaram grande projeção política. Está patente aqui a confiança no saber técnico, que graças ao seu poder de intervenção submete, transforma e molda o ambiente, numa atitude que guarda similaridade com o trabalho das divindades, o que poderia nos levar a uma longa viagem por diversas culturas.



Todavia, se os preceitos da ciência da higiene serviam para as autoridades da região reivindicar padrões de civilização, nem sempre eram bem recepcionados pela sociedade local. As profilaxias oficiais eram reiteradas vezes recusadas, principalmente, pelas camadas populares. Entre as profilaxias mais rejeitadas encontrava-se a vacina. A história da aversão à vacina e outras profilaxias e ou práticas terapêuticas em Belém é bem antiga, começando ainda no século XVIII, pois segundo Vianna (1975) a vacina anti-variólica, por exemplo, foi introduzida em Belém poucos anos após sua invenção pelo médico inglês Edward Jenner. Desde então se desenvolveu uma cultura aversiva a profilaxias e práticas terapêuticas oficiais que se estendeu até o século XX. Embora o objetivo maior deste trabalho seja desvendar as razões dessa aversão, elaboramos primeiro, um histórico das epidemias de varíola, entre 1884 e 1904, para mostrarmos os efeitos sobre a população de Belém, mas também porque entendemos que o momento da epidemia é revelador, tendo as pesquisas se concentrado neste período para identificar as razões do comportamento aversivo da população de Belém às medidas oficiais no campo da saúde.

---

## CAPÍTULO II

### *Epidemias de Varíola em Belém da Belle Époque.*

A preocupação em mostrar uma cidade limpa, portanto adequada aos padrões da moderna ciência da higiene, estava relacionada, também, às constantes epidemias de febre amarela, cólera, peste e varíola. Era preciso mostrar que a cidade estava preparada para combater tais doenças. Porém, a investigação demonstrou que a administração, tanto estadual quanto municipal, encontraram inúmeras dificuldades para conter as epidemias. Algumas vezes não se entendiam acerca das medidas ou práticas terapêuticas adequadas, não raro realizavam o tradicional “jogo do empurra”, quando não transferiam toda a culpa à ignorância popular ou ao governo Central, especialmente durante o Império. Vejamos o caso da varíola.

Esta dissertação, portanto, pretende mergulhar nessa longa experiência com a varíola e a vacina, desenvolvida pela população de Belém, com o intuito de compreender as raízes da intolerância às profilaxias encaminhadas pelo poder público. Assim, não vamos reproduzir integralmente os momentos que demonstrem a insatisfação popular e sua postura diante das medidas encaminhadas pelas autoridades, apenas quando necessárias, porque entendemos que este aspecto da relação dos populares com a vacina e outras profilaxias emanadas do poder público já foram exaustivamente demonstradas em diferentes trabalhos sobre o tema, inclusive em períodos aproximados aos dessa pesquisa, como os citados

anteriormente. As fontes que analisamos revelam freqüente intolerância às profilaxias oficiais por parte das camadas populares, o que também já foi demonstrado em outros trabalhos, portanto esse não será nosso foco principal, mas sim procurar através da repetição dessa postura recuperar aspectos da experiência popular com a varíola e a vacina que possam nos informar sobre tal comportamento aversivo. Assim, neste capítulo procuramos fazer a reconstituição da incidência da varíola em Belém e seus efeitos sobre a população desta cidade desde o período colonial até o início do século XX, para demonstrar sua presença freqüente no Pará e seu caráter “aterrador”, principalmente para as camadas mais baixas da sociedade local. O objetivo maior dessa reconstituição é confirmar que a varíola não é uma doença desconhecida da população de Belém, no final do século XIX ou no início do século XX, mas uma velha conhecida. Sendo assim, seria natural que as camadas populares já tivessem criado representações sobre a varíola e também já tivessem desenvolvido práticas curativas próprias, diferentes daquelas constituídas pelos médicos acadêmicos e com as quais algumas vezes divergiam, outras convergiam, mas este assunto é para o próximo capítulo.

### **1. Epidemias de Varíola em Belém entre 1884 e 1904:**

Neste período desencadearam-se três epidemias, a de 1884, outra entre meados de 1887 e meados de 1889, e a terceira entre 1899 e 1901. Na estatística apresentada por Vianna (1975) as epidemias referidas envolvem um período bem maior porque sua análise procurou caracterizar a epidemia desde o aparecimento do primeiro caso da doença até a última incidência. A análise feita neste trabalho tomou por base apenas o período em que houve um número significativo de mortos. Assim, para um total de 834 mortos no período apresentado por Vianna referente à primeira epidemia, 587 mortes foram registradas apenas no ano de 1884, por exemplo. Procuramos concentrar a análise das fontes no período mais apavorante das epidemias, pois neste as manifestações da sociedade, da imprensa e das autoridades, foram mais intensas e reveladoras. Utilizamos algumas informações fornecidas por Vianna acerca das epidemias citadas e também diversas notícias veiculadas por alguns periódicos que circulavam na cidade de Belém na época

como, por exemplo, o “*Diário de Notícias*”, “*A Folha do Norte*” e “*A Província do Pará*”, e “*A República*”.

Também foram úteis os relatórios, mensagens e falas de governo do período, bem como de abaixo assinados encaminhados ao poder público no período relativos a questão da saúde e dos ofícios da Chefatura de Polícia. A partir da análise dessas fontes organizamos um conjunto de idéias a respeito das epidemias de varíola entre 1884 e 1904. É importante esclarecer que não estamos considerando uma quarta epidemia que se estende de 1904 a 1905, pois o corte temporal dessa análise é 1904 e neste ano a varíola se manifestou apenas no último trimestre, sendo mais agressiva no ano seguinte, mas coletamos informações deste período que estivessem relacionadas ao comportamento da sociedade local, relativamente a Revolta da Vacina, que acontecia no Rio de Janeiro exatamente naquele momento.

### 1.1. Epidemia de 1884:

O *Diário de Notícias*, em sua edição de 20 de janeiro de 1884, denunciava a presença da varíola em Belém e sugeria providências adequadas para o expurgo da moléstia, dando ênfase a “urgentíssima” necessidade de limpeza da cidade, de preferência a qualquer outro serviço que não atendesse ao interesse da saúde pública. Pois, no *Diário de Notícias*:

[...] Se por um lado o pouco caso que fez-se, quando este flagello anunciou sua entrada, das conseqüências necessárias de sua estada, não se cuidando de prevenir e impedir que Ella propagasse, fazendo-se executar rigorosamente as medidas aconselhadas pela sciencia; por outro lado cooperara para o seu rápido desenvolvimento o nenhum asseio, o estado imundo da cidade, devido ao desmazelo e ao desprezo das disposições do código de posturas, por parte dos srs. Fiscaes, aos quaes a camara não podia compellir ao cumprimento de seus deveres, nem fazer o que elles descuravam [...].

[...] É terrível a situação! Um povo mal e carissimamente alimentado, em lucta com um flagello hediondo, é horribilíssimo! [...].(*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 20 jan.1884, p. 2)

A notícia reproduzida acima revela a crença na ciência, no saber técnico responsável pela salubridade da urbe, manifestada pelo articulista, mas, ao mesmo

tempo, demonstra a inobservância de tais preceitos por parte da população e das autoridades, culpando-se os Fiscais pelo estado de higiene em que se encontrava a cidade, que não estariam fazendo cumprir o Código de Posturas. Chama a atenção, também a matéria, para a condição da alimentação da população de Belém que, associando a condição de saúde do povo à qualidade da alimentação, considerada péssima e de alto custo, reflexo do crescimento desordenado provocado pela economia da borracha. Esta notícia é uma evidente demonstração de como o discurso ou a ideologia da higiene ganhou projeção, principalmente na segunda metade do século XIX, especialmente através da imprensa que não cansou de “alertar” a população sobre o poder maléfico dos temidos miasmas. Assim, no dia 5 de fevereiro de 1884, o mesmo *Diário de Notícias* denunciava, “à bem da saúde pública”, a existência de um “foco de miasma” localizado na estrada de São Jerônimo, entre as travessas 25 de março e 9 de janeiro, “em casa de um tal Francisco, mais conhecido como Chico Curtidor”. O tal Chico, segundo o diário, “tem a peste dentro de casa” e os vizinhos viviam incomodados com o mau cheiro que dali exalava, autorizando o periódico a pedir providências do poder público.

São recorrentes as notícias relativas à varíola neste ano de 1884. O próprio Corpo de Polícia da Província foi afetado pela epidemia, pois a secretaria da enfermaria daquele regimento enviou diversos ofícios ao Chefe de Polícia informando a existência de variolosos em tratamento naquele lugar. Assim, em 14 de janeiro estava em tratamento o soldado Martiniano de Oliveira Pantoja, no dia seguinte estavam o cabo Honorato Xavier e o soldado Manoel Barbosa da Silva, no dia 16 eram os soldados João Marinho dos Santos e Francisco da Chagas Saraiva. No dia 17 de janeiro de 1884, a secretaria da referida enfermaria chama atenção para a gravidade da situação e para a necessidade de vacinação e revacinação naquele Corpo.

A situação tornara-se tão séria que o médico responsável pela enfermaria, Dr. Bruno de Moraes Bittencourt, teve que renunciar ao gozo de uma licença para tratar dos enfermos. No dia 21 de janeiro a secretaria da enfermaria informava mais um caso de varíola, desta vez era o corneteiro Antonio da Silva Rodrigues, em 12 de fevereiro estava em tratamento o soldado Rufino Antonio da Silva. Em 23 de fevereiro foi recolhido do Marco da Légua, afetado pela varíola, o soldado Agostinho de Lima. De todos os casos registrados pela enfermaria do Corpo de Polícia, chama

atenção o do soldado Raymundo José da Trindade, que baixou àquela enfermaria no dia 27 de janeiro, sendo que dias antes havia sido vacinado. O médico registrou em sua entrada um “movimento febril” que, no entanto, “não caracterizava a invasão da moléstia eruptiva reinante” (varíola). Segundo o médico poderia ser o desenvolvimento da vacina, “que parecia querer vingar”, mas ainda assim o esculápio não descartava a possibilidade de ser a bexiga. No dia seguinte o paciente continuava no mesmo estado, sendo-lhe administrada a medicação considerada adequada para o caso, conforme o relatório do médico, mas não sendo providenciada a transferência por não ter desenvolvido a sintomática apropriada. De 28 para 29, daquele mesmo mês, o quadro agravou-se, sendo que toda sua superfície cutânea revelava manchas e outros sinais que indicavam tratar-se de um caso raro de varíola (hemorrágica).

Mesmo com o agravamento do caso, o mesmo continuava duvidando do diagnóstico e, sendo assim, o paciente foi a óbito no dia 30 de janeiro, às 3 horas da tarde. Com o falecimento o médico recomendou a transferência da enfermaria para outro compartimento do quartel, até que aquele compartimento onde ficava a enfermaria fosse caiado e devidamente higienizado, propondo o esculápio a desinfecção de todo o quartel, recomendando para tal o uso de água e cloreto de sódio.

O caso acima é revelador em vários aspectos, primeiro porque mostra a incidência da varíola em quem já havia se vacinado o que pode ter causado a dúvida no médico e a conseqüente dificuldade em emitir um diagnóstico preciso, voltaremos a esta discussão no capítulo seguinte; segundo porque evidencia a dificuldade em dar atendimento adequado aos variolosos, pois se fosse confirmada a varíola o soldado seria transferido para a enfermaria José Bonifácio, como ocorria com todos os casos da doença detectados pelo dito médico; com isso fica evidente o medo da contaminação da tropa, talvez para não afetar os seus superiores e, este seria um último aspecto a revelar, com exceção do cabo Honorato Xavier, a varíola atingiu somente os soldados do Corpo de Polícia da Província e, quando não eram os soldados eram seus familiares, pois encontramos também ofícios em que os

mesmos pediam ao Chefe de Polícia licença para acompanhamento de parentes acometidos de varíola<sup>23</sup>.

A ideologia da higiene que tomou conta do discurso oficial no período, como já analisado no capítulo anterior, também era utilizada pelos populares, quando conveniente, para a defesa de seus próprios interesses. Recorria-se, portanto, aos preceitos da ciência da higiene, para garantir melhorias para as áreas em que viviam, fossem essas melhorias de saneamento, calçamento das ruas, abastecimento de água ou outra qualquer, amparada no próprio discurso oficial. Assim é que os moradores da travessa João Augusto Corrêa - Largo do Palácio - reclamando, em abaixo-assinado<sup>24</sup>, do péssimo estado em que se encontrava a referida travessa, principalmente na área compreendida entre as ruas Formosa e Dos Mercadores. Segundo os moradores daquela travessa, o estado da via lhes é prejudicial à saúde “pelos miasmas pestíferos que constantemente se exalam das imundícies depositadas na mesma travessa”, especialmente na espécie de calha que ali existe e está sempre obstruída, resultando deste “grande inconveniente” o aparecimento de doenças que flagelavam os abaixo assinados. Aqueles moradores, então, pedem ao governo da província providências no sentido de mandar calçar a mencionada travessa, “afim de melhorar as condições higiênicas da mesma”. Outras vezes a utilização do discurso higienista serve àqueles que pretendem garantir a continuidade de seus negócios, é o que acontece no caso dos comerciantes da Doca do Imperador, que reclamam das péssimas condições daquela, que estava acumulando lama e lixo, “exalando miasmas que alteram a saúde pública” e, portanto, pedem providências ao responsável pela limpeza do porto, que desse início a limpeza daquela doca, de preferência a qualquer outro lugar, pois nas marés medianas ou “quebra d’água, não podem entrar barcos de maior lotação, prejudicando o interesse do comércio e de particulares<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> Essas informações foram extraídas dos ofícios enviados pela secretaria da enfermaria do Corpo de polícia da Província do Pará ao comandante do mesmo. Documentação encontrada no Arquivo Público do Estado do Pará com a designação: Corpo de Polícia da Província – ofícios diversos, jan/mar/1884, lote 47.

<sup>24</sup> Abaixo assinado enviado a Secretaria da Presidência da Província, em 18 de abril de 1884. Documentação disponível no Arquivo Público do Estado do Pará, seção abaixo-assinados, ano 1884, cx 07.

<sup>25</sup> Abaixo assinado encaminhado a Secretaria da Presidência da Província, em 16 de julho de 1884. Documentação disponível no Arquivo Público do Estado do Pará, seção de abaixo-assinados, ano de 1884, cx 07.

Voltando a questão das epidemias de varíola é preciso destacar que o *Diário de Notícias* geralmente publicava os óbitos ocorridos em cada dia, informando a quantidade e, às vezes, o nome dos mortos, principalmente dos óbitos ocorridos fora da Enfermaria José Bonifácio.

Por meio das páginas dos periódicos que circulavam em Belém, na época, é possível reconstituir aspectos das epidemias que assolavam a população de Belém na segunda metade do século XIX. Algumas vezes essa fonte, confrontada com outras, nos permitem conclusões importantes e, às vezes, inovadoras acerca das epidemias de varíola em Belém. É o que acontece, por exemplo, quando comparamos os dados fornecidos pelos jornais com aqueles que foram disponibilizados por Vianna (1975). Apesar de considerarmos relevantes os dados apresentados por Vianna, ao confrontá-los com outras fontes, identificamos algumas discrepâncias. Assim, para o ano de 1884 Vianna (1975, p.61) apresenta os seguintes dados: 73 mortos em janeiro, 95 em fevereiro, 89 em março, 68 em abril, 68 em maio, 49 em junho, 37 em julho, 31 em agosto, 24 em setembro, 26 em outubro, 18 em novembro e 14 em dezembro. Porém, na fala do presidente João Silveira de Sousa na abertura da 1ª sessão da 25ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial, realizada em 15 de outubro de 1884, apresentou-se o seguinte relatório de mortos pela varíola: 75 mortos em janeiro, 90 em fevereiro, 87 em março, 69 em abril, 73 em maio, 50 em junho, 40 em julho, 32 em agosto e 25 em setembro. Neste percebe-se que, faltando um trimestre para terminar o ano de 1884, já aparecem 541 mortes por varíola. Também é importante considerar que, neste relatório, o presidente apresenta o estado sanitário da província no ano de 1884 como “bastante lastimoso”, pois, além das moléstias comuns ao clima da região, reinaram algumas epidemias, com destaque para a varíola que, em sua estatística, totaliza 602 vítimas fatais.

Todavia, o mais curioso é perceber que a estatística apresentada por Vianna não diverge apenas do relatório apresentado pelo presidente Silveira de Sousa, mas também de sua própria soma, pois apresenta um total de 587 mortos por varíola para o ano de 1884, mas, somando mês a mês os números apresentados por Vianna, chegamos ao total de 592 mortos. Outra estatística discrepante é aquela que



aparece nos jornais, pois o *Diário de Notícias* (27 abr. 1884, p. 02)<sup>26</sup>, que publicava estatísticas da Santa Casa de Misericórdia, apresentava os seguintes dados para o ano de 1884: 79 em janeiro, 89 em fevereiro, 88 em março e 59 em abril. Os números apresentados para os quatro primeiros meses do ano de 1884 revelam discrepâncias em relação aos dados de Vianna e também em relação ao relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial. Para uma demonstração mais clara desta discrepância, elaboramos o quadro abaixo com as referidas estatísticas.

**TABELA 01: COMPARAÇÃO DO NÚMERO DE ÓBITOS POR VARÍOLA EM 1884.**

<b>ANO</b> 1884	<b>ÓBITOS</b>	<b>ARTUR VIANNA</b>	<b>RELATÓRIO PRESIDENTE PROVÍNCIA</b>	<b>DIÁRIO DE NOTÍCIAS</b>
<b>JANEIRO</b>		<b>73</b>	<b>75</b>	<b>79</b>
<b>FEVEREIRO</b>		<b>95</b>	<b>90</b>	<b>89</b>
<b>MARÇO</b>		<b>89</b>	<b>87</b>	<b>88</b>
<b>ABRIL</b>		<b>68</b>	<b>69</b>	<b>59</b>
<b>MAIO</b>		<b>68</b>	<b>73</b>	—
<b>JUNHO</b>		<b>49</b>	<b>50</b>	—
<b>JULHO</b>		<b>37</b>	<b>40</b>	—
<b>AGOSTO</b>		<b>31</b>	<b>32</b>	—

<sup>26</sup> Esta notícia foi veiculada no dia 27 de abril de 1884 e visava acalmar os ânimos em relação à epidemia, pois apresentava a suposta redução do número de mortos, em abril, como sintoma do estado culminante da epidemia.

<b>SETEMBRO</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>–</b>
<b>OUTUBRO</b>	<b>26</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>NOVEMBRO</b>	<b>18</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>DEZEMBRO</b>	<b>14</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>TOTAL</b>	<b>587*</b>	<b>541</b>	<b>315</b>

\* Apesar do registro de 587 mortes, a soma real é de 592.

No mesmo periódico, encontramos a seguinte estatística, reproduzida no quadro abaixo, relativa aos mortos por varíola, em janeiro de 1884.

TABELA 02: RELAÇÃO DE ÓBITOS POR VARÍOLA EM JANEIRO DE 1884.

JORNAL		ENFERMARIA			ÓBITOS FORA DA ENFERMARIA	TOTAL DE ÓBITOS
Data	Nº Pág	Entrada	Cura	Óbitos		
03/01/1884 Nº 2	<u>2</u>	<u>1</u>	-	<u>1</u>	-	<u>1</u>
04/01/1884 Nº 3	-	<u>1</u>	-	<u>1</u>	-	<u>1</u>
05/01/1884 Nº 4	<u>3</u>	-	-	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>
06/01/1884 Nº 5	<u>3</u>	<u>1</u>	-	-	-	-
09/01/1884 Nº 7	<u>2</u>	-	-	<u>1</u>	-	<u>1</u>
10/01/1884 Nº 8	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>
11/01/1884 Nº 9	<u>2</u>	-	<u>1</u>	-	-	-
15/01/1884 Nº 12	<u>3</u>	<u>8</u>	-	<u>0</u>	<u>2</u>	<u>2</u>
16/01/1884 Nº 13	<u>3</u>	<u>7</u>	-	<u>2</u>	-	<u>2</u>
17/01/1884 Nº 14	<u>3</u>	<u>7</u>	<u>1</u>	<u>0</u>	<u>4</u>	<u>4</u>
19/01/1884 Nº 16	<u>2</u>	<u>9</u>	<u>4</u>	<u>0</u>	-	-
20/01/1884 Nº 17	<u>3</u>	10	<u>1</u>	<u>5</u>	-	<u>5</u>
24/01/1884 Nº 20	<u>3</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>3</u>
25/01/1884 Nº 21	<u>2</u>	<u>4</u>	-	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>4</u>
26/01/1884 Nº 22	<u>2</u>	<u>2</u>	-	<u>2</u>	<u>0</u>	<u>2</u>
27/01/1884 Nº 23	<u>2</u>	<u>5</u>	-	<u>2</u>	<u>0</u>	<u>2</u>
29/01/1884 Nº 24	<u>2</u>	<u>0</u>	-	<u>5</u>	<u>3</u>	<u>8</u>

Fonte: *Diário de Notícias*, janeiro de 1884.

A maioria das mortes citadas acima ocorreu na própria enfermaria José Bonifácio, criada para tratar exclusivamente de variolosos e que aparecia diariamente nas páginas do *Diário de Notícias*, numa seção específica designada como “Enfermaria de Variolosos”. Nesta fazia-se o registro de toda a movimentação da dita enfermaria, havendo referência à quantidade de mortos, ao número de pacientes em tratamento, aos curados e, também, a relação dos mortos fora da enfermaria, nesta, quando havia, era sempre comemorada a ausência de mortos, como aparece na edição do *Diário de Notícias* (26 jan. 1884, p.2): “Uma boa notícia ontem fora da enfermaria não faleceu ninguém”. Também a relação dos mortos fora da enfermaria oferece dados mais completos, relativos ao local de moradia, nome, sexo, faixa de idade e possível condição social.

Assim, percebe-se que a epidemia atingiu de forma mais intensa as áreas centrais da cidade, aparecendo na relação a rua das Flores e travessa do Príncipe no bairro do Umarizal (Ó de Almeida e Quintino Bocaiúva, respectivamente), a rua da Indústria (Gaspar Viana), etc. Entre os adultos a varíola não fazia distinção de sexo e também atingia violentamente as crianças que apareciam na relação como “menor” ou “inocente”, durante o ano de 1884, frequentemente, o *Diário de Notícias* informava óbitos de crianças por varíola, predominantemente do sexo masculino. Quanto à origem social dos mortos é possível considerar que pertencessem as camadas menos favorecidas da sociedade, pois, em primeiro lugar, havia um grande número de mortos na enfermaria José Bonifácio, para onde eram levados principalmente os pobres e, além disso, os mortos fora da enfermaria eram designados na maioria das vezes apenas pelo primeiro nome e tratados como “indigentes variolosos” pelas autoridades e nas páginas dos jornais.

Quando os jornais noticiavam mortes de pessoas consideradas ilustres, ou pertencentes às classes mais abastadas, o registro era feito com nome e sobrenome e os nomes vinham sempre precedidos do EXM<sup>o</sup> Sr<sup>o</sup> ou EXM<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup>, para destacar a condição social das pessoas citadas. Assim, em 02 de fevereiro de 1884, o referido jornal noticiava que, no dia anterior faleceram de varíola, “à travessa 19 de março, a menor Christina de tal, e à rua do bom jardim, a inocente Rosa”. O *Diário de Notícias* (29 abr. 1884, p. 2) trazia uma nota intitulada “Falecimento”, onde se lia: “Depois de um longo e doloroso padecimento, faleceu sábado vítima de varíola [...], o inocente

Joaquim Egídio do Valle, filho da EXM<sup>a</sup> SR<sup>a</sup> D. Estephania Antônia de Carvalho do Valle”. Pesquisamos todas as edições do ano de 1884 do periódico citado acima e encontramos apenas na edição do dia 29 de abril uma nota fúnebre que destacasse o padecimento da vítima, com ênfase em sua origem familiar. Há outros poucos registros em que se identifica tal origem, mas sem o destaque da nota do dia 29 de abril.

Assim, foram registrados os óbitos de crianças nas páginas do *Diário de Notícias* em 1884, excetuando-se as já citadas: Augusto de 3 anos, Manoel de 6 meses, o menor João, os menores José e Ana Vicência, Maria – filha de Maria Furtado -, a filha de Hermenegildo Antonio Alves Branco, Manuel de 3 anos, Gualdino de 1 ano, João de 2 anos, Adriano de 8 anos, Raymundo de 6 anos, Manuel de 2 anos, Antonio de 7 anos, Joaquim de 8 meses, Raymundo de 7 anos, Manuel de 8 anos, Raymundo de 16 meses, Maria Bahia Castões de 3 anos, Luiza de 5 anos, Guilherme de 2 anos, o menor Bento, Raul de 2 anos, a menor Micaella, Raymundo de 6 meses, a menor Guilhermina, os menores Manuel Theodoro e Alegario Lopes Castelo, o menor Raymundo, o menor Leôncio Prado, o menor Maximiano Pedro de Sant’anna, os menores João e Dionisiana na enfermaria José Bonifácio e, por fim, o menor José Jeremias. A nota identificava geralmente o local de moradia das vítimas.

Neste sentido, percebe-se que a grande maioria das vítimas da varíola eram os “fulanos de tal”, aqueles que não mereceram uma nota digna pelo seu falecimento nas páginas dos jornais, até porque eram tantos que ficava inviável tal tarefa e, por isso, a Rosa e a Christina de tal só eram citadas como membros das estatísticas sobre a epidemia de varíola em Belém, sendo desnecessário informar quem eram seus pais, como viviam, onde trabalhavam, se trabalhavam, onde moravam, etc. Elementos indispensáveis para se compreender o conjunto de experiências que marcavam a vida daquelas pessoas e que informam as posturas que adotavam diante da realidade que os cercavam. Conforme salienta George Vigarello, seria através dos refugos da sociedade, os físicos, identificados com as imundícies, esgotos e a debilidade das habitações; somados aos morais, que a noção de higiene pública agora se sustentava. Construída sobre a avaliação dos “flagelos sociais”, afirma Vigarello (1999: 166), que a higiene via na miséria um meio

de propagação da infecção, na medida em que enfraquecia os corpos tornando-os assim suscetíveis à fúria das doenças.

De acordo com Pierre & Revel (1995: 143), numa população em que a maioria “[...] subsiste nos limites da sobrevivência”, ao sinal de uma nova enfermidade, esta “[...] atinge inicialmente aos pobres. Mesmo quando as condições de sua difusão são em teoria iguais”. Portanto, diante dessa situação, a pobreza enferma, vista como perigosa à manutenção da saúde de todos e, por conseguinte um dos focos de proliferação das doenças recebeu, no decorrer das epidemias, uma atenção especial por parte do poder público e de alguns setores mais abastados da sociedade, cujo objetivo era promover o alívio do sofrimento que afetava os doentes mais necessitados e, ao mesmo tempo, assegurar o bem estar de toda a comunidade.

Como a incidência maior da varíola envolvia pessoas das camadas inferiores da sociedade, sem recursos para realizar um tratamento adequado e que, também, muitas vezes não aceitavam ou não procuravam a assistência prestada pelo poder público, tornava-se necessário despertar nos cidadãos de posses a solidariedade ou a compaixão pelos variolosos que já sofriam com a pobreza, passaram a sofrer mais ainda com a doença. Em várias edições do ano de 1884 o jornal *Diário de Notícias* exalta a ação de um grupo de mascarados que percorria a cidade esmolando em nome dos variolosos. O grupo era formado inicialmente por três elementos, um dos quais tocava rebeca e os outros dois tocavam violão. Estes, segundo o *Diário de Notícias* (19 fev. 1884, p. 2), “saíram igualmente esmolando à caridade pública em favor dos indigentes variolosos”. Em outra edição esclarece o articulista:

Na tarde de domingo saíram novamente a esmolar à caridade pública, em favor dos variolosos, os quatro moços mascarados, que formavam o grupo à imitação dos lyricos-mendigos que ahi andam pelas nossas ruas [...]

As companhias urbana e paraense franquearam seus carros aos ditos moços, que não tiveram entrada no teatro da Paz, não obstante a ordem do empresário para dar-lhes entrada, por ignorar-o o porteiro [...].

Em nome dos indigentes, novamente estendemos a mão e lhes dizemos – muito obrigado! (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 26 fev.1884, p. 3)

Os dados apresentados acima indicam apenas os efeitos da epidemia em Belém, pois os registros relativos ao número de mortos no interior onde a varíola também se manifestou, são muito deficientes. Sobre a presença da varíola no interior, no ano de 1884, o presidente da província assim se manifestou, através do Relatório de Governo (1885)<sup>27</sup>:

Até o fim do mez passado havia no hospital de José Bonifácio oito variolosos em via de restabelecimento; em alguns lugares do interior da província , porém, ainda grassa esta epidemia, tendo se manifestado ultimamente na Cachoeira, Abaeté e Igarapé-miry, pelo que fiz seguir para Cachoeira o Dr. Argemiro Rodrigues Germano, para Abaeté e Igarapé-miry o Dr. Gouvêa Freire.

Constando-se que em Benevides havia se manifestado a moléstia, para alli enviei o Dr. José Viríssimo de Mattos, que participou-me não haver se dado nenhum caso.

Na comarca de Óbidos, onde se acha o Dr. Pedro de Moraes Bittencourt, continua grassar com alguma intensidade conforme acaba de participar-me o referido médico. (Relatório de Governo de José Araújo Roso Danin. 1885, p.10).

O *Diário de Notícias* também faz referência à presença da varíola no interior. Na edição de 20 de fevereiro de 1884 chamou atenção para a presença da doença em Bujarú e Monfort para onde foram designados respectivamente os médicos Santa Rosa Filho e o Dr. Campos. Na edição do dia seguinte o mesmo jornal anuncia a presença da varíola em Mosqueiro, dando destaque a ação considerada eficaz do Dr. Argemiro Germano. O referido periódico aponta a presença aterradora<sup>28</sup> da varíola em Cachoeira, afirmando:

São aterradoras as notícias que recebemos da Cachoeira, respeito à varíola que alli está grassando com intensidade, victimando a sua população.

<sup>27</sup> Relatório com que o exm. snr. José Araújo Roso Danin, 2.º vice-presidente da Província, passou a administração da mesma, em 04 de agosto de 1884, ao exm. snr. Conselheiro João Silveira de Souza, nomeado por carta imperial de 31 de maio de 1884. Pará, Typ. De Francisco Costa Junior, 1885.

<sup>28</sup> Segundo Jane Beltrão (2005) este termo, muito usado na época, apresentava sentidos que podem ser considerados eufemismos alusivos à morte.

Para melhor compreender-se qual o estado d'aquela população, offerecemos à apreciação pública o seguinte tópico de uma carta que temos à vista. Eil-o:

- A bexiga tem feito uma espantosa carnificina n'esta Villa. Da família do José Quito já morreram: - a mãe, a mulher, dous filhos, a sogra e consta que elle mesmo já succumbio. E como esta família muitas outras. É geral o pânico. (*DIARIO DE NOTICIAS*, 23 set. 1884, p.2)

Na mesma edição o jornal cita a presença da varíola também em Benevides, destacando a ação do Dr. José Veríssimo, confirmando o relatório apresentado pelo presidente Silveira de Sousa. Há também referências à presença da varíola em Óbidos, em Chaves, em Bragança e em Curuça, de onde o "Curuçaense" informa: "e continuamos sem auxílio médico e sem medicamentos graças á desumanidade do governo que nos olha como bastardos" (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 31 maio. 1884, p.02). Portanto, percebe-se que a incidência da varíola foi bem mais devastadora do que nos apresentam algumas estatísticas que, mesmo em relação à Belém apresentam lacunas e, em relação ao interior são mais deficitárias. Mas, a análise das fontes nos permite perceber quão "aterroradoras" foram estas epidemias, principalmente em Belém.

O último caso de varíola deste período fora registrado em abril de 1885, ficando a população de Belém despreocupada em relação a esta doença por cerca de dois anos até o seu reaparecimento em março de 1887. Porém, neste intervalo, há registros de outras doenças afetando a população da cidade de Belém, como é o caso, por exemplo, do beri-beri, doença que assumiu, principalmente em 1886, caráter alarmante, pois no relatório apresentado pelo presidente da província João Antônio Freitas Henriques, em 1886, dá-se destaque a esta moléstia que, segundo o presidente aterrorizava a população da capital da província. Esta doença, cuja etiologia era totalmente desconhecida das autoridades médicas da época, recebendo indicações de tratamento possíveis apenas aos membros das classes abastadas da província, pois os esculápios receitavam viagens como eficazes no tratamento do beri-beri. Sendo assim, para viabilizar o tratamento das classes menos abastadas recomendava a Junta de Higiene que se procurasse facilitar passagens para os populares, recomendando-se Salinas, Marapanim e Soure como locais adequados ao tratamento. É importante destacar que registraram-se 254 mortes por beri-beri em 1885 e só no primeiro trimestre de 1886 já havia registro de 83 mortes,



daí a cobrança feita às autoridades, principalmente através da imprensa, que resultou em um conjunto de medidas encaminhadas pelo governo da província. Assim, o inspetor interino da Hygiene Pública, Dr. Pedro Arbutense dos Navegantes, declara<sup>29</sup>: “[...] sendo o beri-beri uma moléstia cuja etiologia e pathogenia são apenas conjecturaes, ao menos por enquanto, qual o meio certo de impedir o seu desenvolvimento? Não pode ser outro senão a hygiene [...]”. (Relatório de Governo de João Antônio d’Araújo Freitas Henriques.1886, p. 60-61).

O Dr. Navegantes, amparado em artigo de Fernand Roux publicado em Paris no *Journal de Medicine et de Chirurgie Pratiques*, conclui que as medidas devem atingir a higiene pública e privada. Na esfera pública a responsabilidade seria da Câmara Municipal, que deveria cuidar da limpeza das ruas e praças, esgotamento dos pântanos e das águas estagnadas por falta de limpeza das calhas das ruas, mais atenção à remoção do lixo e fazer a desinfecção das bocas de lobo. Essas medidas revelam a crença nos “miasmas mórbidos” defendida pelos infeccionistas e que cresce em adeptos nesta segunda metade do século XIX. Quanto à esfera privada propõe-se uma forte intervenção do poder público no cotidiano da população, especialmente da “gente” pobre, das classes consideradas perigosas. Por isso, o Dr. Navegantes estudou criteriosamente os cortiços da cidade, caracterizando-os como insalubres e focos de epidemia e, baseado em projeto apresentado no Rio de Janeiro, sugere a demolição dos mesmos e a construção de casas mais adequadas à população pobre, de acordo com padrões de higiene. Além disso, previa-se a designação de médicos comissionados distribuídos pelos quatro distritos da cidade, pelo menos um para cada distrito. Estes médicos deveriam realizar visitas periódicas aos domicílios dos distritos pelos quais eram responsáveis (duas ou três vezes por semana), acompanhados dos fiscais municipais e de autoridade policial, para verificarem o estado das latrinas, sua posição em relação ao poço, o estado de asseio dos quintais e esgoto das águas; também indicarão melhor regime alimentar e o mais que lhes parecer conveniente. Estas visitas ocorreriam principalmente nas casas consideradas de aglomeração como os cortiços, hotéis, quartéis, etc. Os comissionados também deveriam fiscalizar os açougues, as

---

<sup>29</sup>Relatório com que o exm. Sr. Conselheiro João Antônio d’Araújo Freitas Henriques passou a administração da Província do Pará ao exm. Sr. Joaquim da Costa Barradas, em 06 de outubro de 1886. Belém: typ. Da República, 1891.

tabernas e outros estabelecimentos destinados ao comércio de gêneros alimentícios. Medidas iguais a estas foram se repetindo neste período e não foram recebidas passivamente pela sociedade como analisaremos no capítulo seguinte. Todavia, é necessário destacar que, apesar das providências tomadas, as epidemias continuaram assolando a população da cidade de Belém, demonstrando-se assim a ineficiência das autoridades, inclusive da área médica, no trato de delicada questão.

## 1.2. Epidemia de 1888 – 1889:

O começo desta epidemia foi registrado em 1887, com o aparecimento do primeiro caso em março, mas a grande concentração de casos fatais se deu em 1888 quando faleceram segundo Vianna (1975), 747 pessoas por varíola. Mais uma vez percebemos discrepância em relação aos números apresentados por Vianna, pois de acordo com Relatório de Governo de Francisco José Cardoso Junior (1888: 5)<sup>30</sup> apresenta-se para o primeiro trimestre daquele ano 80 casos de varíola, sendo 17 em janeiro, 17 em fevereiro e 46 em março. Na estatística de Vianna são 75 casos neste trimestre. Além disso, o relatório também apresenta o movimento da enfermaria José Bonifácio no ano de 1887, de maio a dezembro, quando Vianna relata 61 mortes no relatório aparecem 208 mortes por varíola só na enfermaria citada. Também no *Diário de Notícias* aparecem algumas informações divergentes das apresentadas por Vianna (1975).

O referido jornal afirma, na edição de 04 de novembro de 1888, que no mês anterior foram registradas 122 mortes por varíola enquanto Vianna (1975) apresenta 113. Mais ainda, durante todo o ano de 1888 o diário noticiou 255 mortes por varíola, sendo que a maioria destas foram registradas fora da enfermaria José Bonifácio, onde havia maior número de mortes. Só no primeiro trimestre foram 13

---

<sup>30</sup> Relatório com que o exm. snr. conselheiro Francisco José Cardoso Junior, 1.º vice-presidente, passou a administração da Província, no dia 6 de maio de 1888 ao exm. snr. Dr. Miguel J. de Almeida Pernambuco, nomeado por carta imperial de 24 de março de 1888. Pará, Typ. do Diário de Notícias, 1888.

mortes fora da citada enfermaria, número que deve ser acrescentado aos 80 casos do relatório de Cardoso Júnior, pois se referia apenas aos mortos na enfermaria José Bonifácio. Apesar da discrepância é possível inferir que a varíola mais uma vez consumiu um grande número de vidas em Belém e também que, afetou mais nacionais que estrangeiros, diferentemente da febre amarela, mais pessoas de cor, pardos ou pretos, do que brancos, e que a grande maioria dos atingidos era caracterizada como indigente, pois de primeiro de maio a 29 de dezembro de 1887 a enfermaria José Bonifácio recebeu 682 variolosos, dos quais 612 foram classificados como indigentes e continuavam os periódicos a veicular os óbitos com a indicação de menores ou inocentes quando eram crianças, informando-se apenas o primeiro nome, como é o caso dos menores José, Victória, Eduardo e Maria que aparecem nas edições do *Diário de Notícias* de 8 a 21 de fevereiro de 1888.

Alguns dos infectados, sem perspectiva de cura ou de tratamento, algumas vezes sem recursos para tal, eram abandonados nas ruas pelos familiares, ou eram forçados a isso pela ausência da família, como é o caso do italiano João Delfir, encontrado pelo sub-delegado da Trindade na rua do Imperador, com o corpo coberto por bexigas e, segundo as páginas do *Diário de Notícias* (24 jun. 1888, p.2) já bastante desenvolvidas. A autoridade citada o transportou para o hospital José Bonifácio. Havia ocasião em que o varioloso, mesmo sem recursos, procurava atendimento, como o “indigente Manuel Narciso de Brito” que, também segundo o mesmo periódico, em edição de 2 de setembro do mesmo ano, esperava desde a manhã até 2 horas da tarde, no corredor da Santa Casa, com a bexiga toda visível pelo corpo, esperando pelo carro para o conduzir ao Hospital José Bonifácio.

Situações como essas levavam ao desespero que parece ter tomado conta de um trabalhador da Companhia Nova União, este, afetado pela varíola, delirando com febre intensa, lançou mão de uma navalha e cortou a garganta profundamente. As páginas do *Diário de Notícias*, *A Província do Pará* e *Folha do Norte* confirmam a hipótese de que a varíola atingia principalmente as pessoas das classes consideradas inferiores, haja vista que se tornou comum a veiculação de matérias nestes periódicos com a designação, “Indigentes Variolosos” e toda campanha encaminhada pelo mesmo no sentido de arrecadar fundos para auxiliar

no tratamento dos doentes. O jornal *A Província do Pará* veiculou matéria com o título “Socorros aos variolosos indigentes”, onde se lia o seguinte:

[...] A comissão da benemérita loja “Firmeza e Humanidade”, encarregada de socorrer aos variolosos indigentes do 3º distrito desta capital, previne que atende aos pedidos e reclamações, a qualquer hora do dia, em casa dos seguintes membros:

Juvencio T. Sarmiento e Silva, à rua do Arcipreste Manoel Theodoro, n. 41.

Emilio Augusto pinto, à rua da Pedreira, n. 71.

Francisco Teixeira de Carvalho, à travessa Oriental do Mercado, n. 10. (*A PROVÍNCIA DO PARÁ*, 02 jan.1899, p. 1)

Outra informação presente nos jornais diz respeito à localização espacial da epidemia. Assim, percebe-se uma incidência maior na área central da cidade, mas com uma distribuição agressiva da varíola para as áreas consideradas periféricas na época. O *Diário de Notícias*, assim se manifesta sobre a propagação da moléstia:

O grande mal assoberbou nós de tal maneira, que todas as reclamações da imprensa e todas as providências em que se cogitem, parecem inúteis.

Pobre população da cidade de Belém!

Olhada com indiferença na saúde, tratada com desprezo na moléstia...

A varíola váe assolando horrorosamente a população d’esta capital, e outra cousa não se devia esperar, desde que a imprensa, pelo menos este diário, pediu medidas preventivas logo que Ella começava, e essas medidas não foram prontamente empregadas.

Hoje a epidemia abrange toda a cidade; não há um só beco onde não gema um infeliz varioloso. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 03 ago. 1888, p. 2)

Entre os casos registrados nas páginas dos jornais pesquisados verifica-se grande presença da epidemia nos bairros do Umarizal, Reduto, Campina, e da estrada de Nazaré a São Brás. Na tabela abaixo percebe-se a quantidade de mortos fora da enfermaria José Bonifácio.

**TABELA 03: RELAÇÃO DE ÓBITOS POR VARÍOLA EM 1888**

<b>ANO 1888</b>	<b>ÓBITOS</b>	<b>ADULTOS</b>	<b>MENORES</b>	<b>ENFERMARIA JOSÉ BONIFÁCIO</b>	<b>FORA DA ENFERMARIA</b>
<b>JANEIRO</b>	—	—	—	—	—
<b>FEVEREIRO</b>	<b>06</b>	<b>09</b>	<b>04</b>	<b>02</b>	<b>04</b>
<b>MARÇO</b>	<b>09</b>	<b>07</b>	<b>02</b>	<b>0</b>	<b>09</b>
<b>ABRIL</b>	<b>22</b>	<b>18</b>	<b>04</b>	<b>04</b>	<b>18</b>
<b>MAIO</b>	<b>17</b>	<b>12</b>	<b>05</b>	<b>04</b>	<b>13</b>
<b>JUNHO</b>	<b>32</b>	<b>22</b>	<b>10</b>	<b>02</b>	<b>30</b>
<b>JULHO</b>	<b>31</b>	<b>27</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>26</b>
<b>AGOSTO</b>	<b>72</b>	—	—	—	—
<b>SETEMBRO</b>	<b>02</b>	—	—	<b>01</b>	<b>01</b>
<b>OUTUBRO</b>	<b>122</b>	—	—	—	—
<b>NOVEMBRO</b>	<b>52</b>	<b>45</b>	<b>07</b>	<b>15</b>	<b>37</b>
<b>DEZEMBRO</b>	<b>38</b>	<b>30</b>	<b>08</b>	<b>10</b>	<b>28</b>
<b>TOTAL</b>	<b>281</b>	—	—	—	—

Fonte: *Diário de Notícias, 1888.*

Apesar da diminuição dos casos de varíola , em dezembro de 1888, no início do ano seguinte ela volta a se manifestar e o seu recrudescimento é atestado pelo próprio presidente da província em função de relatório apresentado pelo médico da enfermaria José Bonifácio que revela o aumento dos casos daquela moléstia na dita enfermaria. No intuito de conter o avanço da epidemia, o referido presidente designou ao inspetor da Junta de Higiene que fizesse proceder a vacinação e revacinação, especialmente nos imigrantes cearenses que estavam recolhidos no antigo Forte do Castelo. Fez idênticas recomendações ao inspetor de saúde do porto.

O Relatório de Governo (1889: 11)<sup>31</sup> de José Araújo Roso Danin, considerou as condições de saúde da província como lisonjeiras e anunciou o final da epidemia de varíola. Segundo Roso Danin a Junta de Higiene teria sido a maior responsável pelo fim da epidemia em função de ter empregado os meios necessários para propagar a vacina animal que estaria produzindo bons resultados. Em relatório apresentado para o governo Lauro Sodré, Cipriano Santos também faz referência à utilização eficaz da vacina animal, mas, a discussão das profilaxias adotadas em relação à varíola deixaremos para o terceiro capítulo.

Para se ter uma idéia dos prejuízos para os cofres públicos que as sucessivas epidemias de varíola causavam, descrevemos a seguir os gastos com a Enfermaria José Bonifácio, de janeiro a junho de 1889. No total despendeu-se, com a verba designada como “Socorros Públicos”, a soma de vinte e sete contos, setecentos e sessenta mil, cento e setenta e oito réis (27:760\$178). Sendo que deste montante seis contos, quinhentos e seis mil, duzentos e oitenta e seis réis (6:506\$286) foram destinados ao transporte e enterramento de variolosos e desinfecções. A despesa média mensal neste período, portanto, ficou em dois contos, quatrocentos e setenta e quatro mil, setecentos e noventa e três réis (2:474\$793). É importante considerar que neste primeiro semestre de 1889 o total de mortos por varíola em Belém é inferior a soma do mês de novembro de 1888. Assim, podemos considerar que a despesa com a epidemia era muito superior a apresentada no relatório de Roso Danin, pois refere-se a um período de decréscimo do número de afetados. Porém, a partir dos dados apresentados é possível fazer projeções acerca dos gastos com variolosos na capital do Pará.

### **1.3. Epiemia de 1899 a 1901:**

Em mensagem (1900: 63)<sup>32</sup> apresentada ao congresso Legislativo do Estado do Pará, em 1900, o governador Paes de Carvalho descreve as condições de saúde da população do estado no ano anterior. Nesta evidencia-se a eclosão de

---

<sup>31</sup> Relatório com que o exm. Sr. Dr. José Araújo Roso Danin, 1º vice-presidente do Pará, passou a administração da mesma ao exm. sr. Dr. Antonio José Ferreira Braga, presidente nomeado por decreto de 22 de julho de 1889. Belém: Typ. A. Fuctuoso da Costa, 1889.

<sup>32</sup> Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 1º de fevereiro de 1900. Belém: Typ. Do Diário Oficial, 1900. A mensagem continha a proposta do orçamento da Receita e despesa para o exercício de 1900 – 1901.

mais uma epidemia de varíola que estaria atingindo a capital do estado desde o início do ano de 1899. Segundo esta mensagem de governo de Paes de Carvalho, a varíola avançava epidemicamente em Belém desde março de 1899, sendo importada da Espanha ou dos estados do sul do país, lamentando o fato de não poder dominá-la de imediato apesar dos meios empregados para evitar sua propagação. Para o governador a propagação da doença ocorreu em função da ignorância do povo, “indiferente aos conselhos higiênicos”, que não quer compreender a necessidade das visitas domiciliares dos inspetores sanitários, ocultando doentes que muitas vezes morrem abandonados, dificulta o isolamento, foge sistematicamente da vacinação, etc.

Esta descrição revela duas questões que serão retomadas no capítulo seguinte: a transferência da responsabilidade para o “povo” e as dificuldades encontradas pelas autoridades no sentido de fazerem cumprir as profilaxias. Por enquanto interessa a constatação do advento da epidemia em 1899, informação confirmada por Vianna (1975) e pelos jornais como, por exemplo, *A Folha do Norte*. Para Vianna entre 1899 e 1901 a varíola matou 597 pessoas, sendo 245 em 1899, 246 em 1900 e 106 em 1901.

O jornal *A República* também informa a presença da varíola em Belém, durante todo o ano de 1899, em diversas edições, fez referência ao assunto, descrevendo as ações do serviço sanitário, as desinfecções, as “campanhas” de vacinação, as áreas afetadas, etc. Assim, em 25 de abril de 1899, aquele periódico informa que o Dr. Ayres de Souza estava acometido de varíola, recebendo a visita do Dr. Pereira de Barros acompanhado de Miguel Severino do Monte, desinfetador do serviço sanitário. Dez dias antes, o mesmo jornal informava a existência de um navio em quarentena no porto com caso suspeito de varíola. Assim como *A Folha do Norte*, o jornal *A República* também destacava a ação do inspetor do serviço sanitário Dr. Cipriano Santos. Suas visitas ao Hospital de Isolamento e a casas particulares eram sempre lembradas por este periódico. Em 25 de junho de 1899, aquele jornal informava a visita feita pelo inspetor ao Hospital de Isolamento e a uma casa que abrigava doentes de varíola, na travessa Caldeira Castelo Branco.

O inspetor do serviço sanitário tentou acalmar a população de Belém, em edição do mesmo jornal de 20 de julho de 1899, afirmando que não eram alarmantes os casos de varíola na cidade e que não se tratava de uma quadra epidêmica. Mensagens desse porte só contribuíam para aumentar o descrédito que os populares sentiam em relação às autoridades, que muitas vezes não entendiam ou não se entendiam quando se tratava de epidemia, pois, “zombando da ciência” e das autoridades, a varíola continuava sua marcha avassaladora.

O jornal *A Folha do Norte* indicou, nos dois primeiros meses de 1899, 34 casos fatais de varíola, sendo 23 em janeiro e 11 em fevereiro. Desse total, 7 morreram na enfermaria José Bonifácio. Também vale considerar que o referido jornal descreve os mortos no Hospital de Isolamento desde abril de 1899. Este hospital veio para substituir a enfermaria José Bonifácio, considerada já naquela época, anti-higiênica e, portanto, sem obediência aos padrões técnico-científicos. O novo hospital, encaminhado pelo governo de Paes de Carvalho, sob responsabilidade do engenheiro Luiz Maximino de Miranda Corrêa, estava dividido em três corpos, segundo Vianna (1975: 66 ):

No primeiro corpo estão as salas de recepção, aposento das enfermarias, capela, farmácia e gabinete do médico: no segundo ficam as grandes enfermarias e suas dependências; no terceiro acham-se os quartos particulares para os doentes pensionistas, sala de refeições, quartos para criados, cozinha e despensa.

O edifício conta 120 metros de comprimento e 22 de largura: é todo de madeira, pintado a cores claras. À esquerda do hospital existe um desinfectório, com dependência hermeticamente fechada para fumigações, e uma estufa locomóvel, perto da qual está a lavanderia. Este hospital-barraca dista do hospital dos amareletos 130 metros, é iluminado à luz elétrica e servido de água canalizada.

A partir desta epidemia, já no início do século XX, percebe-se claramente a definição de determinadas profilaxias, como é o caso do isolamento dos doentes, das desinfecções e de outras práticas baseadas nos preceitos da moderna ciência da higiene. Por meio dos jornais também é possível acompanhar o movimento dos infectados no hospital de isolamento, permitindo a análise do quantitativo de infectados, origem social e nacional, local de moradia, etc. desta análise conclui-se



que a varíola atingiu também neste período os mais pobres, de nacionalidade brasileira em maioria, um grande número de imigrantes nordestinos, especialmente cearenses; também se percebe a distribuição da epidemia pelas áreas centrais da cidade com relativa expansão para as áreas periféricas e a citação enfática dos casos registrados nos cortiços, como o citado na *A Follha do Norte*:

Saúde publica

De novo chamamos a atenção da junta de higiene para um cortiço à estrada de São Jeronymo em frente ao chafariz.

Além de que aquilo é um verdadeiro foco de infecção , não quiseram alguns moradores

Do cortiço consentir que o Sr. Dr. Uchoa lhes applicasse a vacina , as dias quando compareceu para esse fim.No mesmo cortiço existem ainda variolosos sem recursos para seu tratamento. (*A FOLHA DO NORTE*, 15 nov. 1899, p.01):

A notícia acima revela que, na virada para o século XX, a tese dos infeccionistas ainda é predominante no seio da comunidade médica local e amplamente difundida pela imprensa. Além disso, a concepção de que os cortiços são focos de epidemias e as classes pobres consideradas “perigosas”. Assim, passa-se a idéia de que são culpadas por habitarem tais residências e pura ignorância a rejeição da vacina. Fica também evidente a dificuldade encontrada pelo poder público para promover a remoção dos doentes e, portanto, promover o tão desejado isolamento dos infectados.

A partir desta “quadra epidêmica” as autoridades passaram a determinar a criação de “cordões sanitários”, que significavam na interdição do acesso a ruas, bairros ou municípios afetados pela varíola, pois, nota-se também neste período sua expansão para o interior como ficou registrado nas páginas da *A Follha do Norte*:

Saúde publica

De novo chamamos a atenção da junta de higiene para um cortiço à estrada de São Jeronymo em frente ao chafariz.

Além de que aquilo é um verdadeiro foco de infecção , não quiseram alguns moradores

Benfica foi o seguinte:

Em Benevides:

Até o dia 9 achavam-se acometidos do mal 13 pessoas , duas quase acham-se restabelecidas , 10 em tratamento e em observação 2.

Em Benfica (ramal)

Manifestam-se 11 casos e no rio Arary 3.Estão restabelecidos 9 doentes ,em tratamento 4,morreu 1 e permanecem em observação 8.

Atualmente encontra-se em observação 10 variolosos sendo 6 menores.

O cordão sanitário continua a ser mantido por praças e regimentos.

Prosseguem os serviços de vacinação ,revacinação e desinfecção .

O hospital de isolamento esta funcionando regularmente e a cargo de dois enfermos e sob a vigência do Dr.Pedro Juvenal Cordeiro.

Esse hospital demora a cerca de 18 metros de Benevides à Benfica.

Apareceram alguns casos de varíola no rio Aphú e na Colônia de Santa Isabel.

O Sr. Eduardo de Oliveira foi designado pelo Dr. Juvenal Cordeiro para vacinar e revacinar em Castanhal.

O Sr. Henri Olivier pois a disposição da comissão um bonde de sua propriedade por estarem à do ramal de Benfica.

O mesmo médico mantém a resolução de uma vez extinta a epidemia reinante, extender o serviço de vacinação de colônias mais distantes da estrada de ferro , para o qual pede 100 tubça de limpha vacínica. (*A FOLHA DO NORTE*, 11 abr .1899,p. 01)

Alguns dias depois este mesmo jornal divulga:

[...] Varíola em Cameté

È certo que este morbo acaba de aparecer naquela aprazível cidade,não com não com intensidade e nem com o caráter que possa justificar um certo alarme que aqui se fez com informações prestadas ao governo .

À variola apareceu ali na família de João Gomes do Nascimento, tripulante do vapor São Miguel,tendo enfermado 7 pessoas inclusive o dito Gomes que já está convalescendo ,achando-se as demais condições de tratamento.

Todas essas pessoas moravam na estrada da Aldeia de Parijós, onde a edificação não é densa, sendo por isso menos fácil a propagação do mal , o que efetivamente ainda não aconteceu e nem talvez acontecerá ;com as propostas e acertadas medidas que desde logo adaptou o ativo zeloso intendente daquela cidade e que por aí só despendam qualquer outra , aliás mais despendiosas.

Os enfermos estão em tratamento no hospital municipal. (*A FOLHA DO NORTE*, 20 abr. 1899, p.01)

Há também referência a presença da varíola no Amapá. Em edição de 20 de setembro de 1899 o jornal *A República* noticiava a presença da varíola naquela vila, que se encontrava em estado tão lastimável a ponto de terem sido suspensos os negócios locais, sendo o tratamento das pessoas feito às próprias custas. O jornal alertava para a possibilidade de despovoamento da vila.

Outra referência freqüente nas páginas de *A Folha do Norte* diz respeito à ação de Cipriano Santos, inspetor do serviço sanitário, que visitava diariamente os doentes nos hospitais específicos, visitava também as casas suspeitas de abrigarem doentes de varíola e aplicava multas aos infratores da política de isolamento dos infectados. É importante considerar que o referido jornal foi fundado pelo próprio Cipriano Santos e defendia as idéias do Partido Republicano Federal, que fora comandado por Lauro Sodré, mas que neste momento era chefiado pelo próprio governador do estado, Paes de Carvalho. Assim, interessava ao dito periódico não só exaltar a imagem de seu fundador, mas também do regime republicano que estaria atuando com mais eficácia no combate as epidemias.

Para se ter uma idéia da extensão da epidemia neste período, reproduzimos abaixo a quantidade de infectados pela varíola, informados pelo *A Folha do Norte*, nos anos de 1899, 1900 e 1901. Nas respectivas tabelas percebe-se uma tendência a minimizar os efeitos da epidemia pelo registro do número de mortos, nem sempre revelado, e pelo destaque dado ao número de curados, assim como a ênfase dada a ação do Hospital de Isolamento, visto como medida acertada no combate às epidemias, não só de varíola, e como obra do regime republicano. Portanto, é possível perceber que, a questão da saúde da população de Belém contribuiu também para reforçar o projeto político republicano em curso no país, pois, a substituição da antiga enfermaria José Bonifácio (nome associado ao regime monárquico) pelo moderno Hospital de Isolamento escondia metáforas políticas do período relativas à mudança ou a substituição do velho pelo novo, do arcaico pelo moderno, etc.

**TABELA 04: RELAÇÃO DE VÍTIMAS DE VARÍOLA EM 1899.**

JORNAL		LOCAL	Nº DOENTES	CURA	ÓBITOS
Data	Nº pág				
01/10/1899 – 1364	2	Hosp. de isolamento	4	-	-
03/10/1899 – 1366	2	Hosp. de isolamento	59	21	-
04/10/1899 – 1367	2	Hosp. de isolamento	3	-	-
05/10/1899 – 1368	2	Hosp. de isolamento	3	-	3
08/10/1899 – 1371	2	Hosp. de isolamento	5	2	1
11/10/1899 – 1374	2	Hosp. de isolamento	4	1	2
12/10/1899 – 1375	2	Hosp. de isolamento	3	-	-
15/10/1899 – 1378	2	Hosp. de isolamento	42	37	9
16/10/1899 – 1379	2	Hosp. de isolamento	2	-	2
17/10/1899 – 1380	2	Hosp. de isolamento	6	-	1
19/10/1899 – 1382	2	Hosp. de isolamento	11	-	2
20/10/1899 – 1383	1	Hosp. de isolamento	6	-	-
24/10/1899 – 1387	2	Hosp. de isolamento	7	-	4
25/10/1899 – 1388	2	Hosp. de isolamento	6	1	2
26/10/1899 – 1389	2	Hosp. de isolamento	7	-	2
27/10/1899 – 1390	2	Hosp. de isolamento	4	-	-
28/10/1899 – 1391	2	Hosp. de isolamento	4	3	1
29/10/1899 – 1392	2	Hosp. de isolamento	2	-	-
02/11/1899 – 1396	2	Hosp. de isolamento	6	-	-
07/11/1899 – 1401	2	Hosp. de isolamento	3	-	-
09/11/1899 – 1403	2	Hosp. de isolamento	5	-	-
19/11/1899 – 1413	2	Hosp. de isolamento	6	-	-
21/11/1899 – 1415	2	Hosp. de isolamento	4	-	-
02/12/1899 – 1426	2	Hosp. de isolamento	5	5	-
03/12/1899 – 1427	2	Hosp. de isolamento	16	4	-
07/12/1899 – 1431	2	Hosp. de isolamento	13	7	-
08/12/1899 – 1432	2	Hosp. de isolamento	2	-	-
14/12/1899 – 1438	2	Hosp. de isolamento	1	-	-
19/12/1899 – 1443	2	Hosp. de isolamento	3	-	-
20/12/1899 – 1444	2	Hosp. de isolamento	4	-	-
21/12/1899 – 1445	2	Hosp. de isolamento	1	-	-
28/12/1899 – 1451	2	Hosp. de isolamento	4	-	-

Fonte: *A Folha do Norte*, 1989.

**TABELA 05: RELAÇÃO DE VÍTIMAS DE VARÍOLA EM 1900.**

JORNAL		LOCAL	Nº DOENTES	CURA	ÓBITOS
Data	Nº pág				
17/04/1900 – 1561	2	Hosp. de isolamento	1	-	1
11/05/1900 - 1585	2	Hosp. de isolamento	1	-	1
15/05/1900 – 1589	2	Hosp. de isolamento	1	-	1
16/05/1900 – 1590	1	Hosp. de isolamento	20	-	6
18/05/1900 – 1592	2	Hosp. de isolamento	1	-	1
20/05/1900 – 1594	2	Hosp. de isolamento	1	-	1
22/05/1900 – 1596	2	Hosp. de isolamento	1	-	1
14/06/1900 – 1619	2	Hosp. de isolamento	9	-	1
16/06/1900 – 1621	2	Hosp. de isolamento	1	-	1
10/08/1900 – 1677	2	Hosp. de isolamento	1	-	1
31/08/1900 – 1698	2	Hosp. de isolamento	1	-	-
01/09/1900 - -	3	Hosp. de isolamento	6	6	-
04/09/1900 – 1702	2	Hosp. de isolamento	1	-	1
16/09/1900 – 1714	3	Hosp. de isolamento	1	-	1
19/09/1900 -1717	3	trav.9 de janeiro	2	-	-
20/09/1900 – 1718	3	Hosp. de isolamento	3	-	3
21/09/1900 – 1719	2	Hosp. de isolamento	1	-	-
22/09/1900 – 1720	3	Hosp. de isolamento	1	-	-
23/09/1900 – 1721	3	Hosp. de isolamento	4	3	1
25/09/1900 – 1723	2	Hosp. de isolamento	1		1
29/09/1900 – 1727	3	Hosp. de isolamento	1	-	1
02/10/1900 – 1730	2	Hosp. de isolamento	1	-	-
04/10/1900 – 1732	2	Hosp. de isolamento	1	-	1
06/10/1900 – 1734	2	Hosp. de isolamento	7	6	1
07/10/1900 - 1735	3	Hosp. de isolamento	1	-	-
12/10/1900 – 1740	2	Hosp. de isolamento	1	-	-
19/10/1900 – 1747	2	Hosp. de isolamento	1	-	-
10/11/1900 – 1767	2	Hosp. de isolamento	2	-	2
07/12/1900 – 1793	2	Hosp. de isolamento	7	--	2
15/12/1900 – 1801	2	Hosp. de isolamento	1	-	1
17/10/1900 – 1803	2	Hosp. de isolamento	1	-	1
19/12/1900 – 1805	2	Hosp. da caridade	2	-	1
27/12/1900 – 1812	2	Hosp. de isolamento	2	-	
28/12/1900 - 1813	2	Hosp. de isolamento	2	-	2

Fonte: *A Folha do Norte*, 1900.

TABELA 06: RELAÇÃO DAS VÍTIMAS DE VARÍOLA EM 1901

JORNAL		LOCAL	Nº DOENTES	CURA	ÓBITOS
Data	Nº pág				
10/01/1901 - 1826	2	Hosp. de isolamento	1		1
11/01/1901 - 1827	2	Hosp. de isolamento	1		1
12/01/1901 - 1828	2	Hosp. de isolamento	4		1
17/01/1901 - 1833	2	Hosp. de isolamento	1		1
21/01/1901 - 1837	2	Hosp. de isolamento	1		1
22/01/1901 - 1838	2	Hosp. de isolamento	1		1
24/01/1901 - 1840	3	Hosp. de isolamento	1		1
25/01/1901 - 1841	2	Hosp. de isolamento	2		2
09/02/1901 - 1856	2	Hosp. de isolamento	1		1
10/02/1901 - 1857	2	Hosp. de isolamento	1		1
11/02/1901 - 1858	2	Hosp. de isolamento	1		1
16/02/1901 - 1863	2	Hosp. de isolamento	1		1
17/02/1901 - 1864	2	Hosp. de isolamento	1		1
21/02/1901 - 1868	3	Hosp. de isolamento	1		1
10/03/1901 - 1885	2	Hosp. de isolamento	2		2
18/03/1901 - 1893	2	Hosp. de isolamento	1		1
19/03/1901 - 1894	2	Hosp. de isolamento	1		1
20/03/1901 - 1895	2	Hosp. de isolamento	2		2
28/03/1901 - 1903	2	Hosp. de isolamento	4	4	
01/04/1901 - 1907	2	Hosp. de isolamento	2		2
02/04/1901 - 1908	1	Hosp. de isolamento	1		1
04/04/1901 - 1910	3	Hosp. de isolamento	1		1
10/04/1901 - 1916	2	Hosp. de isolamento	5	4	1
13/04/1901 - 1919	2	Hosp.S.Sebastião	2		2
15/04/1901 - 1921	2	Hosp. De isolamento	1		1

Fonte: *A Folha do Norte*, 1901.

A análise das notícias veiculadas pelos jornais citados, das informações presentes nas obras Vianna (1975 e 1992) e nos relatórios dos presidentes da província e governadores do estado do Pará, revelam diversos aspectos das epidemias de varíola em Belém, entre 1884 e 1904. Além das já analisadas cabe

ainda destacar a origem externa da moléstia que, até 1850 era importada via tráfico negreiro, e depois desta data passou a ser atribuída pelas autoridades à imigração, principalmente nordestina, contribuindo para aumentar a discriminação em relação aos imigrantes oriundos dessa região, especialmente os cearenses. De fato a experiência com a varíola no Ceará é também antiga, tendo ocorrido sucessivas epidemias naquele estado, desde pelo menos a época em que ainda era província. Basta citar o terrível “dia dos mil mortos”, 28 de novembro de 1868, quando mil pessoas morreram somente na capital, vítimas da varíola, que não poupou nem mesmo a mulher do então presidente da província<sup>33</sup>. Os cadáveres eram empilhados sem qualquer medida de higiene e depois transportados em carroças por coveiros completamente embriagados de cachaça. O consumo exagerado de bebida alcoólica era uma forma de evitar o mal-estar provocado pelo insuportável odor dos corpos tomados pelas pústulas dos variolosos. Porém, vale ressaltar que, neste período, a varíola esteve presente em várias cidades brasileiras, não sendo exclusividade da capital cearense. Além disso, há momentos em que as autoridades e a imprensa referem-se ao ingresso da epidemia pelo sul do Brasil ou pela Europa. Portanto, atribuir a migração cearense a origem da varíola é, no mínimo, injusto.

Outra questão importante a ser considerada diz respeito ao número de óbitos informados. Este não pode ser tomado como definitivo, pois além da discrepância entre as fontes consultadas não podemos deixar de considerar que, muitas vezes, para dar enterro considerado digno aos seus entes queridos, muitas pessoas recorriam à prática de modificar a causa da morte no atestado de óbito, exigindo do investigador maior cuidado na análise dessas fontes. Há também muitos casos de óbitos não registrados, que escaparam às estatísticas. Quanto a discrepância, deve ser vista como produto do comprometimento que cada fonte possuía. Assim, é importante não deixar de considerar a influência da escola Metódica sobre a produção de Vianna, sua preocupação com a objetividade, com a verdade dos fatos, o que o levou a tomar as estatísticas da Santa Casa como definitivas. Além disso, é preciso considerar sua perspectiva política republicana que,

---

<sup>33</sup> O livro escrito em 1999, pelo jornalista Lira Neto conta a história do farmacêutico baiano Rodolfo Marcos Teófilo (1853-1932), e sua trajetória junto à população da cidade de Fortaleza, assolada por sucessivas epidemias de cólera e varíola, ao longo da segunda metade do século XIX. Neste trabalho encontramos algumas informações importantes sobre epidemias de varíola e terapêuticas apropriadas na capital cearense.

numa visão retrospectiva, pensando a história como pragmática, procurava mostrar o presente empenhado na solução dos problemas do passado. Nessa linha que exalta a construção do Hospital de Isolamento e todas as medidas tomadas pelo regime republicano no campo da saúde. Quando não alcançavam êxito era por culpa da ignorância popular. Quanto aos números apresentados pelos jornais, vale lembrar da perspectiva que cada um possuía, em cada momento, já muito bem delimitada no início deste capítulo. Quanto aos números apresentados nos relatórios de governo, variavam para mais ou para menos, dependendo da circunstância em que eram apresentados. Se quem apresentava o relatório estava passando o governo, minimizava os óbitos, por exemplo, ocasionando as discrepâncias por nós identificadas. Mas, ainda assim, os números citados são bastante relevantes no sentido de se perceber o impacto das epidemias de varíola. Por último, a análise de cada epidemia nos permitiu perceber a forma como o poder público, em momentos e regimes distintos (monarquia e república), tratou a questão da saúde da população de Belém na segunda metade do século XIX. O que será analisado no próximo capítulo.



---

## CAPÍTULO III

### ***Vacina, Isolamento e Intolerância Popular às Profilaxias Oficiais.***

#### **1. Em Busca da Cura:**

Como ficou demonstrado nos capítulos anteriores, a presença da varíola, em Belém, remonta aos tempos coloniais. A história da varíola em Belém é também a história da busca incessante da cura para a referida moléstia, pois desde a sua presença devastadora entre os índios já se percebe tentativas de, pelo menos, aliviar o sofrimento provocado pela mereba-ayba (doença maligna), como era chamada a varíola pelos índios. Infelizmente não encontramos registros da prática da variolização, ou seja, da inoculação do pus variólico em indivíduos sadios como forma de prevenir, evitar ou atenuar os efeitos da moléstia que se queria combater (varíola). Segundo Alden & Miller (1987) em todo o período colonial há apenas duas referências relativas a missionários que teriam tentado o método na região amazônica, mas não há registros de que a prática tenha se efetivado. Condamine, que esteve no Pará durante uma forte epidemia de varíola que atingiu o Baixo Amazonas, em 1743, comentou com pesar não estar sendo utilizada a variolização nos índios cativos, técnica que havia sido introduzida com sucesso na região cerca de 16 anos antes, por um missionário carmelita. De fato, Frei José Madalena foi o primeiro a utilizar a técnica de variolização na Amazônia durante um surto de varíola que irrompera na região na década de 1720, salvando inúmeros índios. La Condamine (1992: 110-111), assim descreveu o feito do missionário carmelita:

Há 15 ou 16 anos antes um missionário carmelita das cercanias do Pará, vendo todos os seus índios morrerem um após outro, e tendo sido informado pela leitura de um jornal do segredo da inoculação, que tanto estardalhaço fazia na Europa, (...) ousou mandar inocular a varíola em todos os índios

que ainda não haviam sido atacados, e não perdeu um sequer. (...) Outro missionário do rio Negro seguiu seu exemplo com o mesmo sucesso.

A preocupação com a entrada e disseminação da varíola na região levou o príncipe regente D. João VI a emitir uma ordem em 1799 para que "se introduzisse e promovesse a inoculação em crianças negras e índias contra as bexigas". Essa ordem foi reiterada em 1802. Segundo Alden e Miller (1988: 66), esse era um programa para todas as colônias portuguesas e, provavelmente, não se referia à inoculação do vírus da varíola bovina, mas sim à técnica de variolização. Dados levantados por Araújo (1972, apud Alden e Miller, 1988.) revelam que a vacina jenneriana chegou ao Brasil pela primeira vez em 1804, ainda que, logo após a descoberta de Jenner em 1796, Portugal tenha recebido amostras de linfa e comunicado às autoridades nas colônias a existência de um novo procedimento preventivo contra a varíola.

Desde a publicação do trabalho do cirurgião britânico Edward Jenner - que demonstrou em fins do século XVIII que uma proteção mais segura e mais confiável poderia ser obtida pela inoculação do vírus da varíola bovina (vaccínia) - a variolização foi sendo substituída nos países europeus e suas colônias pela vacinação antivariólica a partir da varíola bovina. Segundo Saavedra (2004) em Goa, o governo português introduziu a vacina jenneriana em 1802, alguns anos antes de fazê-lo no Brasil.

A técnica conhecida como variolização já era utilizada pelos povos orientais havia mais de mil anos, e consistia na inoculação de material retirado das pústulas de um enfermo na pele de um indivíduo são. A variolização<sup>34</sup> foi introduzida na Europa no século XVIII, graças aos esforços da esposa do embaixador inglês em Constantinopla, Lady Montagne, que divulgou amplamente essa técnica após ter feito inocular em 1717 seu filho de três anos de idade e, em 1721, já de volta à

---

<sup>34</sup> *A Folha do Norte*, em 15 de novembro de 1904, reproduziu artigo do *Giornale d'Itália* onde se reconstitui a história da variolização como, sinteticamente se descreve acima. Porém, naquele artigo desenvolveu-se uma explicação para a adoção de tal prática. Ela seria produto da crença de que a varíola era uma doença necessária, ou seja, assim como outras doenças infecciosas que atingiam o indivíduo uma vez só e as quais estariam necessariamente sujeitos, a varíola representava uma espécie de tributo que todos deveriam pagar à natureza. Assim, se a varíola era um tributo a ser pago, que viesse sob a forma benigna.

Inglaterra, sua filha de cinco anos. Para Dinc & Ulman (2007) a variolização, ou método bizantino em alusão a Bizâncio, antigo nome de Constantinopla, difundiu-se rapidamente na Inglaterra e teve defensores em países como Alemanha, França e Estados Unidos. Segundo o relato de La Condamine, menos de dez anos depois, a coragem do missionário carmelita fez com que essa nova técnica fosse introduzida na Região Amazônica. Apesar, contudo, de a variolização fazer com que a doença se manifestasse de forma mais branda do que pela do contágio natural, os doentes passavam por todo o seu cortejo sintomático: por vezes, as pessoas inoculadas ficavam com cicatrizes no rosto e corpo, ou mesmo morriam ou desenvolviam formas graves da doença. A carência de fontes referentes a variolização não inviabilizaram, porém, as pretensões desta pesquisa, pois identificamos várias profilaxias e ou práticas terapêuticas destinadas à varíola em Belém, emanadas de diversos segmentos da sociedade local revelando concepções médicas diferentes ou divergentes e que tiveram influências poderosas sobre o comportamento da sociedade local. Assim, mesmo após a introdução da vacina na região e até o início do século XX, encontramos registros de outras profilaxias e terapêuticas, algumas vezes vistas como complementares à vacina, outras vezes como alternativas ao método jenneriano. Neste capítulo realizamos uma descrição das diversas profilaxias e práticas terapêuticas propostas em Belém para combater a varíola com o intuito de desvendar, fundamentalmente, a relação da sociedade com tais práticas e, em especial, com a vacina.

A análise das fontes nos permitiu perceber a rejeição da sociedade, principalmente das camadas populares, às iniciativas do poder público no campo da saúde. Nos relatórios de governo de todo o período fica evidente a dificuldade encontrada pelas autoridades no sentido de fazer cumprir profilaxias ou práticas terapêuticas destinadas ao combate da varíola. Os jornais confirmam as informações contidas nos relatórios sobre essa questão, ficando claro que havia em Belém, entre o final do século XIX e o início do século XX, uma grande desconfiança em relação às políticas de saúde emanadas do poder público. É importante esclarecer que a postura aversiva da sociedade local não se relacionava apenas a vacina, mas a grande maioria das medidas no campo da saúde pública. Essa realidade nos colocou a seguinte questão: por que uma sociedade assolada por diversas epidemias recusava as providências consideradas adequadas para o combate

efetivo dessas mesmas epidemias? Essa questão nos obrigou a recuar no tempo para tentarmos reconstituir a longa experiência da sociedade local com as políticas públicas na área da saúde, especialmente aquelas destinadas a combater a varíola, para que pudéssemos entender as razões do comportamento aversivo daquela sociedade. Assim, além dos desacertos e do caráter autoritário das medidas emanadas do poder público, também havia um conjunto de práticas curativas constituídas por setores populares e que se apresentavam como alternativas às práticas oficiais. Amaral (2006) faz referência a um “preparado indígena” indicado nas páginas do *A Folha do Norte* que consistia em procedimento elaborado por Dona Francisca Borralho Rolha, moradora da rua Bernal do Couto. Dona Francisca foi a redação do jornal e relatou que, desde a última vez em que a epidemia afetou a cidade, conseguiu curar sete netos infectados pela terrível moléstia, e agora revelava o segredo, que consistia no uso de ervas da Amazônia, com as quais preparava um banho especial a ser tomado durante três dias, restabelecendo o enfermo. O jornalista conseguiu apurar algumas informações da prática de cura que foram publicadas em *A Folha do Norte*:

(...) A pessoa atacada da doença não precisa ter dieta alguma, podendo andar por toda a parte, limitando-se o seu tratamento a esses banhos, que serão tomados tres ou quatro vezes por dia. Demais este processo tem ainda a vantagem de não deixar o menor vestigio no corpo da pessoa que a ele se submeter. Como prova do que afirmava, declarou-nos d. Francisca Borralho que apresenta a quem quizer ver os seus netos, que tinham sido acometidos de variola confluyente, e que hoje estão de perfeita saude e sem a menor deformidade. Das suas declarações, deduz-se que não se trata de uma pagelança e sim de uma maneira, aliás muito racional, de curar com os proprios elementos da natureza no reino vegetal. (*A FOLHA DO NORTE*, 23 Ago. 1908, p 1)

Por esse relato, é possível estabelecer algumas diferenças em relação ao tratamento da medicina acadêmica, pois, além de ervas, o varioloso não precisaria ter uma alimentação que o restringisse de alimentos típicos da região, que são classificados como “remosos” pelos doutores da ciência e pelos próprios populares como causadores de mal à saúde. Muito menos se trataria isolado, não ficando restringido de ir e vir. Outra característica importante desse tratamento refere-se às cicatrizes no corpo, pois garantia não deixar vestígios da doença marcados nos corpos dos variolosos. A única restrição dizia respeito a seguir à risca os banhos,

pelo menos três a quatro vezes ao dia. Nesse sentido, a prova cabal do sucesso, segundo dona Francisca, consistia em expor os seus netos ao público que duvidasse, como forma de referendar tamanha descoberta, pois as crianças gozavam de saúde e não tinham marcas da doença. Por fim, o jornalista prossegue concluindo que essa prática de cura não podia ser considerada pajelança, apesar de toda a tradição presente entre os curandeiros com o manejo de ervas ou plantas medicinais. Casos como esse revelam uma tradição cultural enraizada junto às camadas populares na Amazônia, que explicam grande parte da intolerância às políticas públicas na área da saúde, em Belém, do final do século XIX ao início do século XX.

### **1.1. Dos tiros de canhão à política de isolamento:**

As medidas profiláticas adotadas na cidade de Belém, desde o século XVIII, estavam bem distantes das modernas concepções da ciência da higiene, como nos revela Vianna (1992: 176-177):

A profilaxia adotada em 1793 assumiu as proporções de um exercício a fogo, pois o governo, reconhecendo o fumo da pólvora como poderoso desinfectante, mandou descarregar numerosos tiros de artilharia nos cantos das ruas. O governador, na sua correspondência com a metrópole, depois de explicar o ruidoso processo profilático, acrescenta que os resultados falharam por completo. Em 1819 variou-se de sistema, mas ainda sem utilidade pública: então o Pará contava alguns empregados incumbidos de vistoriarem as embarcações provenientes de portos infeccionados ou suspeitos, impondo-lhes longas quarentenas que sem o auxílio das desinfecções rigorosas nada produziam; quando nesse ano a varíola invadiu a cidade, mandou o governo fazer em todos os cantos abundantes fumigações de gás oximuriático, de resultados nulos como os tiros de canhão, atentas as circunstâncias em que eram empregadas.

O governador Francisco de Souza Coutinho também recomendava que se espalhasse pelo ar determinados perfumes como, por exemplo, os vapores do alcatrão ou de vinagre, de forma a evitar a propagação da varíola. Não se pode deixar de mencionar que já nesse momento está presente a concepção dos infeccionistas relativas aos efeitos dos miasmas mórbidos sobre o ar ambiente.

Porém, não demorou muito para a população de Belém perceber a ineficácia de tais medidas, que desmoralizavam o poder público, gerando desconfiança nos populares. Além dessas recomendações o referido governador também ordenava o isolamento dos infectados e para tanto determinava as delações, pois toda pessoa que tivesse notícia de variolosos deveria dar parte ao Juiz de Fora, ao Presidente do Senado da Câmara ou ao vereador nomeado Provedor Mor da Saúde, estando os infratores sujeitos a multa de 50 cruzados e mais cinco anos de degredo. Durante todo o século XIX e, a cada nova epidemia de varíola, a imprensa cobrava e as autoridades tentavam colocar em prática o isolamento dos infectados. A partir, principalmente, da segunda metade deste século, com a intensificação do discurso higienista, a cobrança pelo isolamento dos infectados por doenças epidêmicas tornou-se intensa, pois era preciso isolar esses indivíduos para evitar a contaminação daqueles que habitavam a área central da cidade<sup>35</sup>. Nesta época buscava-se deslocar para fora da região central da cidade todos os elementos considerados nocivos ao “bem viver”, em geral das classes abastadas. Nessa perspectiva foram criados locais específicos para o tratamento dos doentes, sempre afastados da área central da cidade, também foi aumentando a fiscalização e a multa aplicada aos infratores. Ainda assim, percebe-se que a população de Belém não atendia aos apelos do poder público. Os mais abastados porque assumiam, por conta e risco, o tratamento e não estavam sujeitos à fiscalização e punição que poderia ser aplicada pelas autoridades.

Assim, a ação fiscalizadora atuava fundamentalmente ou exclusivamente sobre os mais pobres que, mesmo sem os recursos necessários para custearem um tratamento particular, recusavam as políticas públicas, mesmo no início do século

---

<sup>35</sup>No mesmo artigo italiano, reproduzido pelo *A Folha do Norte* em 15 de novembro de 1904, encontrava-se a defesa da prática do isolamento dos infectados considerada mais eficaz do que a própria vacina. Segundo o autor, professor de higiene da Universidade de Perúsia, Carlos Ruata, das coisas que realmente se prendem à medicina existe uma, de grande importância, “sobre a qual todos os médicos estão de acordo” que é o fato de que a varíola nunca nasce espontaneamente, mas sempre se contrai de um varioloso. Propaga-se de uma única maneira, diz o professor, de homem doente de varíola para homem são, “seja diretamente pelo contato, seja indiretamente por meio dos vestidos, dos lençóis e cobertores de cama e de outros objetos infeccionados”. Assim, continua, “um varioloso, deixado livre, comunica a doença para 10 ou 20 pessoas, cada uma dessas fazem outro tanto”, o que seria suficiente para desencadear uma epidemia. Desta forma, o único meio eficaz de impedir a propagação da moléstia seria através do isolamento. É importante considerar que essa opinião foi elaborada por um estudioso que se posicionava contra a vacina, mas não podemos deixar de considerar que a prática do isolamento foi reivindicada por toda a comunidade médica, tanto pelos defensores quanto pelos contestadores da vacina, principalmente com o advento da ciência da higiene.

XX. Nos jornais são freqüentes as referências aos indigentes variolosos que se encontravam nas ruas e deveriam ser removidos, o *Diário de Notícias* em 15 de fevereiro de 1884 informava a existência de uma mulher atacada de varíola, em uma casa na estrada de São José. A denúncia foi feita à polícia por Torquata Maria da Conceição, que solicitava a remoção da doente para a enfermaria José Bonifácio, mas a resposta, segundo o diário, foi que não era possível remover a enferma porque a enfermaria encontrava-se lotada. Essa deficiência do atendimento público propiciava a criação de enfermarias particulares, espalhadas pela cidade, que também eram combatidas em função do perigo que representavam para a proliferação da epidemia, especialmente pela sua localização. O *Diário de Notícias* (02 maio. 1884, p.2), informava que “uma mulata de nome Roberta, moradora à Travessa d’água das flores, estabeleceu uma enfermaria para pessoas com varíola.” Em outra edição o referido periódico, com o título de “Enfermaria de variolosos”, publicou a seguinte notícia:

O illustre sr. Dr. M. Moraes veio ao nosso escritório informar-nos o que de real ocorreu sobre a enfermaria de variolosos, à rua do Rosário.

A remoção do menor foi determinada por autoridade superior e pela inconveniência de conservar-se no seio da cidade uma tal casa, prejudicial à vizinhança.

Disse-nos mais : - que a mulher encarregada dos enfermos declarara pertencer a enfermaria ao sr. Dr. Bacelar.

O cavalheiro, que ministrou-nos a informação sobre que baseamos nosso artigo, merece-nos toda consideração e não menos nos merece o sr. Dr. Moraes, à quem agradecemos as explicações, que se dignou dizer-nos, e cujas ponderações aceitamos, por nos parecerem procedentes. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 09 ago. 1884, p.2).

Durante a epidemia de 1888/1889 os jornais também fizeram diversas referências aos mortos fora da enfermaria José Bonifácio bem como a existência de variolosos em casas particulares, continuando a efetuar as denúncias esperando pelas providências das autoridades. Na edição do dia 03 de julho de 1888 chamou a atenção para a epidemia de varíola que ameaçava a população de Belém, considerando o articulista o assunto como já “velho e batido”. Neste artigo são esboçadas críticas a administração da província que, apesar dos apelos da

imprensa, parecia assistir a proliferação do flagelo pela cidade. Assim, pedia-se providências no sentido da remoção dos infectados, pois, “a bexiga faz cabeça no seio da população e a cidade está completamente minada do mal.” Quanto a presença de variolosos em casas particulares dizia, “sabemos que há casas no centro da cidade e nos arrabaldes, onde existem dois, quatro, seis e até oito doentes de varíola.” Era comum o diário discriminar nome e endereço dos infectados, solicitando a ação da polícia para a remoção dos enfermos, como noticiou o *Diário de Notícias*

[...] uma mulher chamada Adriana, moradora a travessa do Bom Jardim, tem em sua casa dois doentes de varíola, de nomes Ervina e Maria Rosa; e sendo isso um perigo à vizinhança, pede-se à autoridade policial que as mande remover para o Hospital José Bonifácio. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 27 jun.1888, p. 2):

Na mesma matéria, afirmava-se que “na travessa da Queimada, canto da rua do Piry, na taberna de Antonio Barros, também existe um doente, cuja remoção se faz necessária” (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 27 jun.1888, p. 2). Eram também freqüentes os casos de variolosos encontrados pelas ruas e removidos a força à enfermaria José Bonifácio ou encaminhados diretamente ao cemitério Santa Izabel. O *Diário de Notícias* (24 jun. 1888, p.2) anunciou que no dia 22, às 5 horas da tarde, na rua do Imperador, o subdelegado da Trindade encontrou o italiano João Delfir, “deitado no lagedo com o corpo coberto por bexigas desenvolvidas, a essa hora o transportou para o hospital de José Bonifácio”. Em 29 de agosto do mesmo ano, o mesmo jornal fazia referência a uma mulher, de nome Maria que há dias andava pelas “bandas da estrada de São Brás”, atacada de varíola, batendo de porta em porta na esperança de encontrar auxílio.

O *Diário de Notícias* também faz diversas referências à existência de enfermarias ou hospitais clandestinos destinados ao tratamento dos infectados:

Hospital de variolosos



Na Trav. Santo Antonio,Nº2 existe um hospital de variolosos ainda não conhecido da junta de higiene ; è um acanhado quarto sem fundos onde mora uma preta velha que se entrega ao tratamento de variolosos .

Um horror!

Aqui e ali vêem-se bexigosos deitados pelo chão a gemerem , e ao canto da casa um enorme barril onde faz a velha o despejo dos materiais fecais .

É um verdadeiro antro! (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 19 set .1888, p.2).

Assim, os doentes e indigentes com varíola procuravam tratamento em um barracão ou hospital, em condições precárias e insalubres pela descrição do artigo. Esse tipo de lugar era execrado pelos médicos, já que destoava dos preceitos da moderna ciência médica de combate aos micróbios invisíveis, e a microbiologia condenava ambientes fechados, escassos de luz e com pouca circulação de ar. Não resta dúvida que o barracão era dirigido por uma curandeira retratada como “preta velha” e, por isso, fora propósito da propaganda discriminadora do Serviço Sanitário, bem assim como assumira significado distinto de um hospital moderno. Eis o barracão que, para as autoridades, não deixava de ser uma “grande pocilga fechada” e sob os cuidados da preta velha, que tomava para si a responsabilidade de cuidar dos pobres, o que diferia completamente da profilaxia médica a respeito da prevenção e cura, uma vez que a moderna ciência concebia a vacinação antivariólica como único remédio eficaz de inoculação contra o terrível mal.

Contudo, as práticas higiênicas da curandeira por mais que desagradassem as autoridades, provavelmente faziam bastante sucesso com a “classe” pobre, pois por ser o lugar praticamente isolado e não arejado, o germe ali padeceria até a morte enquanto o moribundo acreditava que sairia curado do confinamento. Mas o que inquietava a medicina acadêmica, não era uma preocupação recente das concepções higiênicas, pois no século XIX a necessidade de um ambiente arejado passara a ser uma necessidade comumente aceita nos hospitais, daí a preocupação com a casa que, por ser isolada, impedia a circulação do ar, asfixiando os próprios doentes. Nesse sentido, procuravam as autoridades, a partir das recentes concepções da medicina social, imprimir-lhe rupturas através da reelaboração dos hospitais e de médicos reconhecidamente aptos na direção hospitalar.

Em 06 de novembro o mesmo periódico chamava a atenção da junta de higiene para uma casa à Travessa 25 de março entre as ruas Domingos Marreiros e Boa Ventura da Silva, onde se achavam 9 pessoas atacadas de varíola, pedindo providências em nome da vizinhança.

Mesmo na última epidemia do século XIX, que avança pelo século XX, encontramos diversas menções a mortes fora dos hospitais de isolamento, a denúncia da existência de infectados em casas particulares, a existência de hospitais clandestinos e, especialmente neste período, a aplicação de multas, diversas vezes, aqueles que não cumpriam a exigência de informar a existência de doentes de varíola. O jornal *A Folha do Norte* (06 jun. 1899, p.1) informava que o vapor S. Salvador, proveniente do sul do país, trouxe um passageiro acometido de varíola e também que “da casa 13 da rua Santarém para onde foi ele residir, o Dr. Sílvio Mendes, delegado sanitário do 1º distrito, foi removê-lo para o hospital de isolamento...”, no dia 15 do mesmo mês noticiava-se a remoção para o hospital de isolamento de doentes que habitavam a rua Lauro Sodré, Serzedelo Corrêa, Domingos Marreiro e também do hospital militar. Neste período percebe-se também uma fiscalização maior sobre a área portuária, providenciando-se a remoção dos doentes encontrados nas embarcações, como noticiou *A Folha do Norte*:

#### Varíola

Foram removidos ante ontem para o hospital de isolamento de Bordo do Pacote Rio Muaco, o fogueira Manuel Alexandre Dias de 35 anos de idade, natural do Ceará, filho de Francisco José Cavalcante, morador da vila da Tita. Do hospital da Santa Casa Irineu da Silva Castro de 20 anos de idade, natural do Maranhão, marinheiro do mesmo vapor. (*A FOLHA DO NORTE*, 20 jun. 1899, p. 01)

Durante todo o século XIX foram constantes as reclamações sobre o serviço de saúde do porto, considerado bastante deficiente e, por isso, responsável pelas epidemias que grassavam na cidade, em função de não executar a fiscalização adequada das embarcações e, se necessário, o isolamento das mesmas. Nesta epidemia, a Inspetoria do Serviço Sanitário, que substituiu Junta de Higiene, reeditou

norma do extinto órgão acerca do isolamento dos variolosos e informando a existência de edital através do *A Folha do Norte*, com a seguinte redação:

#### Varíola

Conforme o edital da inspetoria de serviço sanitário que vai hoje inserto na secção respectiva as pessoas em cujo os domicílios se derem casos de varíola e outras moléstias contagiosas deverão imediatamente participar de fato àquela repartição, afim de serem adoptadas as necessária providencias. (*A FOLHA DO NORTE*, 25 jun. 1899,p. 01)

Além de relembrar a necessidade de informar, às autoridades, a presença de variolosos, o edital determinava os valores das multas que deveriam ser aplicadas aos infratores e, o próprio *A Folha do Norte* fazia questão de publicar, inclusive, o valor da multa, onde lia-se na gazeta que:

O Dr. Inspetor do serviço sanitário multou ontem em 100 mil réis, a José Bahia , morador à estrada de São Jeronymo próximo a travessa 14 de março ; por ter ocultado em sua casa um caso manifesto de varíola , infringindo assim o determinado no artigo 121 do regulamento. (Jornal *A FOLHA DO NORTE*, 08 jul.1899, p. 01.)

No dia 4 de agosto do mesmo ano dizia que, no dia anterior, a inspetoria do serviço sanitário havia remetido a recebedoria de vendas o talão de multa (108) imposta a Alfredo Ruiz Mourailles, autuado por infração do artigo 121 do regulamento sanitário (ocultar da autoridade qualquer caso de varíola). Em 15 de agosto outra multa, desta vez na casa nº150 da rua da indústria, onde faleceu de varíola a menor Liralla Soeiro de 4 anos de idade, maranhense, filha de Joana Soeiro . O Inspetor do serviço sanitário impôs a esta a multa de 100\$000, por ter ocultado este caso de varíola. Desde 1892, quando era Inspetor da Higiene Pública, o Dr. Cipriano Santos já conhecia o poder e o potencial das multas, pois, carecendo o seu órgão de mais verbas, seja para ampliar o quadro de funcionários, para melhorar os salários, instalar adequadamente o laboratório de análises, e construir um prédio próprio para aquela repartição, o referido Inspetor alerta que “daqui há poucos anos, não seria preciso mais do que a aplicação do produto das multas e das

análise do laboratório de higiene”. Portanto, além do caráter autoritário, as visitas sanitárias também se constituíam em grande negócio para os cofres públicos.

A prática de ocultar os doentes de varíola, não permitindo a sua remoção para os locais destinados ao tratamento dos mesmos, revela o grau de intolerância de parte da população de Belém com a política de isolamento dos variolosos. Acontece que essa intolerância se estendeu do século XIX ao início do século seguinte, então, pensamos que deveria haver no comportamento dos populares muito mais que, simplesmente, “ignorância” ou “desleixo higiênico”. Para desvendarmos as razões deste comportamento, achamos necessário reconstituir parte da experiência que a população de Belém desenvolveu com o sistema de isolamento dos doentes de varíola, desde as suas origens até o início do século XX.

Num primeiro momento recolhiam-se os infectados, principalmente os pobres, a uma enfermaria que funcionava dentro do hospital do Senhor Bom Jesus, o que demonstra a falta de preocupação com o isolamento dos bexigosos. Mas, tanto o crescimento do número de variolosos, como o medo da transmissibilidade ou da aproximação dos doentes, provocaram pressões no sentido de que fosse criada uma enfermaria ou hospital exclusivamente voltado para o tratamento dos variolosos. Porém, a primeira experiência com o isolamento dos infectados por varíola foi a mais cruel e aterrorizante possível. O fato lamentável deu-se em 1862 quando se decidiu pela transferência da enfermaria de variolosos para um compartimento dentro do hospício do Tucunduba. Essa medida, por mais absurda que pareça, foi levada a cabo em função da urgência em transferir os doentes do hospital do Senhor Bom Jesus de qualquer forma, e as autoridades justificavam-se com o argumento que não havia verba suficiente para tal obra. É obvio que este episódio ficou vivo na memória popular durante muito tempo em função do terror que representou tanto para os que já estavam no Tucunduba, quanto para os variolosos que para lá foram deslocados. Acreditava-se na época que o lázaro infectado pela varíola e dela salvo, ficava também curado de sua horrível enfermidade, o que ficou desmentido pela triste realidade. Não seria preciso dizer que a varíola se propagou no asilo, deixando um rastro de desgraça que durante muito tempo seria lembrada. O *Diário de Notícias* fez referência a questão, com a seguinte reportagem:

#### Questão de varíola no Tucunduba

O revd. Sr. Cônego Carlos Seidl colecionou em um folheto todos os artigos da imprensa sobre essa questão, respeitada por este diário valioso, testemunho do mesmo cônego que depois tão galhardamente a defendeu e sustentou.

As pessoas sensatas e imparciais que julguem por esses documentos.

Agradecemos. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 28 ago.1888, p.02).

Experiências desse tipo influenciaram negativamente a população de Belém no sentido da intolerância em relação ao isolamento. Além desse episódio, outros concorreram para a rejeição do isolamento, como, por exemplo, a condição das enfermarias ou hospitais para onde eram encaminhados os variolosos. Segundo Vianna (1992) o contágio de 1865 levou o governo a autorizar a Misericórdia a construir no Tucunduba, nas proximidades do asilo dos lázaros, uma casa que serviria de isolamento para os doentes de varíola. “Aí curaram-se setenta e dois doentes apenas, pois generalizando-se a epidemia com grande força em toda a cidade, julgou-se desnecessário isolar os atacados.”(Vianna, 1992: 306). O mesmo autor qualifica como péssimas as condições da referida casa que, em 1873, passou a abrigar o asilo dos alienados. Assim, a enfermaria de variolosos voltou a funcionar dentro do hospital da caridade. No ano seguinte, com o recrudescimento da epidemia e o conseqüente crescimento do número de variolosos, constituiu-se uma enfermaria em casa particular, cedida pela proprietária, na rua do Norte, tendo recebido cento e sessenta e dois enfermos, atenuando, desta forma, os efeitos da epidemia. Em 1878, uma nova epidemia de varíola, trouxe mais uma vez a baila a questão do Tucunduba, pois com o hospital de caridade sem possibilidade de atender tantos enfermos e muito menos constituir enfermaria em casa particular, ordenou-se ao provedor daquele estabelecimento que instalasse uma enfermaria no Tucunduba, em compartimento do prédio ocupado, então, pelo hospício dos alienados. Segundo Vianna (1992: 307):

Bem cedo, lázaros e alienados eram investidos pelo mal epidêmico e pode-se avaliar o horror de semelhante sofrimento naqueles infelizes que subiam

a encosta escarpada de um doloroso calvário. A epidemia alstrava-se, vitoriosa e ameaçadora, zombando dos meios profiláticos improfícuos por defeituosos, com que tentavam detê-la: não tardou que Tocunduba se atulhasse de enfermos, em toda a hediondez de suas péssimas condições[...].

Em dezembro de 1878, com cerca de vinte doentes, começou a funcionar a enfermaria José Bonifácio, mas, em função dos gastos, mandou o governo fechar a dita enfermaria e restabelecer a do Tocunduba, em maio de 1879. Em março de 1880 foi considerada extinta a enfermaria do Tocunduba. As epidemias que ocorreram nesta década fizeram o governo restabelecer a enfermaria José Bonifácio, que aparece diariamente nas páginas dos jornais, e que teve sua direção devolvida a Santa Casa, mas, a diária de 35\$000 réis pelo tratamento de dez enfermos e mais 3\$000 réis de cada um que extrapolasse esse total, fez o governo imperial assumir o controle da enfermaria, em 1887. Nos jornais aparecem referências a enfermaria José Bonifácio até fevereiro de 1899, mas, através da lei nº 203, de 26 de julho de 1894, o governo republicano autorizou a construção de um hospital de isolamento<sup>36</sup> para acometidos de doenças infecto-contagiosas, destinando até cem contos de réis para a construção. É preciso lembrar que tal medida visava segregar rigorosamente o indivíduo infectado de acordo com os preceitos da moderna ciência da higiene e comemorado como grande obra, na área da saúde, encaminhada pelo governo republicano, pois, segundo Vianna (1975: 62):

---

<sup>36</sup> As reivindicações no sentido da construção de hospitais de isolamento são bem antigas em Belém. O Dr. Cipriano Santos, quando Inspetor da Higiene do Estado, apresentou ao governador Lauro Sodré, em 30 de junho de 1892, um relatório informando as condições sanitárias do estado do Pará. Neste, o Inspetor da Higiene, organizou consistente defesa da política de isolamento apontando para a necessidade de construção de dois hospitais com esta finalidade, um para os afetados de varíola e o outro para os afetados pela febre amarela. O Inspetor alerta para o fato de que a preocupação com os hospitais não deve ser levantada apenas por ocasião da manifestação da moléstia, pois implicaria em maiores e “improfícuos dispêndios”. Assim, como a presença da varíola já era sentida naquele contexto, pois vinha se manifestando, entre março e abril, na Dr. Assis, na rua dos Tamoio, 14 de Abril e 3 de Maio; era preciso acelerar o processo de construção dos hospitais. Tendo-se obtido o terreno para a construção do hospital de variolosos pelo governo federal e elaborada a planta e o orçamento da obra pelo Dr. Manoel Odorico Nina Ribeiro, não deveria ser por mais tempo adiada essa questão, reclama o Dr. Cipriano Santos. Em sua argumentação o Inspetor condena os que se opõem à política de isolamento, utilizando o discurso da defesa da liberdade individual e da inviolabilidade do domicílio, afirmando que mais legítimo é o direito de defesa de que lança mão o governo para “salvaguardar a saúde do povo”, afastando do centro “populoso um indivíduo que é o agente de uma moléstia epidêmica”. No seu entender o isolamento deveria ser administrado a todos os doentes de moléstias infecto-contagiosas, “salvo os que por seus meios de fortuna possam cercar-se de cuidados higiênicos de modo a não prejudicarem os outros”.

“[...] é preciso dizer, já que ocorre esse ensejo, que o isolamento obrigatório, extensivo a todos, sem distinção de hierarquia social, rigoroso e intransigente como o define a ciência, só recentemente tem sido feito aqui, com esplêndidos resultados”.

É claro que o isolamento não era extensivo a todos, como afirma Vianna, mas atingia exclusivamente os setores sociais mais pobres, aquela camada da sociedade que era a mais afetada pela varíola e não possuía meios próprios para um tratamento “adequado”.

Todavia, apesar do enaltecimento feito por Vianna (1975) do hospital de isolamento, ainda identificamos, como já mencionado, diversas demonstrações de intolerância à política de isolamento dos variolosos, mesmo no período republicano. Esta deve ser relacionada à memória do Tucunduba, ao fato de que o isolamento não era válido para todos, como se percebe na fala acima, mas também as condições dos estabelecimentos que recebiam os enfermos, especialmente a enfermaria José Bonifácio e o hospital de isolamento. Havia diversos motivos para não aceitarem as remoções e o conseqüente isolamento, mas, mesmo quando o enfermo não oferecia qualquer resistência a tal prática, falhava o “sistema” por não conseguir abrigar tantos doentes ou não ter capacidade para realizar todas as remoções. O *Diário de Notícias* fez referência as dificuldades encontradas pelo serviço de remoção dos variolosos, como se pode ler a seguir:

Pela Santa Casa

Ontem há 2hs da tarde achava-se sentado no corredor da Santa Casa o indigente Manuel Narciso de Brito acometido de varíola e já com ela toda visível esperando pelo carro para o conduzir ao hospital de José Bonifácio.

Desde a manhã que o pobre homem lá esperava as ordens para vir o carro entretanto elas não foram dadas ,hora disque o telefone não funcionava ou estava interrompido.

Já é muita misericórdia. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 02 set.1888, p. 02).

Em novembro daquele ano de 1888, o mesmo *Diário de Notícias*, comentava as condições da enfermaria José Bonifácio que ainda se constituía no principal hospital para tratamento de variolosos na cidade de Belém:

È escandaloso

As 9 hs da manhã de ontem foi mandado para o hospital de José Bonifácio o indigente varioloso Joaquim de tal, morador da rua Ajube nº20 .

A varíola já estava adiantada e a febre que o consumia era horrivelmente forte.

Entretanto ao chegar ao hospital Joaquim é pelo carroceiro apresentado ao administrador e este recusa-se a recebe-lo , conservando-o talvez uma hora na porta a receber o calor intenso do sol.

O carroceiro pede explicação a respeito, e o tal Eusébio com ares de quem conhece a medicina grita:

\_\_ Quem manda aqui sou eu e não recebo doentes destes que se chamam morphéticos.

E assim entreteve algumas horas suas observações inaproveitáveis, porém com uma voz de Hercules expandindo seu grande talento sobre as conseqüências que sobrevinham aos demais seus administradores.

O carroceiro cansou de espera-lo e finalmente recolheu o doente no carro e voltou à casa d'onde tinha levado.

Este é um caso bastante grave, o qual chama a atenção da Santa Casa. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 21 nov. 1888, p 2).

O governo republicano, com o intuito de melhorar as condições de atendimento à população do estado, na área da saúde, desmembrou, através do Decreto nº 391 de 19 de agosto de 1891, a Repartição de Saúde do Estado da Inspeção Geral de Higiene, de acordo com o Relatório de Governo de Cypriano Santos (1892)<sup>37</sup>. Com poderes para a execução de todos os serviços relativos à saúde pública, a Inspeção de Higiene, ficou assim composta: um inspetor, um ajudante, dois médicos vacinadores, um médico demografista e diretor do laboratório de análises, um químico, um secretário, um amanuense, um desinfetador, um porteiro e dois serventes. Para o interior do estado continuou a prevalecer a autoridade dos Delegados de Higiene. É importante perceber quão limitada era a referida repartição, com funções tão árduas a serem desenvolvidas. Porém, já havia sido pior, pois poucos meses antes de ser descentralizada, a Inspeção de Higiene

---

<sup>37</sup> Decreto consta no Relatório de hygiene do Estado apresentado ao Governador do Estado Sr. Dr. Lauro Sodré , em 30 de Junho de 1892, por Cypriano Santos, inspector da hygiene do Estado Belém: Diário Oficial, 1892. O relatório explicitava as condições da política de saúde do estado do Pará.



deste estado esteve reduzida a apenas três empregados: um inspetor, um ajudante e um secretário<sup>38</sup>. Uma das atribuições do novo órgão era realizar as visitas sanitárias às habitações coletivas e particulares. Nesse primeiro período da Inspetoria de Higiene foram visitados 407 prédios, sendo recomendados melhoramentos em boa parte deles. Doze cortiços em péssimas condições e quatro casas que estavam em ruínas foram desativados. Não é preciso grande esforço para concluir que tais habitações abrigavam as camadas mais humildes da sociedade e também que tais visitas eram marcadas pela conduta autoritária, por isso os funcionários da Inspetoria de Higiene eram sempre acompanhados pelas autoridades policiais.

O próprio hospital de isolamento que, como já foi dito, era anunciado pelas autoridades republicanas e, pela própria imprensa, como grande iniciativa no sentido de evitar a propagação da varíola, também foi alvo de inúmeras queixas da população. *A Folha do Norte* que, em tom enaltecedor, publicava quase diariamente as visitas que o inspetor do serviço sanitário Cipriano Santos realizava ao referido hospital, deixou escapar algumas vezes as reclamações dos populares relativas ao atendimento prestado por aquele estabelecimento de saúde, como pode ser constatado pela matéria reproduzida abaixo, publicada pela *A Folha do Norte*:

#### Serviço sanitário

Ontem pela manhã o Sr. Dr. Cipriano Santos, inspetor do serviço sanitário visitou o hospital de isolamento à travessa Barão de Mamoré e a casa a travessa Caldeira Castello Branco, destinadas a observação de casos suspeitos de varíola.

---

<sup>38</sup> O Dr. Cipriano Santos comenta, neste relatório, as dificuldades enfrentadas pelo órgão antes da descentralização que, com exíguo pessoal, sem elementos para uma simples análise, não possuía condições adequadas para opor barreiras às moléstias epidêmicas, de evitar a alteração e deterioração dos gêneros alimentícios e, ainda de acordo com o Inspetor da Higiene, lidar com a inconsciência da “maior parte da população” que concorre para aumentar as causas locais da insalubridade. Em seu relatório, Cipriano Santos não cansa de enaltecer o regime republicano, pelas medidas consideradas acertadas no campo da saúde pública, especialmente na aplicação das medidas aconselhadas pela higiene, que “espíritos refratários tratam com menosprezo”, mas constitui sempre assunto da mais alta importância, “porque tem por fim prolongar o período de tempo da vida humana, destruindo ou atenuando as causas da morte, que “retarda extraordinariamente seu progresso”. Assim, a ideologia do progresso empunhada por uma corrente republicana, a qual Cipriano Santos defendia, estava bem casada com a ideologia da higiene, pois se o progresso dos povos dependia da boa condição de saúde de seu povo, então era preciso pro pagar os preceitos da ciência da higiene; haja vista que “o resultado dos estudos de Pasteur [...] tem valido à França a economia de milhões de francos”.

Foi minuciosa a demorada visita que aquelas casas faz o ilustre funcionário que tudo examinou com interesse informando-se detidamente do estado dos doentes e do adiantamento das obras ali em execução.

O Sr. Dr. Cipriano Santos atendeu a varias reclamações que lhe foram feitas, adaptou algumas medidas que reptou de imediata necessidade.

Nestas visitas foi a S. S<sup>a</sup>. Acompanhada pelo Sr. Severino do Monte, desinfetador da repartição do serviço sanitário.

Foi boa a impressão recebida pelo Sr. Dr. Cipriano Santos. (*A FOLHA DO NORTE*, 27 nov . 1899, p. 01).

A política de isolamento dos variolosos alcançou seu apogeu na última epidemia pesquisada, que se estende pelos primeiros anos do século XX. Durante esta epidemia foram criados os “cordões sanitários”, que consistiam no isolamento de toda área afetada pela varíola. Assim, não só o doente, mas também a sua casa, a sua rua, o seu bairro eram isolados e se impedia a comunicação, o trânsito das pessoas por estas localidades. Esta prática envolvia basicamente os municípios do interior do estado, principalmente aqueles que estavam situados próximos a capital, buscando-se agora o isolamento do infectado em seu próprio local de moradia, procurando-se evitar que a epidemia chegasse a Belém. Então nos perguntamos que mudanças o “cordão sanitário” não impôs ao dia a dia das pessoas? É claro que afetou diretamente o cotidiano de toda a população da cidade, pois inviabilizava deslocamentos muitas vezes necessários para a própria sobrevivência das pessoas, em geral das pessoas comuns, gente simples, pobres que dependiam desse deslocamento por uma série de razões ligadas a sua sobrevivência, como, por exemplo, para realizarem suas atividades de trabalho. *A Folha do Norte* divulgou a presença da varíola em localidades próximas a capital e das providências tomadas pelo serviço sanitário, entre as quais, a manutenção do “cordão sanitário”, como se pode ler a seguir:

#### Varíola

O Dr. Pedro Juvenal Cordeiro ,em 23 do corrente oficiou ao inspetor interno do serviço sanitário comunicando que até aquela data a varíola se havia manifestado em 42 pessoas ,sendo: no rio Acary 3 pessoas; no ramal de Bonifácio 21 pessoas ;em Benevides 17 pessoas e em Paricatuba 1 pessoa.

\_\_\_ Desses, acham-se restabelecidas 26 pessoas;4 convalescem; 9 estão em tratamento e 3 faleceram.

\_\_Acham-se em observação 12 pessoas

\_\_Foram vacinadas 62 pessoas de ambos os sexos.

\_\_Continuam a serem feitas as visitas domiciliares e as desinfecções respectivas e mantido o cordão sanitário.

\_\_Os enfermos que estão totalmente isolados acham-se em estado satisfatório.

Os 3 casos de falecimento foram no ramal de José Bonifácio realizando a exumação

No cemitério do 1º Cal , com todos os cuidados recomendados pela higiene.

Será restabelecido no dia 30 do corrente tráfego do ramal de Benfica que haviam sido suspensas por motivo de varíola. (*A FOLHA DO NORTE*, 25 abr.1889, p. 01).

Assim, percebemos que a experiência desenvolvida pela população de Belém com as profilaxias oficiais voltadas para a varíola foi extremamente negativa, traumática, aterrorizante mesmo, como no caso do isolamento no Tucunduba. Essa política, além de estar revestida de um caráter autoritário, pois as remoções eram obrigatórias e “caso de polícia”, também estavam cercadas de constrangimento, desconforto, sofrimento, haja vista as desinfecções, a precariedade das instalações para onde os enfermos eram enviados e o grande número de mortes ocorridas nas enfermarias ou hospitais criados pelo poder público, criando a sensação de que quem para lá era destinado não voltaria. É importante ainda dizer que a relação de mortos era publicada diariamente pelos jornais, como citamos no capítulo anterior, e, portanto, bastante conhecidas da população. Também merece destaque o fato de que essa política atuava sobre os mais pobres, as classes consideradas perigosas, pois como já citamos, de acordo com Vianna (1975), com os jornais e relatórios de governo, eram os indivíduos das camadas inferiores da sociedade, em sua maioria classificados como “indigentes variolosos” que sofriam as conseqüências dos acertos e, principalmente, desacertos das políticas públicas de saúde em Belém, como veremos a seguir, no que se refere a vacina.

## 1.2. Vacina: preservativo ou veneno?

O invento de Jenner correu o mundo, tendo chegado a Belém no início do século XIX, embora Vianna (1975) considere que as primeiras experiências com o método jenneriano tenham ocorrido ainda no século XVIII. Para Vianna (1975) quanto ao processo de inoculação, “em novembro do mesmo ano de 1797, achavam-se os peritos habilitados a fazê-la em quem dela se quisesse utilizar”. A afirmação de Vianna fundamenta-se em um Bando, decretado pelo governador Francisco de Souza Coutinho o qual denunciava a presença da varíola em Belém, já de longa data, e anunciava a “inoculação ou enxertia das bexigas, único meio até agora conhecido e há muito tempo adotado entre as nações mais civilizadas para as prescrever do sobredito flagelo”<sup>39</sup>. Ao que tudo indica parece que Vianna confundiu, como foi comum em todo o Brasil, a variolização<sup>40</sup> com a vacina, pois, na própria Inglaterra, como já foi dito, as primeiras experiências com a vacina foram realizadas em 1799, sendo que a publicação dos resultados das pesquisas de Jenner ocorreram apenas em 1798. No Rio de Janeiro, por exemplo, as primeiras experiências com o método jenneriano ocorreram em 1801 segundo Carvalho (1987), ou 1804 de acordo com Chalhoub (1996). Mas, há outros indícios que nos levam a pensar em variolização e não em vacina, como, por exemplo, o fato de que o governador Francisco de Souza Coutinho se refira a “enxertia das bexigas” como um método “há muito tempo adotado entre as nações mais civilizadas”. Só para recordar, as experiências de Jenner ocorreram em 1796 e as suas memórias só foram publicadas em 1798, portanto, o referido governador não poderia estar falando da vacina e sim da variolização, prática já bastante conhecida e utilizada, inclusive, na Europa.

---

<sup>39</sup> O Bando foi publicado em 16 de julho de 1798 e dava ao governador autorização para fazer todas as despesas necessárias com a inoculação.

<sup>40</sup> Parece que os chineses foram os primeiros a obter algum controle sobre a varíola. Sabiam, por meio da observação, que aqueles que sobreviviam à varíola jamais voltavam a contrair a doença. Ainda no primeiro século da era cristã, médicos chineses insistiam na idéia de dar aos pacientes casos controlados da doença, fazendo-os aspirar um pó das cascas das pústulas secas dos doentes de varíola. De forma semelhante, no continente africano, na Índia e na Ásia Menor, o material das úlceras da varíola era introduzido em arranhões ou cortes na pele. Cerca de oito ou nove dias depois, a maioria dos que tinham sido inoculados aparecia com casos brandos de varíola e se recuperavam. Porém, o procedimento estava longe de ser garantido, muitas pessoas inoculadas poderiam contrair casos graves da varíola e, além disso, as pessoas inoculadas tornavam-se contagiosas e não era raro que desencadeassem um novo surto. Para mais informações sobre o assunto ver: ADLER, Robert. **Médicos Revolucionários: de Hipócrates ao genoma humano**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

O primeiro registro efetivo da utilização da vacina em Belém ocorreu em 1819<sup>41</sup>, quando a cidade, mais uma vez, era ameaçada pela presença da varíola. Então, o Conde de Villa Flor, governador da capitania do Grão-Pará, em 16 de setembro do ano em curso, baixou um Bando, que foi lido em voz alta por todos os cantos da cidade, ao som dos tambores, decretando que, depois de todas as diligências que lhe foram possíveis para introduzir aqui a vacina, pode finalmente conseguir “que um tão grande bem felizmente propagasse nesta cidade, tendo-se já vacinado mais de duzentas pessoas”. O Conde anunciava que podia assegurar aos habitantes desta capitania que a vacina jamais deixaria de existir, uma vez que todos procurem vacinar-se, e a mandar seus filhos, escravos e mais pessoas de sua família que ainda não tenham sido infectados pela varíola. O governador considerava a introdução da vacina medida decisiva para a erradicação da varíola e por isso destinava local e dias da semana, exclusivamente dedicados a aplicação mesma, sob a direção do físico-mor Antônio Corrêa Lacerda e dos cirurgiões que ele julgar necessários. Comunicava, ainda, que esperava não ser necessário empregar algum tipo de coação para que a vacina fosse aplicada. Apesar dos cuidados do Conde de Villa Flor em tentar difundir a vacina no Grão-Pará, o que se pode verificar é seu uso limitado, havendo tentativas mais enérgicas de propagação apenas nos períodos marcados por epidemias de varíola<sup>42</sup>.

Em 15 de agosto de 1839, o presidente da província Bernardo de Souza Franco, em seu discurso de abertura da Assembléia Legislativa Provincial, anunciava mais uma vez a presença da varíola na capital e lamentava o uso limitadíssimo que

---

<sup>41</sup> Segundo Spix e Martius, o governo português já havia introduzido a vacina jenneriana em Belém do Pará antes da epidemia de 1819, mas nunca havia levado esse procedimento de vacinação realmente a sério na região, mesmo sabendo de sua eficiência, tendo comentado: "Pelo governo nunca foi seriamente imposta a vacinação, e passaram-se vários anos sem que se recebesse a linfa de Portugal ou da Inglaterra" (Spix e Martius, 1981, p. 39) As dificuldades enfrentadas no Pará, contudo, não chegaram a alcançar a corte no Rio de Janeiro, que já havia criado, desde 1811, a Junta Vacínica da Corte. Instituída por d. João VI, a Junta tinha por objetivo a difusão plena da vacina antivariólica na capital e nas províncias da corte. Como enfatizado, porém, por Fernandes (1999), a atuação da Junta foi extremamente inexpressiva diante dos problemas decorrentes da doença, tanto na capital como nas demais províncias.

<sup>42</sup> Após esta epidemia de 1819, a varíola continuou a fazer vítimas. A deficiente política de saúde pública prevalecente nessa época, em que não eram seguidas as práticas de isolamento dos doentes atacados pela doença e nem a desinfecção dos domicílios, contribuiu para a propagação da doença. A única providência adotada pelo governo era a fumigação com gás oximuriático pela cidade e arredores, cujos resultados eram nulos. Para maiores esclarecimentos ver: Vianna (1992, p. 177).

até então se fazia da vacina, ou porque não produzia o efeito necessário, pois a que chegava na província era antiga e ineficaz; ou porque ainda prevaleciam certos preconceitos contra a vacina, que, segundo o presidente da província, remontavam a outros tempos. Assim, recomendava o presidente Bernardo de Souza Franco, de acordo com Discurso de Governo (1839)<sup>43</sup>:

Se porém é necessário combater estes prejuízos contra a vacina, mais preciso ainda é proporcionar os meios de a generalizar, de a fazer aplicar em todos os lugares da Província, e para este fim convém muito instituir na capital um Diretório Vacínico, cujos membros incumbidos de vacinar na cidade em dias e lugares determinados, e até pelas casas conservem o pus, e estabeleçam com a aprovação do governo delegados nas principais vilas do interior para nelas o fazerem aplicar. Os membros do Diretório devem ter retribuição do seu trabalho, e ser igualmente pagos os delegados na razão da importância do distrito e do número de vacinados que fizerem, verificarem, e mostrarem de seus ausentes e atestação das Câmaras Municipais. (Discurso do presidente Bernardo de Souza Franco. 1839, p.13).

Pela declaração acima é possível deduzir que a iniciativa do Conde de Villa Flor não teve efeito duradouro, sendo necessário, vinte anos depois, retomar a defesa da vacina e encaminhar a proposta de criação de um órgão capaz de produzir vacina, anseio de diversos governos, inclusive durante a república. Em 1840, conforme Vianna (1975), o presidente da província João Antônio de Miranda, tornou a vacina obrigatória. De fato, o referido presidente baixou uma circular<sup>44</sup> pedindo que se estabelecesse a vacina com toda regularidade possível, em ordem em que as intenções do governo se satisfaçam plenamente e, neste sentido, deveria o governo empenhar quantos recursos fossem necessários para uma obra que, segundo o presidente, tanto bem faria a humanidade. A referida circular foi publicada em 27 de junho de 1840, contendo as instruções seguintes:

---

<sup>43</sup> Discurso de abertura da Assembléia Legislativa Provincial, feito pelo Presidente da Província, em 15 de agosto de 1839. Typ. Santos e Menor, 1839, p. 13.

<sup>44</sup> Esta circular faz parte do Discurso recitado pelo Dr. João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Pará, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 15 de agosto de 1840. Pará: Typ. de Santos & menor, 1840., que pode ser consultado em: <http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>.

Art. 1º - A vacina terá lugar na casa da Câmara nos dias e horas, que a mesma designar.

Art. 2º - Os vacinados apresentar-se-ão no oitavo dia, afim de se verificar o merecimento da vacina, e extrair-se o pus, para ter a devida aplicação, sendo competentemente recolhido e conservado.

Art. 3º - As Câmaras ou os Facultativos vacinados poderão fornecer algumas lâminas aos Facultativos ou entendedores do município, para estes vacinarem os indivíduos, que por algum motivo atendível não puderam ir ao lugar designado. Isto mesmo poderão fazer os vacinadores, incluindo os indivíduos assim vacinados nas relações competentes.

Art. 4º - Os vacinadores tomarão nota do nome, filiação, sexo, idade, morada e condição das pessoas que se apresentarem para ser vacinadas e igualmente daquelas que faltarem ao oitavo dia.

Art. 5º - Os cirurgiões vacinadores remeterão mensalmente as Câmaras Municipais um mapa das pessoas vacinadas durante o mês e das que não compareceram com as declarações do artigo antecedente.

Art. 6º - Iguais relações devem ser remetidas pelos encarregados parciais aos cirurgiões vacinadores, afim de que tenham o mesmo destino.

Art. 7º - As Câmaras organizarão quanto antes uma vez que não tenham) uma Postura, na qual estabelecerão multas ou penas aos que tendo a seu cargo alguma criança ou pessoa não inoculada, a não mandarem a casa da Câmara para ser vacinada; aos que sendo inoculados, não compareçam no oitavo dia para verificação da vacina e extração do pus; aos encarregados que lhes não remeterem as relações competentes; aos que incumbidos da vacina na forma do art. 3º não remeterem aos cirurgiões vacinadores as relações do art. Sexto, etc., etc. Palácio do Governo do Pará, em 27 de junho de 1840. (Discurso do Presidente João Antonio de Miranda. 1840, p. 125-126).

Pelo texto da circular percebe-se desde 1840 a intenção das autoridades da província em instituir a obrigatoriedade da vacina, determinando hora e local onde a mesma seria aplicada. Também fica evidente já neste momento a necessidade da transmissão braço-a-braço da vacina, prática extremamente dolorosa que se constituía num dos motivos para a intolerância popular em relação à vacina. Outro aspecto importante a ressaltar é a distribuição de lâminas aos “entendedores do município” para a vacinação da população, implicando na atribuição da função de vacinar a pessoas não qualificadas, gerando sérios problemas. Ainda fica clara a tentativa de exercer controle sobre a população, identificando vacinados e não-vacinados.

Apesar do caráter coercitivo desta circular, a obrigatoriedade da vacina não triunfou, pois, em já em 1842, quando a presidência da província era ocupada novamente por Bernardo de Souza Franco, este retomava seu discurso em favor da

criação de um Diretório Vacínico na província, alegando ser esta medida a única capaz de fazer propagar o método jenneriano no Pará. Segundo o Discurso de Manoel Vellozo (1844)<sup>45</sup>, Presidente da Província, percebe-se que este também reclamava providências necessárias para a efetiva utilização da vacina, informando que este poderoso preservativo contra o terrível flagelo da bexiga que tantas vítimas arrebatava não só nesta província como em todo o Império, tem estado a cargo da Câmaras Municipais, mas que estas não tem fornecido dados sobre a vacinação, com exceção da Câmara da capital que informava ter destinado um médico para a inoculação e tendo este vacinado, de fevereiro a maio de 1844, 156 pessoas.

O vacinador se queixa da falta constante de pus de boa qualidade e de que o que aqui chegava rapidamente se deteriorava. Ainda reclama da omissão do povo, apesar das constantes Posturas a respeito. Sendo assim, defende a aplicação de multas aos infratores e o cumprimento efetivo das instruções de 27 de junho de 1840. O presidente da província duvidava da existência de Posturas equivalentes a da capital, nas cidades do interior da província, mas, caso existissem, afirma, seriam corrompidas pelos vínculos de parentesco, amizade e outros interesses envolvendo as autoridades e os habitantes destas localidades. Funcionava, então, o “coronelismo”, como grande obstáculo para a propagação da varíola no interior da província.

Em 1846, o presidente João Maria de Moraes reclamava da pequena quantidade de lâminas vindas de Londres e do Rio de Janeiro, insuficiente para atender a demanda de toda a província e ainda da má qualidade das mesmas e de que facilmente se deterioravam. Neste mesmo ano, através do Regulamento de 17 de agosto foi fundado o Instituto Vacínico do Império, e o mesmo Regulamento criou, nas províncias e distritos, a figura dos Comissários Vacinadores Provinciais, Municipais e Paroquiais, como meio de vulgarizar o mais possível, em todos os pontos, a vacina anti-variólica. Segundo a Fala de Jerônimo Coelho (1849)<sup>46</sup>,

---

<sup>45</sup> Discurso recitado pelo exm.o snr. desembargador Manoel Paranhos da Silva Vellozo, Presidente da Província do Pará, na abertura da primeira sessão da Quarta Legislatura da Assembléia Provincial, em 15 de agosto de 1844. Pará, Typ. de Santos & menores, 1844.

<sup>46</sup>Fala dirigida pelo exm. Sr. conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da provincia do Gram Pará à Assembléia Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinaria da sexta legislatura, em 1º de outubro de 1849. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1849.



Presidente da Província, em Belém, a partir de maio de 1847, esta função ficou a cargo de José da Gama Malcher, que, até 1849, vacinou 794 pessoas.

De acordo com os relatórios de governo consultados que, a partir de então, passaram a registrar o quantitativo de vacinados na província, encontramos os seguintes dados: entre junho de 1851 e junho de 1852, foram vacinadas 1198 pessoas; em 1866, 684 vacinados; em 1867, 4385 inoculações; 1868 – janeiro a junho – 784 vacinados; no ano de 1873, 1234 indivíduos recorreram a vacinação; em 1876 houve um total de 840 vacinas aplicadas; em 1877 foram 702; de 1º de junho de 1879 a 31 de janeiro de 1880 registraram-se 301 vacinas; durante o ano de 1880 houve um total de 270 e, entre 1º de janeiro a 31 de outubro de 1881 encontramos o registro de 236 pessoas vacinadas em Belém.

Os dados apresentados acima referem-se à política de vacinação em um período que precede as epidemias que analisamos, mas são de grande importância no sentido de desvendarem determinados aspectos relativos à experiência popular com a vacina em Belém. Em primeiro lugar é preciso dizer que os relatórios demonstram que a prática e a própria procura pela vacina ocorria essencialmente em momentos de epidemia, pois, entre 1853 e 1865, quando não há registro de epidemias de varíola, também não aparecem registros do uso da vacina. A única exceção é o ano de 1878 que, embora marcado pela presença da varíola, não registrou o número de vacinados, mas falava de um grande número de inoculados. Outra questão diz respeito a quantidade de vacinados, o único destaque é para o ano de 1867 com um total de 4385 pessoas vacinadas apenas em Belém, mas, no geral, percebe-se que a quantidade de pessoas vacinadas era insignificante em proporção com o total de habitantes da capital da província. Além disso, eram freqüentes as reclamações relativas a dificuldade de recrutar Comissários Vacinadores para o interior, dificultando a propagação da vacina pela província e, também, da “má vontade” do povo em procurar o preservativo. Essa intolerância à vacina permanece no período que pesquisamos, como podemos verificar através da leitura dos relatórios de governo e dos textos dos jornais. Nestes, diversas vezes, encontramos referências a prática da vacina sendo realizada sob acompanhamento das autoridades policiais, como se verifica no *Diário de Notícias*:

---

#### Vacinação obrigatória

Foram vacinadas e revacinadas na semana passada pelo Sr. Dr. Euclídes Reguião, 34 pessoas sendo 23 do sexo masculino e 11 do sexo feminino

O mesmo facultativo vacinou antes de ontem no marco da légua 13 pessoa , e foi neste serviço acompanhado pelo Sr.delegado de policia Francisco José de Souza Talles. (*DIÁRIO DO PARÁ*, 17 jun.1884, p. 01).

Também encontramos, diversas vezes, por parte da imprensa o questionamento da eficácia da vacina, como o *Diário de Notícias* publicou o que vem a seguir:

[...] O Sr. Presidente da Junta de Higiene, dizem-nos, teve a infeliz lembrança de pedir ao governo geral que lhe fornecesse o verdadeiro cowpox, para fazer a vacinação, e a resposta que teve foi que fizesse o serviço com a vacina inglesa, que é o que se usa no Rio de Janeiro.

Depois desta resposta, nada mais fez a Junta de Higiene; e ainda estamos por saber que interesse tem a junta em fazer o serviço com o verdadeiro cowpox, quando é sabido que em todas as cidades só usa-se a vacina inglesa, que se encontra a venda nas farmácias. (*DIÁRIO de NOTÍCIAS*, 27 mar. 1888, p. 2).

De fato, o presidente da província desconfiava da linfa proveniente da Corte que era considerada ineficaz. Por isso, em ofício<sup>47</sup> de 23 de janeiro, por considerar que não havia linfa vacínica de confiança no mercado, o referido presidente manda encomendar da Inglaterra ou dos Estados Unidos o “genuíno cowpox”, que deveria chegar à província quatro vezes por ano em quantidade de 150 a 200 tubos.

Em 3 de julho de 1888, outra reportagem do *Diário de Notícias* criticava a vacina utilizada, em Belém, sem deixar de reconhecer que a vacina poderia salvar uma grande parte da população da varíola, o articulista afirma, com lástima, que a vacina tem falhado, iludindo desastrosamente a expectativa pública, pois “As vacinas

---

<sup>47</sup> Relatório com que o exm. snr. conselheiro Francisco José Cardoso Junior, 1.º vice-presidente, passou a administração da Província, no dia 6 de maio de 1888 ao exm. snr. Dr. Miguel J. de Almeida Pernambuco, nomeado por carta imperial de 24 de março de 1888. Pará, Typ. do Diario de Noticias, 1888.

não prestam. Dos milhares de pessoas que tem sido vacinadas, em nenhuma tem pegado o pus vacínico”. No dia 3 de agosto do mesmo ano, o mesmo periódico afirmava:

[...] Para cúmulo da desgraça, o povo, aflito diante de tal emergência, corre a procurar preservar-se com a vacina e a vacina não presta!

Isto, porém, é um fato muito natural: todas as medidas adotadas à última hora, com precipitação, no meio da confusão dos desastres, não produzem efeito.

É assim quando o inimigo ataca de surpresa uma praça, os sitiados, querendo escapar-se, espetam-se nas baionetas dos assaltantes; assim é quando um navio vai prestes a naufragar, os marinheiros, procurando salvação, abismam-se no fundo das águas. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 03 ago.1888, p. 2).

No início do ano de 1889 ocorreu a introdução oficial da vacina animal na província. A iniciativa coube ao Dr. Henrique de Toledo Dodsworth, enviado pelo governo Imperial, de acordo com a fala do presidente da província Miguel José de Almeida Pernambuco (1889)<sup>48</sup>, que afirma ter começado a fazer vacinas diretas da vitela no dia 19 e prosseguido nos dias 20, 23, 35 e 28 do corrente. Os resultados da experiência foram publicados pela imprensa e consistiram no seguinte: no primeiro dia foram vacinadas 15 pessoas, 12 voltaram para a verificação da vacina, dos quais 8 tiveram êxito e os quatro restantes foram insucessos.

Em relatório apresentado ao governador do estado, Lauro Sodré, em 1892, pelo Inspetor da Higiene do Estado, Cipriano Santos, aparecem referências também à vacina animal. De acordo com o inspetor da higiene as primeiras experiências com vacina animal em Belém ocorreram no princípio de 1888, sob a direção do médico francês Rebourgeon, que teria inoculado alguns vitelos e praticado publicamente vacinações, empregando diretamente a linfa colhida na ocasião. Em meados do mesmo ano, registra o inspetor em seu relatório, a prática foi continuada pelo Dr. João José Godinho, que inoculou diversos vitelos cedidos pelo comerciante

---

<sup>48</sup> Fala com que Miguel José de Almeida Pernambuco, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 26ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial do Pará, em 02 de fevereiro de 1889. Belém: A.F. da Costa. 1889.

Fortunato Junior. Ainda segundo o Relatório de Governo (1892)<sup>49</sup> do inspetor Cipriano Santos “A Inspetoria de Higiene de então teve conhecimento desses primeiros ensaios, cujo resultado não foi totalmente satisfatório”, sendo que em alguns casos o resultado foi negativo, “provavelmente pela inatividade da linfa empregada ou falta de cuidados no tratamento dos vitelos”. Cipriano considerava a experiência do Dr. Dodsworth, como a introdução oficial da vacina animal no Pará e afirma que o presidente Miguel Pernambuco pediu a Assembléia Legislativa autorização para a criação de um Instituto de Vacinação Animal, o qual foi criado por proposta do então deputado Antônio Lemos. Acontece que o referido instituto nem chegou a funcionar. Mesmo durante sua administração no serviço sanitário, o Dr. Cipriano Santos reclama das dificuldades para a utilização da vacina animal como o preço elevado e a má qualidade dos vitelos<sup>50</sup>.

Em 24 de dezembro de 1891 foi aprovada a lei que tornou obrigatória a vacinação e revacinação no estado do Pará. Tratava-se da lei nº 4<sup>51</sup>, que estabelecia a obrigatoriedade da vacinação e revacinação no estado, determinando que a vacinação deveria ser feita desde os três meses de idade e a revacinação de dez em dez anos. A mesma lei determinava que o infrator, caso fosse maior de idade, ficaria sujeito a multa de vinte a cinquenta mil réis ou à prisão de três a oito dias; e quando menor, seriam responsáveis por ele os pais, tutores, curadores ou protetores. Ainda

---

<sup>49</sup> Trata-se do relatório, já citado anteriormente, em que o Inspetor da Higiene Pública, Cipriano Santos, informa ao governador do estado Lauro Sodré, as condições de saúde do estado do Pará.

<sup>50</sup> As limitações técnicas (além das resistências culturais) da vacina jenneriana e o fracasso (até 1887) de produzir a vacina animal no Brasil, aliados à ineficácia das políticas de saúde governamentais, vão criar condições para o surgimento do Instituto Vacínico do Rio de Janeiro, instituição particular dirigida pelo barão de Pedro Affonso. Com a extinção do Instituto Vacínico do Império em 1886 e o fracasso das tentativas de produzir vacina animal na Escola Veterinária de Pelotas, em 1884, a vacinação antivariólica estava praticamente desativada no país. Para complicar o quadro da saúde pública as epidemias de varíola eram recorrentes e tornaram-se ainda mais freqüentes no final da década de 1880. Nesta conjuntura de vazio de políticas públicas e agravamento do quadro nosológico, o barão de Pedro Affonso conseguiu, em 1887, produzir com sucesso vacina a partir de vitelos, na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. Esta conquista marcou uma nova etapa tanto técnico-científica quanto político-administrativa na produção da vacina antivariólica no Brasil. A vacina animal, já empregada com sucesso na Europa e muito mais eficaz que a vacina jenneriana, passou, a partir da iniciativa do barão, a ser produzida no país, motivando experiências em diversos cantos do Brasil, como as mencionadas acima. Para saber mais sobre o assunto consultar: FERNANDES, Tânia Maria. Vacina Anti-varíólica: ciência, técnica e poder dos homens. Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz, 1999.

<sup>51</sup> Ver: Coleção das Leis do Estado do Pará dos anos de 1891 a 1900, precedida da Constituição Política do Estado. Belém: Imprensa Oficial, 1900, p.21.

assim, mesmo durante as epidemias as autoridades encontravam inúmeras dificuldades para colocar em prática tal profilaxia.

Pelo exposto percebe-se que havia dificuldades de toda ordem para a efetivação do serviço de vacinação anti-variólica na província e depois estado do Pará. Mas, o nosso grande interesse está em desvendar as razões do comportamento aversivo da população de Belém relativamente à vacina, profilaxia considerada decisiva para o combate da varíola. Embora algumas razões já estejam implícitas na descrição anterior, relativa a história da vacina em Belém, precisamos avançar mais, para devassar a rede da experiência popular com a vacina, do século XIX ao início do século XX, e encontrar os motivos dessa intolerância ao método Jenneriano. Mesmo que este trabalho não tenha a pretensão de realizar uma abordagem na linha da história comparativa, é praticamente impossível analisar a relação dos populares ou das “classes menos favorecidas da fortuna”, como se dizia na época, sem estabelecer um paralelo com os acontecimentos da capital federal, em 1904. Trata-se da chamada Revolta da Vacina que abalou o Rio de Janeiro durante o mês de novembro daquele ano. Esta já foi analisada sob diferentes ângulos, sendo que, o que chamou atenção dos pesquisadores foi o fato de que a população da capital federal de então, em uma demonstração de rejeição total à vacina, organizou uma revolta contra a lei que a tornara obrigatória. Segundo Pereira (2002: 9):

O Rio de Janeiro amanheceu cercado no dia 15 de Novembro de 1904, navios da marinha brasileira se espalhavam ao longo do litoral, com a artilharia voltada para a cidade. Três torpedeiros tomavam a enseada de Botafogo para garantir a ordem nas imediações. No Flamengo estava o encouraçado Deodoro, que na véspera atingira a pedra da Urca com dois disparos de canhão para mostrar seu poder de fogo (...). no dia em que se comemorava o quarto aniversário da Proclamação da República, as forças militares se voltavam contra a capital do país, por ordem direta do presidente da república e seus ministros.

A historiografia da conhecida Revolta da Vacina produziu abordagens variadas que oferecem um cardápio de explicações: a ignorância popular, a justificativa moral, a resistência ao aburguesamento, etc.

O debate historiográfico acerca do tema “Revolta da Vacina” foi bastante profícuo, permitindo a abertura de um longo caminho que propiciou o aprofundamento da investigação a respeito. Nesse campo cabe destacar o trabalho de Chalhoub (1996) que procurou resgatar a experiência com a vacina ao longo do século XIX, por parte da população carioca, tendo identificado a elaboração de uma cultura vacinofóbica responsável pela revolta popular contra a vacina.

Assim, a introdução simultânea no país, a partir do início do século XIX, dos métodos de vacinação (científico) e variolização (popular), que eram confundidos, levou grande parte da população a uma preferência pela variolização, pois além de mais antiga, tradicional, possuía um cunho religioso agradável a cultura popular.

O autor faz referência ao caráter doloroso do método de transmissão braço a braço da vacina e como os vacinados mudavam de endereço ou davam endereço falso no local de vacinação, para não terem que voltar após o oitavo/ nono dia.

Essa vacinofobia derivava também da divergência do método Jenneriano dentro da própria comunidade científica, mostrando, com eficácia, que o debate entre doença e cura tem a sua própria historicidade. Muitos médicos renomados duvidavam da eficácia da vacina, achando que ela poderia transmitir aos homens a doença das vacas ou caracteres físicos dos quadrúpedes.

A cultura afro-brasileira parece ter contribuído para a vacinofobia, pois faz associação entre doença-cura-divindades o que levava a uma percepção da vacina como confronto à vontade dos deuses. Chalhoub (1996) ainda cita o uso negativo da palavra vacina feito pela “malandragem” carioca da época: “vacinar” era sinônimo de esfaquear”. Daí o malandro esperto não se deixava vacinar.

Com argumentação aproximada, Pereira (2002), entendeu a revolta como provocada por grupos diversos com motivações e concepções variadas sobre doença e cura. Assim como Chalhoub (1996) explora elementos da cultura afro-brasileira, pois considera que não se tratava de uma simples rejeição às medidas impostas pelos médicos sanitaristas. Na verdade o autor considera que boa parte da população envolvida na revolta lançou mão de seus princípios identitários enraizados

em uma longa tradição cultural, ainda que tenha sofrido constantes reelaborações com o passar dos anos. Os grupos que ainda estavam ligados a essas crenças encaminhavam a sua própria concepção da doença e também da cura, para as quais encontravam uma explicação sobre-humana. Para esses grupos, diferentemente dos médicos e sua vacina, o ritual religioso devotado às suas divindades era a forma pela qual se poderia combater a verdadeira causa dos males que afligiam os homens.

Embora não tenha ocorrido uma revolta semelhante em Belém, isso não quer dizer que as autoridades locais fossem mais tolerantes com as classes populares, com as chamadas “classes perigosas” por essa região, “ou que seus habitantes eram mais ‘ordeiros’, ‘passivos’”. Através dos jornais da época, dos relatórios, mensagens e falas de governo, dos abaixo assinados enviados ao poder público e outros documentos consultados percebe-se, mesmo que indiretamente, os conflitos estabelecidos quando a questão era a saúde pública, de acordo com Rodrigues (2008).

Também devemos mencionar que a revolta do Rio de Janeiro repercutiu em Belém, pois, não podemos esquecer, que um dos líderes da liga contra a vacina obrigatória foi o então senador Lauro Sodré, um dos republicanos históricos no Pará, com atuação política intensa no estado, que na época vivia a polarização política entre “lauristas” e “lemistas” (partidários do Intendente municipal Antônio Lemos). Segundo Amaral (2006) os dois grupos eram representados na imprensa local, respectivamente, pelos jornais *A Folha do Norte* e *A Província do Pará*. Infelizmente não estão disponíveis no setor de microfilmagem da Fundação Cultural Tancredo Neves, em Belém, as edições de *A Província do Pará* deste período.

*A Folha do Norte*, a partir do dia 15 de novembro e até o final deste mês, publicou artigos, notícias, informativos, ou seja, matérias diversas sobre varíola, vacina e a revolta que ocorria no Rio de Janeiro, com destaque para a reprodução de dois artigos publicados no *Giornale d'Itália*, assinado por Carlos Ruata, professor de higiene da Universidade de Perúsia. Pelo tamanho, os artigos foram divididos em três edições, começando no dia 15 e indo até 17 de novembro daquele ano. O título por si só já chamava atenção, pois era definido como “Campanha contra a Vacinação”, já que *A Folha do Norte* pretendia entrar no debate, que afirmava tratar-

se de uma questão da atualidade, a controvérsia sobre a vacinação obrigatória. O professor Carlos Ruata desenvolveu, ao longo desses artigos, uma série de argumentos contrários à vacina. Faz uma espécie de histórico da vacinação, desde os tempos antigos até aquele momento, pretendendo esclarecer a humanidade sobre o que realmente representa a “ciência vacinatória”. Considerava o professor que a vacina possuía pouca relação com a medicina, pois nasceu da:

[...] fantasia de uma histórica, da sabedoria de uma ordenhadeira de vacas, e foi introduzida no mundo pela agudeza dum médico, isto é, dum indivíduo que exercia abusivamente a medicina no país de seu berço, Burkley, na Inglaterra. (*A Folha do Norte*, 15 nov.1904, p. 01).

De acordo com as idéias de Carlos Ruata a vacina seria uma derivação da variolização, que ele enxergava como perigosa e considerava a grande responsável pela propagação da varíola pelo planeta, pois a criação artificial da varíola multiplicou consideravelmente os centros de difusão, haja vista que cada indivíduo variolizado poderia comunicar a varíola natural a 8, 10 ou 15 pessoas. Sendo a vacina uma derivação estaria, portanto, sujeita aos mesmos problemas. Além disso, continua Ruata, Jenner não teria sido convincente na explicação dos fundamentos do método de vacinação, pois diante da pergunta: “de que modo uma doença que se manifesta no bico da teta da vaca pode proteger o homem contra a varíola?” Respondeu que a vacina era a verdadeira varíola humana, mas mitigada passando à vaca, que sendo um animal inferior ao homem, *ipso facto* devia apresentar uma varíola inferior a do homem<sup>52</sup>, segundo Jenner (1966). O professor Carlos Ruata considera a tese de

---

<sup>52</sup>A busca de imunização contra a varíola configura-se como uma prática milenar, anterior à constituição e divulgação do método experimental em biomedicina, que marcou o final do século XIX, e à elaboração das teorias e conceitos que envolvem a elucidação do processo imunitário, e à fabricação de vacinas em escala industrial, que só ocorreram no século XX. Mesmo antes de se reconhecer a similaridade entre o *cowpox* (doença que acometia os bovinos) e a varíola e de ter sido criada a vacinação, já se tinha observado que a varíola podia ser evitada a partir do contato do homem sadio com o doente. Esta constatação impulsionou a disseminação de práticas, inicialmente orientais, que alcançaram a Europa no início do século XVIII, conhecidas como “variolização”, “inoculação” ou ainda, “transplantação”. Apesar de se estabelecerem como diferenciadas tecnicamente entre si, consistiam em implantar no homem sadio o vírus variólico contido na secreção retirada das pústulas de pessoas doentes, na tentativa de provocar a instalação da varíola na sua forma mais branda com manifestação local, tentando evitar a doença na expressão mais grave. Esta prática, disseminada em todo mundo e utilizada até o século XIX, tinha suas raízes na cultura popular, sendo absorvida como uma questão científica sustentada pelas dúvidas e certezas que, naquele momento, lhe davam corpo. É importante ressaltar que as inovações introduzidas pela microbiologia de Pasteur, no final do século XIX, não impuseram mudanças substanciais na prática



Jenner uma espécie de “razão teológica”. Ao mesmo tempo em que procurava desqualificar o invento de Jenner, o professor Ruata discorria sobre as razões para condenar a vacina. Na edição do dia 16 de novembro de 1904 mostrava os avanços da bacteriologia no sentido de demonstrar o que contém o pus vacínico. Assim, aponta que na Alemanha, em 1898, foram examinadas 39 amostras de diferentes linfas vacínicas, tendo se encontrado em cada meia gota, de 1650 a 8337766 micróbios. Fremlin, médico da repartição central de higiene inglesa, em suas pesquisas, achou em média 123000 micróbios no pus de 500 vitelos. O laboratório do Estado de Washington elaborou uma brochura sobre as “Impurezas Bacteriológicas do Pus Vacínico”, constatando que aquele pus contém o mesmo enorme número de bactérias encontradas na Europa. A partir desses dados, Ruata busca fundamento na antissepsia para confirmar a condenação da vacina afirmando que é coisa conhecida que, já naquele período, não havia médico que, antes de fazer sua pequena incisão não tome uma infinidade de medidas antisépticas, que ninguém se arrisca mais, se quiser proceder com consciência, a fazer uma simples injeção hipodérmica sem antes esterilizar a agulha, o líquido e desinfetar a pele e, neste sentido, pergunta: “como é pois que para a vacinação toda a ciência da antissepsia não tem valor, fazendo-se, sem a menor cautela, na nossa pele, injeção de tanta podridão? É claro que essa questão seria rapidamente respondida hoje pelos médicos acadêmicos, mas não podemos perder de vista a historicidade desse debate para considerarmos a influência que esse tipo de opinião, emitida por um médico renomado possa ter representado para a sociedade da época, inclusive a de Belém, onde os artigos foram publicados.

---

da vacinação antivariólica. A então recém-criada microbiologia pastoriana concordava com a afirmativa de Jenner de que a vacina era uma doença, passando a imprimir à sua conceituação original um raciocínio causal, relacionando-a a um microrganismo específico, que podia ser estudado, analisado e controlado no laboratório. Nesse sentido, o laboratório passa a se associar aos espaços e às práticas de legitimação da ciência biomédica constituídos até então, redimensionando-os e criando novos valores e conceitos científicos e sociais. O método experimental de Pasteur, ao levar os microrganismos para o laboratório, buscou implementar técnicas para visualizá-los e atenuar sua virulência, relacionando doença e agente causal específico. No caso da varíola, além de buscar a identificação e a atenuação da virulência, contribuiu também para a compreensão e o controle das infecções secundárias a ela associadas, o que possibilitou, inclusive, uma modificação significativa na sintomatologia da doença ao longo do século XX. Portanto, a polêmica levantada acima faz parte da própria historicidade do debate sobre doença e cura, no caso específico da varíola e sua profilaxia, a vacina. Uma análise esclarecedora do tema está em: FERNANDES, Tânia Maria. *Imunização Anti-variolica no Século XIX: inoculação, variolização, vacina e revacinação*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.

O professor Ruata acreditava que a vacina não preservava contra a moléstia. “O indivíduo quer vacinado quer não contrai igualmente a varíola, seja qual for o êxito da vacina não tem ela o poder de modificar o efeito dessa enfermidade”. A seguir faz uma listagem extensa de locais onde a varíola desenvolveu-se de forma epidêmica, mesmo com a população vacinada, chamando atenção para a guerra Franco–Prussiana de 1870, onde afirma que cerca de 500 mil prisioneiros foram internados e disseminados em toda a Alemanha. Disso resultou a mais cruel epidemia até então conhecida, como nunca houve em tempos anteriores à vacinação. Só a Prússia perdeu 136830 pessoas, sendo que todas estavam vacinadas, afirma. Concluindo sua tese, o professor Carlos Ruata afirma:

Poderei citar uma infinidade de epidemias demonstrando que a vacinação não preserva da varíola, nem por um dia, sequer; devendo tirar-se a conclusão das minhas pesquisas que os vacinados estão mais sujeitos à varíola que os não vacinados. (*A Folha do Norte*, 17 nov 11. 1904, p.01)

Assim, o professor Ruata afirma que como não se pode negar o fato de que tanto os vacinados como os não vacinados eram atacados pela varíola, partiu-se para a revacinação, que preservava por 10, 5 ou 3 anos. Tomar a vacina já se tornava difícil, buscar uma segunda dose, então, era bem mais complicado. Além disso, a necessidade de realizar a revacinação colocava ainda mais dúvidas acerca da eficácia do método jenneriano.

Quanto a esta prática, da revacinação, a partir da primeira década do século XIX, esta gerou amplo debate, com divergências marcantes quanto a sua indicação, associado a questionamentos quanto à validade da vacinação. Segundo Fernandes (2003) começou a ser indicada como reforço para a dose inicial da vacina, diante de se ter constatado a desativação da imunidade adquirida na primeira inoculação. A revacinação configurou-se como um problema de difícil solução, naquele período, dado não só pelo desconhecimento do processo imunitário e do próprio agente viral, quanto ao fato da identificação de sua necessidade ser constatada somente através de experiências empíricas de cunho estatístico.

É importante afirmar que essa não foi uma opinião constante do *A Folha do Norte*, refletindo apenas o momento polêmico da Revolta da Vacina e a postura nesta de um político que possuía vínculos com aquela gazeta e que, portanto, assumiu, por algum momento, a defesa de suas idéias a respeito do tema vacina obrigatória. Mas ainda assim não podemos deixar de considerar a influência desse pensamento sobre a população de Belém, contribuindo para a postura aversiva desta em relação ao método jenneriano. Não queremos, com isso, negar a autonomia que os sujeitos envolvidos em tal processo tem para realizar suas escolhas, mas não podemos deixar de considerar o caráter de formadores de opinião que os jornais possuem e a posição política que *A Folha do Norte* defendia. De acordo com Amaral (2006), em 1905, ainda repercutia a veiculação feita por esse jornal da “Campanha contra a vacinação”, pois, o intendente Antônio Lemos, principal opositor local de Lauro Sodré, para se defender dos ataques a sua política de saúde, veiculados pela *A Folha do Norte*, transfere a culpa pelo número de óbitos em Belém àquele periódico. Antonio Lemos, para justificar a soma de 435 pessoas mortas por varíola, em 1905, diante dos 2.653 óbitos registrados pelo Serviço Sanitário Municipal, atribuía e transferia o ônus ao “tamanho estrago á malévola campanha de certa imprensa contra a vacinação em tempo de epidemia”.

A reconstituição da experiência com a vacina em Belém nos permitiu perceber que aqui também havia uma relação negativa da sociedade, principalmente dos populares, com o método jenneriano. Esta foi responsável pela criação de uma cultura de aversão, de intolerância à vacina, que foi identificada nos jornais e nos próprios relatórios de governo. Porém, apesar de reconhecermos a existência de elementos comuns nessa experiência com a vacina, verificados tanto em Belém quanto na capital federal, não podemos deixar de registrar que há diversos aspectos específicos dessa experiência local com a vacina que contribuíram para a postura aversiva da população. Entre os elementos comuns temos a confusão feita pela sociedade entre vacinação e variolização, confusão reproduzida pelo próprio Vianna (1975) e que ocasionava dúvidas acerca da vacina.

Também é preciso registrar que a sociedade local considerava bastante doloroso o método de transmissão braço a braço da vacina, pois, apesar de desde 1840, se procurar tomar providências para garantir o retorno dos vacinados após o

oitavo dia, pelos relatórios de vacinação consultados percebeu-se que a quantidade dos que não retornavam era expressiva e não é preciso discorrer sobre o caráter extremamente doloroso dessa prática.

Também é preciso dizer que a comunidade médica local estava dividida acerca da eficácia da vacina, não só da vacina animal, como foi demonstrado acima, essa divisão envolvia também disputas entre alopatas e homeopatas, sendo que estes últimos, em geral, posicionavam-se contra a vacina, ou contra a terapêutica aplicada pelos adeptos da alopatia. Assim, *O Diário de Notícias*, em edição de 4 de maio de 1884, criticava a defesa que o jornal *O Liberal* fazia do presidente da Província, Visconde de Maracaju, na polêmica com os homeopatas. Estes reivindicavam a montagem de uma enfermaria destinada ao tratamento dos variolosos segundo os princípios da homeopatia, o articulista de *O Liberal* argumentava que a verba socorros públicos era insuficiente e recomendava que os homeopatas montassem enfermaria às próprias custas. *O Diário de Notícias* rebate afirmando que os homeopatas não dispõem de meios suficientes, mas que seriam capazes de grandes sacrifícios “pela vulgarização e propaganda dessa grande verdade científica – a homeopatia”. O artigo continua censurando os alopata, formados na “escola das pomadas”, não sendo capazes de conter o avanço da epidemia, sendo por isso a enfermaria José Bonifácio ineficaz no tratamento dos variolosos, pois de cada 100 infectados que recebia, morriam 50. *A Folha do Norte*, em edição de 11 de novembro de 1904 publica, a pedido, informativo do Dr. Matta Bacellar, conhecido médico homeopata, em que o mesmo alerta para a presença da “assustadora” varíola em Belém, recomendando aos adeptos da homeopatia o uso interno do “vacciniun”, pela manhã e pela noite como preservativo. Também indicava o mais rigoroso asseio pessoal e as irrigações das habitações e as desinfecções. Assim, percebe-se que mesmo concordando com a maioria dos higienistas de plantão, o Dr. Bacellar não fazia referência à vacina como preservativo. Não podemos também deixar de mencionar que mesmo entre os alopatas havia cisões quanto à vacina, embora não tenham sido explicitadas ao longo das pesquisas, mas que podem ser percebidas em determinados momentos como, em 1904, com a publicação dos artigos italianos contrários à vacina pela *A Folha do Norte*, jornal sob responsabilidade do médico e Inspetor da Higiene e depois do Serviço Sanitário

Cipriano Santos, que parecia mais preocupado e empenhado em aplicar o isolamento que a vacina.

Quanto aos aspectos peculiares à realidade local, em relação a esta experiência com a vacina, temos, em primeiro lugar que considerar o questionamento da linfa que aqui era utilizada. Não podemos esquecer que se trata de uma região complicada em termos de acesso neste período, o que dificultava o recebimento de material para vacina. Mesmo o material que aqui chegava, em função, às vezes, do tempo de duração da viagem, estava completamente deteriorado ou não possuía as condições adequadas para a inoculação. Ainda assim muitas vezes era utilizado ocasionando, não raro, efeito contrário. Por isso, eram freqüentes as reclamações feitas pela imprensa e pelas autoridades acerca da quantidade e da qualidade da vacina que chegava a esta região. Os relatórios de governo estão repletos de polêmicas sobre a qualidade da vacina utilizada em Belém e a imprensa alardeava, algumas vezes, como o fez o *Diário de Notícias* em matérias reproduzidas acima, que a vacina não prestava. É claro que opiniões desse tipo influenciavam negativamente a população de Belém em relação à vacina e, portanto, contribuíam para a intolerância com relação a esta profilaxia, revelando como a medicina acadêmica era bastante impopular<sup>53</sup>.

Outra questão importante diz respeito a quem aplicava a vacina em Belém. A partir de 1846 foi criada a função de Comissário Vacinador, mas nos relatórios são comuns as reclamações relativas a dificuldade de contratá-los, principalmente para as cidades do interior. Além disso, durante boa parte do século XIX, essa função coube a um único “profissional”. Assim, desde 1840, quando se tentou decretar, pela primeira vez, a obrigatoriedade da vacina na província, buscou-se também atribuir tal função a outros profissionais, entre os quais, os professores. Segundo Vianna (1975:52):

---

<sup>53</sup> Apesar do esforço dos médicos em consolidar a medicina acadêmica, depararam com a pouca receptividade do público à autoridade cognitiva de seus paradigmas, seja pela descrença, seja pela indiferença às práticas originárias desse saber. Para mais informações sobre esse aspecto da medicina acadêmica e os esforços empreendidos pelos seus representantes para alcançarem afirmação ver: FERREIRA, Luiz Otávio. "Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos". In: CHALHOUB, S. et al. (org.). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

A Lei n° 108, de 6 de dezembro de 1842, e a de n° 115, de 18 de outubro de 1843, elevaram a quantia anterior de 1:000\$000 réis, ficando o governo autorizado a distribuí-la pelos professores que se dessem à vacinação, mandassem vir e conservassem vacina, tendo atenção a qualidade desta e ao número de vacinados.

Encontramos nos jornais registros da aplicação da vacina por professores, como nesta edição em *Diário de Notícias*:

Vacina no Pinheiro

Comunicam-nos:

Foram vacinados, na povoação de São João de Pinheiro, pelo sr. Professor João Gualberto de Vilhena, durante o mês de fevereiro p. findo, 86 pessoas, sendo:

Do sexo masculino, menores 29, maiores 27; do sexo feminino, menores 10, maiores 20, todos com tão feliz êxito, que não houve uma só das pessoas por ele vacinadas nas quais falhasse a vacina.

Tem muito boa linfa de braço e continua a vacinar enquanto tiver linfa e lhe aparecer quem se queira vacinar.

Faz tudo isso pelo desejo de fazer o bem e não porque seja autorizado. (O *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 04 mar. 1884, p.02).

Em geral, essa prática era enaltecida e considerada eficaz, talvez uma forma de diminuir a desconfiança das pessoas em relação à vacina. Também nos relatórios encontramos registros do uso de professores na prática da vacinação; no relatório de Cardoso Junior, presidente da província em 1888, são relacionadas 43 localidades onde, em escolas públicas, os professores receberia tubos com a linfa vacínica e as necessárias instruções para a aplicação da mesma. Ora, sabemos e já relatamos as dificuldades encontradas pelos próprios profissionais da área médica para a aplicação da vacina, havia diferentes tipos de linfa, havia a vacina importada, a vacina braço a braço, a vacina animal. Era preciso conhecer a qualidade da linfa vacínica, fazer revacinações, verificar se a vacina havia “pegado” após o oitavo dia, entre outras competências que, muitas vezes, escapavam aos próprios profissionais da área da saúde, imaginem aos nobres membros do magistério, pois, como afirma Vianna (1975: 52) “tudo isto devia ser improfícuo, porque muito dificilmente se

encontraria homens consagrados ao magistério público, que se dedicassem a um mister muito diverso da sua profissão”. Assim, dessa prática decorreram diversos problemas que também contribuíram para aumentar a intolerância à vacina por parte da população belenense.

Por último é importante dizer que a vacina não se constituía no único preservativo contra a varíola. Havia diversas opções. Em primeiro lugar é preciso considerar a existência de enfermarias ou hospitais clandestinos que estavam voltadas para o tratamento da varíola, nos quais não se sabe exatamente que terapêutica era administrada. Além disso, era muito comum divulgar, através dos jornais, nesta época, medicamentos voltados para a cura das mais variadas doenças, inclusive da varíola. O jornal *Treze de Maio* (09 mar. 1860, p. 6), por exemplo, estampava na década de 1860, anúncios de vários medicamentos como o Elixir de Quina, que servia para combater a malária, o Racahout dos Árabes, segundo o anúncio aprovado pela faculdade de medicina de Paris e recomendado para pessoas nervosas, magras, idosas e, também para crianças. Geralmente esses medicamentos eram apresentados como de fácil administração e digestão, além de possuírem sabor agradável. Esses tipos de anúncio são encontrados também nos outros jornais consultados e, em grande escala.

Para combater a varíola, especificamente, encontramos diversos anúncios, principalmente no *Diário de Notícias*, como nesta publicação intitulada “Laboratório Homeopático”:

Chegou novas remessas de meias elásticas para inchações, erisipelas, varizes, etc., etc.  
Variolinum, tintura para bexigas, cura e preventivo.  
Vaccinium, tintura para bexigas, cura e preventivo.  
Vende-se no Laboratório Homeopático, rua da Indústria, 7 a. (*DIÁRIO DE NOTÍCIA*, 19 ago. 1884, p. 4).

Em 5 de agosto de 1888, o mesmo jornal anunciava o preservativo de varíola de “Soares dos Santos”, que tornaria as varíolas benignas caso elas tivessem

aparecido. Em outra edição do mesmo *Diário de Notícias*, encontramos outro anúncio, com o título “Contra as Bexigas”, onde lia-se:

Em caso de varíola declarada as propriedades anti-sépticas, sudoríficas e tônicas do elixir anti-epidêmico Beirão, facilitam a saída das vesículas, acelerando a cura – É o melhor preservativo e curativo de todas as moléstias epidêmicas.

Uma colher das de chá deste agradável elixir, misturado com ½ litro de chá de açafão, é excelente para gargarejo e lavatório dos olhos, e com o qual se evita o desenvolvimento das vesículas nos olhos (por consequência a cegueira), na boca e garganta, que tanto afligem os doentes, impedindo a deglutição e dificultando a inspiração.

O uso do anti-séptico Beirão é indispensável a todas as pessoas que visitam e tratam doentes de varíola e de outras moléstias contagiosas; assim estarão ao abrigo do contágio, nos focos de infecção. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 10 ago. 1888, p. 01).

Ainda o diário publicava declarações de pessoas comuns ou de autoridades na área médica, atestando a eficácia de certos medicamentos, que eram apresentados à sociedade paraense. O referido periódico, publicou diversas cartas oriundas do Ceará e datadas de 1883, dando aval às “pílulas depurativas do Dr. Mattos”, mais uma concorrente para a vacina. A matéria trazia diversas declarações e possuía como título “Tratamento da varíola”:

Em dezembro de 1878, quando a varíola nesta capital fazia de 600 a 900 vítimas diariamente, fui acometido deste terrível mal. O meu médico assistente, o finado dr. José Lourenço Filho, logo no começo da moléstia mandou fazer uso das pílulas depurativas do cirurgião Mattos e assim conseguiu que a moléstia, apesar da força com que apareceu, se tornasse uma benigna varicele, que poucos incômodos me deu.

Sei, por me ter dito nessa ocasião o referido dr. José Lourenço – que nos Lazaretos sob sua direção fez ele ótimas curas com estas pílulas.

Ceará, 10 de dezembro de 1883. (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 19 ago. 1884, p.04).

Na mesma matéria, lê-se outra carta assinada pelo Dr. Firmino José Dória, com a seguinte declaração:



O abaixo assinado, doutor em medicina, Dignitário da Ordem da Rosa, Cavaleiro de Cristo, condecorado com a medalha da Campanha do Paraguai, Cirurgião-mor de Brigada, graduado do corpo de saúde e delegado do Cirurgião-mor desta Província.

Atesto que tenho, tanto em minha clínica civil, como militar, empregado com incontestável vantagem as pílulas depurativas do falecido cirurgião Francisco José de Mattos, hoje fabricadas por seu filho sr. Leonel A. de Alencar, em todos os casos em que tenho tido precisão de uma ação purgativa pronta e benéfica: atesto mais, por experiência própria, que as referidas pílulas não produzem essas cólicas incômodas que quase sempre produzem os medicamentos de sua classe.

Por ser verdade passei o presente, que vai por mim assinado.

Fortaleza, 4 de dezembro de 1883. ( *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 19 ago. 1884, p. 04).

Como estas, encontramos diversas declarações dando conta de medicamentos utilizados para combater a varíola, em geral, atestando sua eficácia. Assim, tanto os homeopatas como os próprios alopatas apresentavam suas alternativas para a cura da varíola. A medicação que esses profissionais prescreviam, geralmente eram anunciadas como de fácil administração, algumas vezes até de saborosa digestão e, também, de fácil aquisição. Além disso, não apresentavam riscos e, ainda por cima, poderiam ajudar a combater outros males. Com tudo isso a disposição é claro que para muitas pessoas era muito mais simples e agradável recorrer a tais medicamentos que enfrentar os riscos, o caráter doloroso e todas as outras complicações da vacina.

Segundo Roque (2004), em 1914, em Goa, antiga colônia portuguesa na Índia, o médico António Joaquim Vás anunciou a descoberta de um fabuloso tratamento contra a varíola, que vinha sendo utilizado desde a última década do século XIX: a aplicação clínica das pevides, ou sementes, de bananeira brava, medicamento de origem vegetal extraído das práticas médicas indianas. Embora habitando um lugar problemático no programa de tradução científica, as pevides circularam ativamente no interior da própria ciência, persistindo contra a varíola nas práticas médicas. O Dr. Joaquim Vás relatou a comunidade médica o modo como descobrira e aplicava, com sucesso clínico, os segredos curativos das pevides de bananeira brava, contra os malefícios da varíola. Tal prática, ao que parece, era

levada a sério pelos médicos de Goa e serve, no mínimo, para abrir um debate acerca do combate à varíola, pois, até hoje, a medicina acadêmica não aceita um tratamento eficaz para tal moléstia, concebendo a imunização ativa, ou seja, a vacina, uma profilaxia como único meio possível de combater a referida doença. Sendo assim, a erradicação da varíola na década de 1980, representou o triunfo da vacina no combate à varíola e, ao mesmo tempo, um silêncio absoluto sobre outras práticas de cura, emanadas da medicina científica ou popular.

Quanto às práticas curativas populares, diversos trabalhos já relataram seu enraizamento na população do estado do Pará, produzindo uma relação tensa e cheia de conflitos, mas também de alianças e trocas simbólicas, envolvendo as diferentes medicinas daquela época. Segundo Rodrigues (2008) os adeptos dessa medicina considerada popular foram alvos de perseguições por parte das autoridades médico-higienistas desde os últimos anos do Império, consolidando-se na República que, em seu primeiro Código Penal (1890) procurou introduzir artigos que visavam regular a prática ilegal da medicina. Perseguidas ou não, essas práticas de cura alternativas à medicina acadêmica não deixaram de existir e de ter muitos adeptos<sup>54</sup>. Figueiredo (2003) mostra a persistência da pajelança em Belém do Pará, onde os médicos, já na passagem para o século XX, utilizavam diversos recursos para se inserir no cotidiano da cidade, tendo em vista a respeitabilidade adquirida por seus oponentes. Através dos meios de comunicação, empenharam-se na elaboração da imagem da autoridade médica, do herói responsável pela cura e do beneplácito do cidadão e, principalmente, no poder regenerador da ciência que praticavam.

Para Figueiredo (2003), os pajés não deixaram de se apropriar do discurso discriminatório, num sentido inverso ao pronunciado. Os jornais,

---

<sup>54</sup> Em “Esculápios Tropicais”, Silvio Rodrigues discorreu sobre diversas práticas de cura alternativas verificadas em Belém, entre 1889 e 1919, destacando o quanto eram populares e as dificuldades encontradas pelas autoridades para combatê-las. Rodrigues analisou diversos casos com destaque para a morte por envenenamento de Geraldo Afonso Cardoso, major reformado do regimento estadual, morador da vila de Mosqueiro, em função de receitas passadas pelo pajé Elias. O fato ocorrido entre setembro e outubro de 1898 foi divulgado pelo jornal *A Província do Pará*, em várias edições. Outro caso que chama atenção em seu trabalho é o do professor Faustino Ribeiro Junior, um célebre curandeiro que havia realizado curas espetaculares no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. O destaque dado pela imprensa a presença do referido curandeiro e a concorrência dos populares, desejosos de um atendimento milagroso revelam o alcance das práticas consideradas alternativas em terras paraenses, naquele contexto.

considerados pelo autor como mediadores entre ambas as culturas, engajados em atribuir uma distinção à ciência, noticiavam as perseguições policiais, paradoxalmente, à ciência dos pajés. Com isso, à pajelança era atribuída também a conotação de ciência. Os pajés não tardaram a se apropriar desta distinção: propagavam suas atividades também como científicas.

Ainda de acordo com Figueiredo (2003), a representatividade da “ciência dos pajés”, no caso amazônico sua durabilidade e persistência, em lugar de servir como recurso para endossar a cientificidade da medicina oficial revelou-a em suas contradições. Os pajés – ao resistirem às perseguições policiais, às acusações de charlatanismo, aglomerando uma vasta clientela de origens sociais diversas, referindo-se às suas curas como científicas – impuseram uma tarefa "extremamente árdua e desgastante para os médicos" na tentativa de legitimar seus ofícios. A medicina oficial, no caso de Belém do Pará, para conseguir sua hegemonia científica foi obrigada a enfrentar concorrentes já experimentados há séculos<sup>55</sup>.

Sendo assim, é possível reconhecer a existência em Belém, senão de uma cultura vacinofóbica, pelo menos de uma cultura de aversão ou intolerância ao método jenneriano, por razões obviamente fortes. Mas, é preciso esclarecer ainda que, a intolerância não estava relacionada apenas à vacina, mas a toda política oficial de saúde encaminhada em Belém ao longo do século XIX e até o início do século XX. Foram muitos os desacertos ou desencontros dessa política e, especialmente o seu caráter autoritário e aterrorizante em relação às camadas menos favorecidas da sociedade local que acabaram provocando o desenvolvimento de uma cultura de aversão às tais políticas públicas no campo da saúde.

---

<sup>55</sup> Sobre práticas curativas populares relativas à varíola, ver também: AMARAL, Alexandre Souza. Op. Cit. p. 139-141.

---

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Segundo Henderson (1997), no século XXI, as vozes dos médicos acadêmicos atribui a extinção da varíola (pelo menos em suas epidêmicas manifestações naturais), à planejada ação profilática da quase miraculosa vacina. Para Porter (1999) a profilaxia realizada através da vacinação antivariólica continua no centro de uma das mais mitificadas narrativas de sucesso e poder da história da medicina: a erradicação do temido e mortífero ortopoxvirus, causador da varíola, graças ao programa mundial de vacinação promovido pela Organização Mundial de Saúde. Ainda hoje o credo médico não reconhece a existência de qualquer cura ou prática terapêutica capaz de eliminar o vírus, aconselhando-se apenas algumas estratégias terapêuticas que atuam sobre os sintomas da doença, combatendo a desidratação do organismo e as infecções secundárias decorrentes das erupções cutâneas e das pústulas<sup>56</sup>. Assim, a vacina permanece sendo a única solução, mas, a história do combate a varíola nem sempre foi desse jeito.

---

<sup>56</sup> Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2001), pode não existir cura para a varíola, porém a vacina pode ser usada com muita eficácia se for administrada até quatro dias após exposição

Como ficou demonstrado ao longo desse trabalho, assim como é antiga a presença da varíola em Belém ou na Amazônia, também é antiga a busca e a polêmica acerca da cura para a referida moléstia. Na capital paraense a vacina (método científico) chegou quase simultaneamente à variolização (método popular) para combater a doença maligna e não pode ser considerado estranho que os dois métodos fossem confundidos, pois havia semelhanças entre eles, principalmente em função do método de transmissão braço a braço da vacina. Assim, quando se apresentou um método considerado científico para combater a varíola em Belém, este já foi confundido com uma antiga prática de inoculação desenvolvida em todo o mundo, sendo considerada popular. Portanto, desde o início, a busca da cura para a varíola, colocou em disputa diferentes práticas de cura, oriundas de diferentes setores da sociedade.

Desta forma, percebemos que a tentativa de introduzir e tornar obrigatória a vacina, em Belém, ocorreu quase simultaneamente às tentativas de institucionalizar a medicina acadêmica. Assim, a perspectiva de imposição da vacina - daí as várias tentativas de torná-la obrigatória -, representaria a sobreposição ou a hegemonia da medicina acadêmica em relação as outras artes de curar verificadas na região. Algumas dessas práticas foram enquadradas, na última década do século XIX, como exercício ilegal da medicina e foram severamente combatidas pelas autoridades. Mas, ainda assim, parte da população fez pouco caso da vacina e continuou buscando práticas alternativas de cura.

Neste sentido, havia a homeopatia que buscava já espaço e possuía indicações de profilaxia e terapêutica para a varíola. Mas, havia principalmente as práticas de cura geradas no seio das camadas populares, que muitas vezes recorria e ainda recorre com frequência à flora amazônica para encontrar soluções para muitos de seus males. Sendo assim, era comum o desenvolvimento de uma série de “preparados” destinados ao tratamento de diversas doenças. Estes, muitas vezes, eram anunciados em periódicos importantes da região, dividindo espaço com os xaropes, os vinhos, as pílulas e as cápsulas desenvolvidas pelos médicos acadêmicos.

---

de uma pessoa ao vírus, para impedir o desenvolvimento da infecção. Esta foi a estratégia utilizada para erradicar a doença durante o século XX.

O enraizamento dessas práticas na cultura popular da região é tão forte que se constituiu num dos principais fatores explicativos da intolerância popular à vacina entre outras profilaxias e terapêuticas encaminhadas pelo poder público. Assim, a prática repressiva foi o único caminho encontrado pelas autoridades para garantir o cumprimento de suas políticas públicas. Mas, mesmo o isolamento foi rejeitado pelas camadas populares, principais alvos dessa prática, que procuravam o tratamento na própria residência, escondendo os doentes das autoridades sanitárias, ou em locais comandados por aqueles que eram designados como “pajés” ou “curandeiros”. Portanto, o enraizamento dessas práticas era mesmo bastante forte junto às camadas populares e em outros setores da sociedade, chegando mesmo a penetrar até nos métodos dos seus mais severos opositores, os médicos acadêmicos. Para Figueiredo (2003), não estão bem descoladas as práticas dos médicos acadêmicos em relação aos detentores de um saber considerado popular. Segundo Meira (1986), nesse período, era muito comum para os médicos, principalmente àqueles que pretendiam maior reputação, ter nas prateleiras das farmácias um produto que levasse seu próprio nome, sendo que alguns alcançaram grande repercussão, até internacional. O Dr. Gesteira assinava o “Ventre-Livre” e o “Regular Gesteira”, havia as “Pílulas Verdes” do Dr. Pinheiro Sozinho, o “Colírio Amarelo” do Dr. Geminiano de Lyra Castro, a “Pomada” do Dr. Lauro Magalhães e o “Elixir indígena” desenvolvido pelo Dr. Ferro e Silva para o tratamento do impaludismo. Este último medicamento, pelo próprio nome, demonstra como eram delicadas as relações entre as práticas da medicina acadêmica e as práticas consideradas populares.

Portanto, refletir sobre a experiência com a saúde e a doença, representou a necessidade de realizar um percurso no qual discuti produções discursivas diversas e procurei cruzar as informações nelas contidas objetivando construir uma interpretação do fenômeno das epidemias de varíola ocorridas em Belém, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, para compreender a historicidade de determinadas profilaxias e ou práticas terapêuticas desenvolvidas na capital paraense, com o intuito de escrever mais uma página da história da medicina social na Amazônia.

## FONTES

### Viajantes e Literaturas:

BATES, Henry. **O Naturalista no Rio Amazonas**. v. 2. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1944.

CARVALHO, Marques. **Hortência**. Ed. Especial. Belém: Cejup – Secult, 1997.

CASAL, Pe. Manuel Aires de. **Corografia Brasílica**, 2 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

CORDEIRO, Luiz. **O Estado do Pará, seu Comércio e Indústria 1719 à 1920**. Belém: Tavares Cardoso e cia, 1920.

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil**. v. 2. São Paulo: livraria martins, 1943.

MARC, Alfred. **Le Bresil – Excursion a travers sés 20 Provinces**, v. I. Paris: D'Angello –Ferrão, 1890.

MARTIUS, C. F. & SPIX, J.B. **Viagem pelo Brasil**. 2.ed.. São Paulo: Melhoramentos, 1861.

MOURA, Ignácio et al. **Anuário de Belém, em comemoração ao seu tricentenário, 1616-1916**. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1915.

RECLUS, Elisée. **Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1900.

SPIX, Johann Baptist von & MARTIUS, Karl Philipp von. **Viagem pelo Brasil 1817-1820**. Belo Horizonte: Itatiaias; São Paulo: Edusp, 1981.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagem pelo Amazonas e Rio Negro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

### **Documentos Manuscritos:**

#### **Arquivo Público do Estado do Pará**

Fundo: Corpo de Polícia da Província. Série: ofícios diversos (jan -mar), 1884. lote 47.

Fundo: Presidência da Província. Série: abaixo-assinados, 1884, caixa 07.

Fundo: Presidência da Província. Série: abaixo-assinados, 1888, caixa 08.

### **Mensagens, Relatórios e Falas:**

BELÉM. Intendência Municipal. *O Município de Belém. Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém capital do Pará, 1897-1902 pelo Exmo. Sr. Intendente Antônio José de Lemos*. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1902.



PARÁ. Discurso recitado pelo Dr. Bernardo de Souza Franco, Presidente da Província do Pará, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 15 de agosto de 1839. Pará, Typ. de Santos & menor, 1839.

PARÁ. Discurso recitado pelo Dr. João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Pará, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em , em 15 de Agosto de 1840. Pará: Typ. de Santos & menor, 1840.

PARÁ. Discurso recitado pelo exm. sr. desembargador Manoel Paranhos da Silva Vellozo, Presidente da Província do Pará, na abertura da primeira sessão da Quarta Legislatura da Assembléia Provincial, em 15 de agosto de 1844. Pará, Typ. de Santos & menores, 1844.

PARÁ. Fala com que Miguel José de Almeida Pernambuco, Presidente da Província, abriu a 2ª sessão da 26ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial do Pará, em 02 de fevereiro de 1889. Belém: A.F. da Costa. 1889.

PARÁ. Fala dirigida pelo exm. Sr. conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da provincia do Gram Pará à Assembléia Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinaria da sexta legislatura, em 1º de outubro de 1849. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1849.

PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, governador do Estado, em 7 de setembro de 1902. Belém: Imprensa Official, 1902.

PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 1º de fevereiro de 1900. Belém: Typ. Do Diário Official, 1900.

PARÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, governador do Estado, em 1º de fevereiro de 1901. Belém: Typ. Do Diário Official, 1901.

PARÁ. Relatório com que o exm. Sr. conselheiro Francisco José Cardoso Junior, 1.o vice-presidente, passou a administração da Província, no dia 6 de maio de 1888 ao

exm. snr. Dr. Miguel J. de Almeida Pernambuco, nomeado por carta imperial de 24 de março de 1888. Pará, Typ. do Diário de Notícias, 1888.

PARÁ. Relatório com que o exm. Sr. Conselheiro João Antônio d'Araújo Freitas Henriques passou a administração da Província do Pará ao exm. Sr. Joaquim da Costa Barradas, em 06 de outubro de 1886. Belém: typ. Da República, 1891.

PARÁ. Relatório com que o exm. Sr. Dr. José Araújo Roso Danin, 2.<sup>o</sup> vice-presidente da Província, passou a administração da mesma, em 04 de agosto de 1884, ao exm. snr. Conselheiro João Silveira de Souza, nomeado por carta imperial de 31 de maio de 1884. Pará, Typ. De Francisco Costa Junior, 1885.

PARÁ. Relatório com que o exm. Sr. Dr. José Araújo Roso Danin, 1.<sup>o</sup> vice-presidente do Pará, passou a administração da mesma ao exm. sr. Dr. Antonio José Ferreira Braga, presidente nomeado por decreto de 22 de julho de 1889. Belém: Typ. A. Fuctuoso da Costa, 1889.

PARÁ. Relatório de hygiene do Estado apresentado ao Governador do Estado Sr. Dr. Lauro Sodré , em 30 de Junho de 1892, por Cypriano Santos, Inspector da Hygiene do Estado Belém: Diário Oficial, 1892.

### **Leis e Regulamentos:**

BELÉM, Intendência Municipal. *Leis e Posturas Municipais (1892-1897)*.

BELÉM, Intendência Municipal de. *Código de Postura (1900). Código de Polícia Municipal (1900)*.

Coleção das Leis do Estado do Pará dos anos de 1891 a 1900, precedida da Constituição Política do Estado. Belém: Imprensa Oficial, 1900, p.21.

**Periódicos Citados:****Biblioteca Pública Arthur Vianna (hemeroteca)****Jornais:**

*A Província do Pará* (1899).

*A Folha do Norte* (1899; 1900; 1901; 1904).

*Diário de Notícias* (1884; 1888; 1897).

*Treze de Maio* (1860;1861).

**Outros:****Biblioteca Pública Arthur Vianna**

BRANDÃO, Caetano. **Álbum de Belém 1902**. Paris: Fidanza/ Philippe Renoaud, 1902.

CACCAVONI, Arthur. **Álbum Descritivo Amazônico**. Gênova: F. Amanino, 1899.

CAMPOS, Américo. "Higiene". In: **Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil: O Pará em 1900**. Pará-Brasil: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900, p.113-19.

PARÁ, Governador (1901-190: Augusto Montenegro). *Álbum do Estado do Pará*. Paris: Chaponet, 1908.

PROVINCIA DO PARÁ. *Dados Estatísticos e Informações para os Imigrantes*. Belém: Diário de Notícias, 1886.

## BIBLIOGRAFIA

ADLER, Robert. **Médicos Revolucionários: de Hipócrates ao genoma humano**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

ALDEN, Dauril e MILLER, Joseph. Out of Africa: The Slave Trade and the Transmission of Smallpox to Brazil, 1560-1831. **Journal of Interdisciplinary History**, v. 18, n. 2, p. 195-224, 1987.

ALDEN, Dauril & MILLER, Joseph. *Unwanted cargoes: the origins and dissemination of smallpox via the slave trade from África to Brazil, c. 1560-1830*. In: KIPLE, Kenneth, ed. **The African exchange: toward a biological history of black people**. Durham e Londres: Duke University Press, 1987.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

AMARAL, Alexandre de Souza. **Vamos à vacina? Doenças, saúde e práticas médico-sanitárias em Belém (1904-1911)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Belém: Santos e Santos, 1839.

BELTRÃO, Jane Felipe. Alopátia, Arte Oficial de Curar: disputas em tempo de cólera no Grão-Pará. In: ALVES, José Jerônimo (org). **Múltiplas Faces da História das Ciências na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005.

BELTRÃO, Jane Felipe. **Cólera: o flagelo da Belém do Grão-Pará**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004

\_\_\_\_\_. **Cholera and people "of color" or access to public health care in 19th-century Brazil**. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312004000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312004000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 09 Mar 2008.

\_\_\_\_\_. **Cólera – O Flagelo da Belém do Grão-Pará**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004.

BENCHIMOL, Jaime. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BEZERRA NETO, José Maia. "Arthur nas Forjas da História". A Contribuição de Arthur Vianna para a historiografia paraense. In: FONTES, Edilza Joana de Oliveira & BEZERRA NETO, José Maia (orgs). **Diálogos entre história, literatura & memória**. Belém: Paka-Tatu. 2007.

\_\_\_\_\_. **Escravidão negra no Grão-Pará (sécs. XVII-XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

BEZERRA NETO, José Maia & GUZMÁN, Décio **Terra Matura: Historiografia e História Social na Amazônia**. Belém: Paka -Tatu, 2002.

BIARD, François Auguste. **Deux annés au Brésil**. Paris: Hachette, 1862.

BORGES, Ricardo. **O Pará Republicano, 1824 – 1929, Ensaio Histórico**. Conselho Estadual de Cultura. Belém, 1983.

BRAGA, Theodoro. **Noções de Corografia do Estado do Pará**. Belém: empresa gráfica Amazônia, 1919.

BRESCIANI, Maria Stella. A Cidade das Multidões, a Cidade Aterrorizada. In: PECHAMAN, R (org). **Olhares Sobre a Cidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

\_\_\_\_\_. Lógica e dissonância. Sociedade de trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.6, n.11, set. 1985/fev. 1986, p. 7-44.

\_\_\_\_\_. Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950). In: BRESCIANI, M.S.(Org.) **Palavras da Cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2001, p. 343-63.

\_\_\_\_\_. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.5, n.8/9, set. 1984/abril 1985, p.35-68.

BRUNO, Ernani da Silva. **História e Tradições da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CALACA, Carlos Eduardo. **Capítulos da história social da medicina no Brasil**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2005, vol.12, n.2, p. 557-566. ISSN 0104-5970. doi: 10.1590/S0104-59702005000200022. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702005000200022&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702005000200022&script=sci_arttext)>. Acesso em: 21 mar, 2009.

CAMARGO, Luis. As “**bexigas**” e a introdução da vacina antivariólica em São Paulo. *Revista eletrônica do arquivo do estado*, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao28/materia03/>>. Acesso em: 29 jan, 2009.

CANCELA, Cristina Donza. **Adoráveis e Dissimuladas**. Campinas, 1997. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARVALHO, Maria Alice R. de & LIMA, Nísia Verônica. O Argumento Histórico nas Análises de Saúde Coletiva. In: FLEURY, Sonia (org.) **Saúde Coletiva? Questionando a Onipotência do Social**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que Não Foi**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

CHALHOUB, Sidney. et al. (org.). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_. **Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, Lar e Botequim**. 2.ed. São Paulo: editora da Unicamp, 2001.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 52, 2006.

COHEN, Gerald. **Karl Marx's theory of history: A defence**. Princeton: Princeton University Press, 1978.

Costa, Magda. **Caridade e Saúde Pública em tempo de epidemias . Belém 1850-1890**. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. v. 1. Belém: UFPA, 1963.

CUETO, Marcos. Medicine in the past: the history and the historian's profession. Interview with Roy Porter. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, Apr. 2002. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702002000100010&script=sci\\_arttext&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702002000100010&script=sci_arttext&lng=en)>. Acesso em 24 abr 2009.

DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. A Implantação das Ciências no Brasil – Um Debate Historiográfico. In: ALVES, José Jerônimo de Alencar Alves (org). **Múltiplas Faces da História das Ciências na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005.

DIAS, Antonio. Gonçalves. **Dicionário da Língua Tupy: chamada língua geral dos índios do Brazil**. Lipsia: F. A. Brockhaus. 1858.

DIAS, Edinéa Mascarenhas. **Manaus (1890- 1910): a Ilusão do Fausto**. Manaus: Valer, 1999.

DIAS, Maria Odila Leite.da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

EDLER, Flavio Coelho. **A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil**. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2002, vol.9, n.2, pp. 357-385. ISSN 0104-5970. doi: 10.1590/S0104-59702002000200007. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702002000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702002000200007)>. Acesso em 22 mar 2009.

FERNANDES, Tânia Maria. **Vacina Anti-variólica: ciência, técnica e poder dos homens**. Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz, 1999.

\_\_\_\_\_. **Imunização Anti-variólica no Século XIX: inoculação, variolização, vacina e revacinação**. Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz, 2003.

FERREIRA, Luiz Otávio. Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos". In: CHALHOU, Sidney et al. (org.). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

FERREIRA, Pablo. **Varíola**, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=310&sid=6>>. Acesso em: 23/04/2006.

FIGUEIREDO, Aldrin. Anfiteatro da Cura: pajelança e medicina na Amazônia no limiar do século XX. In: BELTRÃO, Vera; CHALHOU, Sidney; SAMPAIO, Gabriela; SOBRINHO, Carlos (org). **Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social**. 1.ed. Campinas: Unicamp, 2003, p. 273-304.

\_\_\_\_\_. Assim como eram os gafanhotos, pajelança e confrontos culturais na Amazônia do início do século XX. In: MAUÉS, Raimundo Heraldo & VILLACORTA, Gisela Macambira (org). **Pajelanças e religiões africanas na Amazônia**. Belém, Edufpa, 2006, p.52-102.

\_\_\_\_\_. **Pajés, Médicos e Alquimistas: uma discussão em torno de ciência e de magia no Pará oitocentista**. Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, 1993, v.12, n.1-2. p. 41-54.

\_\_\_\_\_. Quem eram os Pajés Científicos? Trocas simbólicas e confrontos culturais na Amazônia, 1880-1930. In: FONTES, Edilza (org). **Contando a história do Pará: diálogos entre a história e a antropologia**. Belém: E. Motion, 2002, v. 3, p. 55-86.

FONTES, Edilza & BEZERRA NETO, José. **Diálogos entre história, literatura & memória**. Belém: Paka-Tatu, 2007.

FONTES, Edilza. O Paraíso Chama-se Pará: o álbum "Pará em 1900".e a propaganda para atrair imigrantes. In: BEZERRA NETO, José & GUZMÁN, Décio. **Terra Matura**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

FOUCAULT, Michael. **O Nascimento da Clínica**. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

GINZBURG, Carlo. **A Micro – História e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.



GOMES, Mércio Pereira. **Os índios e o Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GUALTIERI, Regina. A Amazônia sob Olhares Evolucionistas: a ciência do museu paraense (1894-1914). In: ALVES, José Jerônimo (org). **Múltiplas Faces da História das Ciências na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005.

HALL, Stuart. **En defensa Historia popular y teoría social de la teoría**. In: SAMUEL, Raphael (org.). Barcelona : Crítica, 1984.

HENDERSON, Donald A. **The miracle of vaccination**. 1997, Notes and Records of the Royal Society of London, vol. 51, nº 2.

JAY, Martin. **Force fields**. Salmagunchi, n. 81, inverno 1989.

JENNER, Edward. **Vaccination against Smallpox**. Amherst: Prometheus Books, 1966.

JOHNSON, Richard. Contra el absolutismo. In: SAMUEL, Raphael (org.). **Historia popular y teoría social**. Barcelona : Crítica, 1984.

JOHNSON, Richard. **Thompson, Genovese and socialist humanist history**. History Workshop Journal, n. 6, outono 1978.

KIRK, Neville. History, language ideas and post-modernism. In: **Social History**, v. 19, n. 2: 1994.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em História) –, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

LE GOFF, Jacques. **Por Amor às Cidades: Conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

LIMA, Araújo. **A exportação Amazônica**. Rio de Janeiro: IBGE, 1944.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Roberto. et.al. **Danação da norma: medicina social e constituição da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MEIRA, Clóvis. **Medicina de Outrora no Pará**. Belém: Grafisa, 1986.

\_\_\_\_\_. **Médicos de Outrora no Pará.** Belém: Grafisa, 1986.

MOREIRA, Eidorfe. **O Primeiro Romance Belenense.** “A Província do Pará”, 27 de maio de 1984, 2º caderno.

MOURA, Ignácio Baptista de. **De Belém a São João do Araguaia.** Belém: Secult, 1989.

NAIRN, Tom. A classe trabalhadora de Inglaterra. In: BLACKBURN, Robin (ed.). **Ideologia na Ciência Social.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

NETO, Lira. **O poder e a peste Fortaleza.** Fundação Demócrito Rocha, 1999.

PEIXOTO, A. **O problema sanitário da Amazônia.** RBR, v.7, n.28, p.411, abr.1918.

PECHMAN, Robert. M.. O Urbano Fora do Lugar? Transferências e traduções das idéias urbanísticas nos anos 20. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Q. & PECHMAN, Robert. **Cidade, Povo e Nação. Gênese do Urbanismo Moderno.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1996. p.331-62.

PEREIRA, Leonardo. **As Barricadas da Saúde – Vacina e Protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República.** 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

PEREIRA, Rosa Claudia Cerqueira. **Paisagens Urbanas: fotografias e modernidades na cidade de Belém (1846-1908).** Belém, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

PETER, Jean-Pierre & REVEL, Jacques. **O Corpo: o homem doente e sua história. História: novos objetos.** 4ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

PORTER, Roy. **The greatest benefit to Mankind: a medical history of Humanity.** Nova York, 1999 Londres W. W. Norton & Company.

RAMINELLI, Ronald. **Depopulação na Amazônia Colonial.** In: XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1998, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: ABEP, 1998.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Retratos de Belém III, Séc XIX.** nº XII. Belém: 1940.

RITZMANN, Iraci Gallo. **Belém: Cidade Miasmática.** São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

RODRIGUES, Silvio Ferreira. **Esculápios Tropicais: A Institucionalização Da Medicina No Pará, 1889-1919**. Belém, 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

ROQUE, Ricardo. **Sementes contra a varíola: Joaquim Vás e a tradução científica das pevides de bananeira brava em Goa, Índia (1894-1930)**. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, vol. 11 (suplemento 1): 183-222, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v11s1/09.pdf>>. Acesso em : 09 Mar 2008.

SÁ, Magali Romero. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.** v.11 n.4 supl.0 São Paulo dez. 2008

SAMPAIO, Gabriela. **Nas Trincheiras da Cura: As Diferentes Medicinas no Rio de Janeiro Imperial**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: Riquezas Produzindo a Belle-Époque (1870 - 1912)**. 2.ed. Belém: Paka -Tatu, 2000.

\_\_\_\_\_. Fincando uma Tradição Colonial na República: Arthur Vianna e Antônio Lemos. In: BEZERRA NETO, J. M. & Guzmán, D. de A (orgs.). **Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

\_\_\_\_\_. **Memórias do Velho Intendente Antonio Lemos (1869-1973)**. Belém: Paka-tatu, 2002.

SILVA, Márcia. O Processo de Urbanização Paulista: a medicina e o crescimento da cidade moderna. **Revista Brasileira de História**. v.27, n.53. p. 244-266. São Paulo. 2007.

TRINDADE, José Ronaldo. **Errantes da Campina: Belém, 1880-1900**. Campinas, 1999. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

TRONCA, I. **As Máscaras do Medo - Lepra e Aids**. São Paulo: editora da Unicamp, 2000.

VASCONCELOS, J. **Quem Tem Medo de Teoria**. São Paulo: Fapesp, 2005.

VERGOLINO-HENRY, Anaiza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica**. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990

VIANNA, Arthur. **As Epidemias no Pará**. 2. ed. Belém: UFPA, 1975.

\_\_\_\_\_. **A Santa Casa de Misericórdia Paraense – Notícia Histórica (1650 - 1902)**. 2.ed. Belém: SECULT, 1992.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. **A Pesquisa em História**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1991.

VIGARELLO, George. **História das práticas de saúde – A saúde e a doença desde a Idade Média**. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar. Medicina, Religião, Magia e positivismo na República Rio-Grandense, 1889-1928**. Bauru: EDUSC, 1999.

WEINSTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850 - 1920)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.